

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Polyana Alves Almeida da Silva

***O protagonismo feminino nas greves de 1917***

Mestrado em História Social

São Paulo – SP

2018

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Polyana Alves Almeida da Silva

***O protagonismo feminino nas greves de 1917***

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social e da Cultura, pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do(a) Prof.(a) Dr.(a) Vera Lucia Vieira.

São Paulo – SP

2018

Banca Examinadora

---

---

---

*Dedico este trabalho à minha mãe  
Elizabeth e ao meu pai Valdemar pelo  
amor incondicional e apoio em mais essa  
etapa da vida.*

## **AGRADECIMENTO BOLSA**

Este trabalho foi possível em razão do financiamento do **CNPq** e da **Capes**, desta forma, gostaria de agradecer pela concessão da bolsa de mestrado.

Não poderia deixar de mencionar também o apoio da **FUNDASP**, de fundamental importância para a realização desta pesquisa.

## **AGRADECIMENTO**

Esta pesquisa contou com o apoio de várias pessoas, entretanto, gostaria de registrar um agradecimento especial à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Vera Lucia Vieira, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou, por me corrigir sem desmotivar e, acima de tudo, por acreditar em mim. Agradeço, professora, pela amizade e pela sabedoria na difícil tarefa de orientação.

Agradeço também aos professores e colegas da pós em História Social pelas inestimáveis contribuições acadêmicas e pelas discussões sempre tão relevantes e calorosas.

Igualmente sou grata aos funcionários do arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp e do Arquivo do Estado de São Paulo pela presteza no atendimento.

Agradeço também ao meu companheiro Willian Neves pela paciência, amizade, incentivo e por partilhar comigo reflexões valorosas sobre a vida e a pesquisa acadêmica.

Agradeço também aos meus pais, o senhor Valdemar e a dona Elizabete que, apesar de não terem tido a oportunidade de estudar, trabalharam arduamente ao longo da vida para que nós, suas filhas, tivéssemos outra trajetória. Obrigada queridos pais pelo amor e apoio incondicional.

*“As diferenças constatadas entre as atividades de homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidade” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; [...]”.*

*(Danièle Kergoat)*

## RESUMO

Esta pesquisa propõe desvelar o protagonismo feminino no mundo do trabalho a partir das informações colhidas na imprensa sobre sua atuação nas greves de 1917. Foram examinados quatro periódicos, tais como *A Plebe*, *O Debate*, *O Graphico* e o *Gazeta de Notícias* para analisar a presença das operárias tanto nos movimentos grevistas, nas ligas operárias de bairros, como também o seu protagonismo fora do espaço fabril, isto é, no cotidiano da organização doméstica e familiar. Para reflexão sobre esse aspecto da dissertação tomou-se o conceito de “Trabalho” de K. Marx, entendido como um processo entre a natureza e o ser humano, portanto, uma atividade inerente à criatividade e à ação humana, o que permitiu a contraposição às perspectivas que reconhecem como trabalho apenas atividades remuneradas. Analisaram-se as ações dessas mulheres nas greves de 1917 ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, a liderança e atuações das costureiras de saco, as quais protagonizaram uma greve “própria” contra as falcatruas do patronato e por um preço justo para o seu trabalho. Ademais, investigaram-se os fatores que contribuíram para subsumir a presença das operárias em tais movimentos. Descortinou-se também como a linguagem utilizada pelos periódicos dificultou a localização dessas mulheres nessas resistências naquele momento histórico e como, por sua visibilidade, passaram a ser, gradativamente, referidas por terminações no feminino (operárias). Tal reflexão permitiu recuperar as contribuições daquelas mulheres para as conquistas que advieram das greves, como também para a formação da classe operária.

**Palavras-chaves:** gênero, greve, imprensa, trabalho.

## ABSTRACT

This research proposes to unveil the female protagonism in the world of work from the information gathered in the press about its performance in the strikes of 1917. We have examined four journals such as *A Plebe*, *O Debate*, *O Graphico* and the *Gazeta de Notícias* to analyze the presence of workers in the striking movements, in the working-class alloys of neighborhoods, as well as their protagonism outside the factory space, that is, in the daily routine of domestic and family organization. For reflection on this aspect of the dissertation we take the concept of "Work" by K. Marx, understood as a process between nature and human being, therefore, an activity inherent to creativity and human action, which allowed the opposition to the perspectives which recognize only paid activities as work. The actions of these women are analyzed in the strikes of 1917 in São Paulo and in Rio de Janeiro, the leadership and actions of the bag seamstresses, who staged a "own" strike against the fraudsters of the patronage and at a fair price for your job. In addition, we investigated the factors that contributed to subsume the presence of the workers in such movements. We also see how the language used by the journals made it difficult to locate these women in these resistances at that historical moment and how, by their visibility, they were gradually referred to by terminations in the feminine (workers). This reflection enabled us to recover the contributions of these women to the achievements of the strikes, as well as to the formation of the working class.

**Key-words:** genre, strike, press, work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio da Escola Moderna.....43

Figura 2 – Igualdade e Fraternidade.....45

Figura 3 – Manifesto aos soldados.....46

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDET Boletim do Departamento Estadual do Trabalho

CDP Comitê de Defesa Proletária

COB Congresso Operário Brasileiro

FOSP Federação Operária de São Paulo

UGT União Geral dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1. A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE NOS MOVIMENTOS DE 1917</b> .....	39
<b>1.1. Greve: a inerência da solidariedade</b> .....	39
<b>1.2. Os Fatores que desencadearam a greve</b> .....	54
1.2.1. Carestia e salários insuficientes.....	54
1.2.2. Redução da jornada de trabalho.....	62
1.2.3. Moradia e Transporte.....	67
<b>1.3. Repressão X Solidariedade</b> .....	72
<b>1.4. Os impasses da formação do proletariado no Brasil</b> .....	78
<b>1.5. A mulher nesse mundo do trabalho</b> .....	81
<b>1.6. A solidariedade conquista direitos</b> .....	85
<b>CAPÍTULO 2. A SECUNDARIZAÇÃO DO PROTAGONISMO FEMININO NAS GREVES DE 1917 PELOS COSTUMES E PELA IMPRENSA</b> .....	90
<b>2.1. Além das diferenças, o assédio sexual</b> .....	102
<b>2.2. O costumeiro uso da palavra <i>operário</i> na imprensa para se referir a toda classe e como isso afetou a visibilidade feminina nas greves de 1917</b> .....	115
<b>CAPÍTULO 3. DA FÁBRICA AO LAR: A TRIPLA JORNADA</b> .....	133
<b>3.1. O caso (da greve) como o caso foi</b> .....	134
<b>3.2. Para operários, salário por jornada; para as costureiras, remuneração por peça produzida</b> .....	147
<b>3.3. A tripla jornada</b> .....	150
3.3.1. Jornada em casa: trabalho doméstico.....	155
3.3.2. Jornada na fábrica e disciplinarização do trabalho.....	158
<b>3.4. Condições de trabalho - como era a fábrica</b> .....	169
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	174
<b>FONTES</b> .....	179
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	180

## INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, foram recorrentes os protestos do proletariado em torno de condições mais humanas de vida e de trabalho. Embora a operária tenha adentrado massivamente o mundo fabril, além de ter participado dos movimentos grevistas, a sua atuação foi secundariamente reconhecida pela historiografia. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é resgatar aspectos do protagonismo feminino no mundo do trabalho a partir de sua atuação nas greves de 1917. Entende-se aqui por mundo do trabalho não somente as atividades realizadas nas fábricas de tecelagem e a produção doméstica de sacarias, mas, também, o trabalho cotidiano realizado no interior das casas das operárias, denominado, naquela época, “serviços do lar”, isto é, os afazeres na cozinha, na limpeza, nos cuidados com a “prole”, no abastecimento da casa, no atendimento às demandas masculinas, etc.

Embora a maior parte dos autores reproduza a lógica da divisão do trabalho entre o formal – quando referido ao assalariado – e informal – quando afeto ao não remunerado –, considerou-se, ao longo da dissertação, ambas as atividades como formais, uma vez que é exigido de seu sujeito disciplina, rotina, regra, período delimitado para ser iniciado e finalizado; enfim, exigências comuns a qualquer espécie de ofício visto como formal. Considera-se, assim, para tal classificação, que apenas o critério do pagamento (salário) não é suficiente para configurar a centralidade do trabalho tal qual concebido por Marx e expresso em sua afirmação de que o trabalho “é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, e o próprio ser humano medeia e regula esse processo ao se apropriar da matéria natural utilizando a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos”<sup>1</sup>, assim, conclui que, “ao agir e modificar a natureza por meio desse movimento, ele modifica a si próprio.”<sup>2</sup> Essa lógica da divisão do trabalho encontra-se presente mesmo em autores que reconhecem a sua centralidade a partir dos preceitos contidos no pensamento de Marx. Tal classificação, eminentemente econômica, reforçou o não reconhecimento do trabalho exercido na organização da vida familiar,

---

<sup>1</sup> MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 255.

<sup>2</sup> Ibid., p. 255

sempre a cargo das mulheres, contribuindo ainda mais para a sua desqualificação perante a sociedade e para a não regularização pelas leis trabalhistas. Tais autores têm o mérito de, entre outras coisas, reconhecer a dupla exploração da mulher na lógica capitalista, tanto ao darem visibilidade à sua lida no espaço público (fábricas) quanto ao admitirem como produtivo o trabalho exercido no ambiente privado. Além disso, eles atestaram a contribuição feminina na criação de condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos(as) e de si própria.<sup>3</sup>

Os afazeres domésticos possuem um valor em si enquanto trabalho, enquanto produção humana criativa de algo, no caso, das condições essenciais à sobrevivência do indivíduo e do próprio trabalho fabril, dado que, entre outros requisitos, era necessário que os assalariados estivessem descansados e alimentados e, para que isso acontecesse, havia todo um esforço dentro do ambiente familiar de responsabilidade feminina. Responsabilidade essa que, cabe destacar, fora culturalmente construída.

O conceito de trabalho foi aqui tomado na perspectiva marxiana, segundo a qual tal centralidade é inerente ao “intercâmbio entre o homem e a natureza, visando a produção de valores de uso para o atendimento das necessidades humanas”<sup>4</sup>, ou seja, o trabalho doméstico é reprodutivo e produz valor de uso que, no mundo capitalista, é extensivo ao mercado, sendo, nesse sistema, parte do processo de geração de capital. Assim, embora Antunes esteja trabalhando com a noção de centralidade do trabalho tomada de Lukács como “categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social”<sup>5</sup>, o ato laborativo concebido como “centro do processo de humanização do ser humano”<sup>6</sup> está presente em toda a sua ação criativa, em todos os tempos, seja ela remunerada ou não.

---

<sup>3</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>4</sup> MIYAMOTO, Hidemi Soares. Ontologia e Método no Pensamento do último Lukács. **Cadernos Cajuína**, v. 3, n. 2, p. 51-65, 2017. ISSN: 2448-0916.

<sup>5</sup> LUKÁCS. The ontology of Social Being Labour, 1980. apud, ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p.136.

<sup>6</sup> Ibid., p. 136.

Logo, a diferenciação entre a esfera formal e informal é muito mais ampla do que a maneira como tem sido analisada, por Ricardo Antunes, entre outros, pois a informalidade do trabalho doméstico pode ser questionada, posto que esse tipo de tarefa é realizado tanto dentro do próprio lar quanto de outras famílias, contribuindo, dessa forma, para a conservação das condições básicas à existência humana. Ademais, o trabalho “informal” colabora também para “o cálculo oficial do Produto Interno Bruto (PIB), muito embora ele não seja corretamente registrado”<sup>7</sup>, ainda assim “pode ser responsável pelo crescimento de aproximadamente 30% da economia brasileira.”<sup>8</sup> Estima-se que grande parte da renda adquirida na economia informal é imediatamente gasta na economia formal, no abastecimento alimentício, vestuário, entre outros, resultando em um efeito positivo sobre esta.<sup>9</sup> A distinção entre trabalho formal e informal tem sido questionada também porque essa concepção de informalidade contribui para que muitas atividades sigam desregulamentada ou parcialmente regulamentadas como, por exemplo, a exercida pelos denominados camelôs. Mas no âmbito da presente pesquisa, essa distinção é abordada como causa da hierarquização de gênero, conforme apontam autores como Abramo e Valenzuela.<sup>10</sup>

Assim, compreende-se que uma tematização acerca da divisão sexual do trabalho deve incorporar, também, a dimensão do trabalho feminino não remunerado como atividade central e não como extra assalariado, na perspectiva assumida por Antunes em relação ao trabalho doméstico.<sup>11</sup> Em decorrência dessa especificidade do trabalho feminino, concorda-se com Lukács quando ele diz que: “o simples fato

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, Roberto Name. **Causas Efeitos e Comportamentos da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público). Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000, p. 5.

<sup>8</sup> NIENOW, Matheus; MASSUQUETTI, Angélica. O PIB e o mercado de trabalho informal no Brasil. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 2017, Santa Maria. **Anais do SJPE&D**, Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2017, v. 4, n. 4, p. 1-16.

Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais\\_2017/O\\_PIB\\_e\\_o\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_informal\\_no\\_Brasil.pdf](http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/O_PIB_e_o_mercado_de_trabalho_informal_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>9</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 5.

<sup>10</sup> Cf. ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>11</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos uma experiência elementar da vida cotidiana.”<sup>12</sup> Nesse sentido, presume-se que o sexo feminino, mais do que qualquer outro, experimentou de maneira mais contundente a cotidianidade do trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo protoforma do ser social.<sup>13</sup>

Nessa perspectiva, resgatou-se o protagonismo feminino no espaço público e privado no contexto das greves de 1917, particularmente nas manifestações realizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo esta última liderada pelas costureiras de saco e iniciada um dia após o término das greves de São Paulo. As referências à greve no Rio de Janeiro são poucas e não foi possível encontrar bibliografia a respeito, já que uma pesquisa mais aprofundada demandaria um tempo maior que o disponível à dissertação. Dessa maneira, tomaram-se tais acontecimentos na medida em que ajudaram a compreender a particularidade das exigências dessas mulheres em relação ao mundo do trabalho, pois foi uma greve de pessoas cujo trabalho era feito em casa e em oficinas.

Analisou-se para esta dissertação, particularmente, o periódico operário e anarquista *A Plebe*, de São Paulo, acrescido complementarmente dos jornais *O Debate* e *O Gráfico*, do Rio de Janeiro. Utilizou-se também o jornal *Gazeta de Notícias*, igualmente do Rio de Janeiro, de cunho liberal.<sup>14</sup> As referências que tais periódicos trouxeram acerca da inserção da mulher nas greves, nas ocupações fabris e domésticas permitiram resgatar não apenas a atuação feminina, mas também as representações dessa imprensa sobre elas.

As notícias sobre a ação das mulheres nas greves e a forma como elas eram apresentadas – ora como donas do lar, ora como trabalhadoras e grevistas –, possibilitaram recuperar seu protagonismo nestes dois mundos: o público e o privado.

---

<sup>12</sup> LUKÁCS. The ontology of Social Being Labour, 1980. apud, ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p.137.

<sup>13</sup> Ibid., p.137.

<sup>14</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Ainda que nos periódicos analisados a imagem da operária figurasse de forma “idealizada” por aqueles que escreviam nesses jornais, o fato de estar sendo discutido o seu lugar na sociedade demonstrou, de forma categórica, o quanto a sua presença era frequente no mundo do trabalho. Porém, não “estamos sugerindo uma dicotomia entre o real e o que está sendo representado”,<sup>15</sup> a proposta é explorar e extrair, em primeiro lugar, os dados contidos nas reportagens sobre a atuação feminina. No entanto, não há como deixar de considerar, também, o que se fala sobre tal atuação e que polêmicas suscitou, pois, por meio dessas reflexões, revela-se a atuação de tais personagens.

Deboard diz que toda linguagem (representação) é dialética e, neste sentido, expressa a “consciência teórica do movimento, na qual o próprio vestígio do movimento deve estar presente.”<sup>16</sup> Sendo assim, foram extraídas das notícias os indícios do movimento em curso naquele momento, visando destacar o protagonismo feminino (subsumido nas reportagens e oculto pela historiografia que tomou tais periódicos como suas fontes) e também recuperar a maneira pela qual os periódicos representaram esse protagonismo, traduzindo, assim, a consciência teórica vigente naquela época. Dessa maneira, independentemente da ideologia – fosse a anarquista ou a liberal – que dominava esses periódicos e os seus colaboradores, com seus pontos de vistas acerca da presença feminina no mundo público e nas greves de 1917, foram extraídas dessas falas as informações que permitiram revelar as formas de ação das mulheres naquele momento histórico.

A história das mulheres constituiu-se em um campo específico de investigação, em oposição (e às vezes complementação) a abordagens que se propunham científicas e que se pretendiam universais, verdadeiras e contadas por aqueles que, por muito tempo, dominaram o “conhecimento” e, conforme Gonçalves

---

<sup>15</sup> Cf. SANTOS, Dominique Vieira dos. Acerca do conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), ano 3, n. 6, dez. 2011. ISSN:2175-5892. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/viewFile/28974/16144>>. Acesso em 20 mar. 2018.

<sup>16</sup> Cf. DEBOARD, G. A sociedade do espetáculo, 1997, p. 133. apud COELHO, Claudio Novaes Pinto Coelho. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. Jundiá: In Hause, 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/TEORIA-CRITICA-E-SOCIEDADE-DO-ESPETACULO-pdf-para-site.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.

e Schott, por tudo isso limitada.<sup>17</sup>

Para compreender as dificuldades enfrentadas pelas operárias na busca pelo reconhecimento da sua mão de obra e da competência feminina foi fundamental entender as opressões experimentadas por elas no mundo do trabalho. Somado a isso, foram verificados, também, mecanismos de resistência contra essa sujeição que ora manifestavam-se de forma mais combativa, tal como a greve, ora mais sutil, como a própria inserção massiva delas nos estabelecimentos fabris. Sobre isso discutiu-se no capítulo dois e no três mais especificamente. Nesse sentido, a luta feminina dentro desses espaços contribuiu para que elas fossem, ao mesmo tempo, trabalhadoras, mães e grevistas, cumprindo, portanto, várias jornadas e atuando como sujeitos históricos nesses diferentes ambientes.

Apesar da ampla produção historiográfica sobre as contribuições das mulheres para a vida cotidiana, laboral, cultural e social<sup>18</sup> como um todo, bem como os estudos de gênero e sobre as organizações políticas em torno dos movimentos feministas, as investigações sobre a atuação delas nas indústrias têxteis ainda é muito pequena, embora esses estabelecimentos fossem a base da indústria daquela época no Brasil e ainda que mais da metade do operariado fosse constituído por mulheres e crianças.<sup>19</sup>

Da recente historiografia que evidenciou o papel da mulher na dinâmica social – em particular no mundo grevista e fabril –, que analisou como sua mão de obra e o seu sexo biológico foram utilizados pelos capitalistas para justificar o aviltamento dos salários e que ressaltou a importância da militância feminina na luta por uma vida mais digna, destaca-se a obra de Christina Roquette Lopreato (2000) intitulada

---

<sup>17</sup> Cf. GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; Cf. SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Christina Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

<sup>18</sup> Cf. BARBIERE, Teresita de. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. **Debates em Sociología**. Peru. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), n. 18, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680/6784>>. Acesso em: 9 maio 2018.

<sup>19</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

*O Espírito Da Revolta: a greve geral de 1917.*

Embora a autora tenha abordado com veemência a participação feminina na greve geral de 1917, incluindo-a na formação da classe operária e destacando personagens valorosas como as militantes anarquistas Rosa Musitano e Maria Angelina Soares, seu texto faz isso de uma maneira abrangente. O protagonista central da história ainda foi o anarquista homem, demonstrando o quanto a presença da mulher no movimento paredista é um tema que precisa ser mais aprofundado.

Outra historiografia que abordou a presença feminina no movimento grevista foi o doutorado da historiadora Maria Izilda Matos de Santos, *Trama e Poder: trajetórias e polêmica em torno das indústrias de juta*, porém, embora a autora tenha trabalhado com a questão das tecelãs, a sua análise centrou-se em outro lugar, no Porto de Santos e, para além disso, a sua preocupação nesse texto foi tratar mais incisivamente a questão de gênero e não o protagonismo feminino nas greves, que é a finalidade da presente dissertação.

Outra autora que centrou sua análise nas questões de gênero, debatendo temas como o da divisão sexual do trabalho, a classe social e as lutas das operárias no mundo sindical na década de 1970 no ABC Paulista, foi a socióloga Elizabeth Souza Lobo (1981) em *A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. Todavia, apesar do valor da sua análise para qualquer estudioso que investigue os temas acima mencionados, a sua obra propôs outra discussão. O ineditismo de seu trabalho esteve não só na crítica aos modelos de análise centrados apenas na economia, na produção, nas disputas pelo poder, mas, também, no apontamento da importância das subjetividades e da necessidade de se valorar as experiências distintas decorrentes do pertencimento ao gênero feminino.

A historiadora Margareth Rago (1985), em sua obra *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-193)*, ocupou-se de temáticas como as resistências operárias em torno do controle disciplinar imposto nas fábricas, o papel da imprensa anarquista no incentivo a uma organização proletária e, também, no que tange às demandas femininas, as preocupações acerca do amor livre e emancipação da mulher, isto é, uma nova forma de

organização familiar; conteúdos essenciais para uma investigação sobre a mulher nos espaços públicos e privados. No entanto, em relação ao protagonismo da mulher nas greves de 1917, houve menor aprofundamento. Ainda que ela analisasse o operariado no decorrer da greve, sua inquietação estava voltada à temática de gênero como um todo e não especificamente às mulheres grevistas.

Outra analista do tema “mulher”, a socióloga Maria Valeria Junho Pena (1981), no seu livro *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, abordou temas essenciais para a análise da mão de obra feminina fabril e doméstica, assim como discutiu a forma pela qual o capitalismo apropriou-se da força de trabalho da mulher. Porém, ainda que a autora tenha indicado a importância das operárias têxteis nas greves de 1917, no que diz respeito ao protagonismo feminino, houve pouca discussão.

A socióloga Heleith Saffioti (1969), na sua pioneira obra sobre a atuação feminina no universo público intitulada *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, apresenta uma sólida contribuição para a compreensão da posição da mulher na sociedade de classes, trazendo para o debate uma perspectiva mais feminista do tema, discutindo a contribuição da mulher no universo laboral, seja o assalariado, seja o não assalariado, pois ambos, na visão da autora, contribuíram para a construção da riqueza social. Todavia, mesmo tendo se debruçado sobre o tema do proletariado, sua investigação centrou-se na análise das relações de gênero, isto é, sua discussão está voltada para outro ponto. Percebe-se, portanto, que não há nessa análise pioneira uma discussão mais pormenorizada em relação às operárias grevistas.

Para configurar a presente dissertação, somaram-se às contribuições extraídas das autoras acima as obras de autores que, embora circunscritos às análises do tema em outros países, examinaram as formas particulares de atuação feminina nas greves e nos movimentos sociais em geral. Destaca-se aí o protagonismo das mulheres grevistas na obra da historiadora Michelle Perrot (1988) *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, que ajudou a compreender as especificidades da luta operária feminina.

Foram encontradas referências que já estão bastante avançadas na abordagem das questões de gênero e das lutas feministas como, por exemplo, os textos que resgataram a história da jornalista e escritora Maria Lacerda de Moura<sup>20</sup> e a pesquisa sob a coordenação da socióloga e antropóloga social latino-americana Mária Millan (2014), denominada *Más Allá del Feminismo: caminos para andar*, na qual ela e outras colaboradoras refletiram acerca das lutas contemporâneas das mulheres como estratégias políticas, problematizando as variadas formas de dominação capitalista, colonial e patriarcal à qual tentou-se submeter a mulher.

Ainda relacionado a questões de gênero, epistemologia feminista, entre outros assuntos, deparou-se com vários artigos da historiadora Margareth Rago, tais como: *Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-modernos*; *Feminizar é preciso*; *O Feminismo no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*; *Epistemologia Feminista, Gênero e História*, textos que auxiliaram na discussão sobre a mulher.

Dentre as pesquisas sobre o movimento feminista e estudos de gênero, que contêm análises fundamentais para a compreensão da submissão imposta às mulheres ao longo do processo histórico, cita-se a filósofa Judith Butler (1990), que problematizou e dissolveu a dicotomia sexo x gênero. A autora inovou com o tema da performatividade, discutindo a relação entre corpo, gênero e desejo e a necessidade de se subverter a ordem compulsoriamente imposta pela sociedade. Destaca-se também Ilze Zirbel (2007), que trouxe um debate mais contemporâneo entre as feministas e as teóricas de gênero no Brasil, abordando as origens e os limites do uso do conceito de gênero, assim como também indicou as diversas correntes que convergem para as pesquisas feministas, centrando, assim, em estudos mais recentes.

Em relação à problemática do conceito de gênero, patriarcado e às lutas feministas, a socióloga paraguaia Teresita de Barbieri (1991), em sua obra *Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica*, analisou o que considera uma “suposta subordinação feminina” como universal. Também adentrando o conceito de gênero, a historiadora norte-americana Joan Scott (1989) sacudiu a

---

<sup>20</sup> Jornalista e escritora feminista, escreveu vários artigos para a imprensa anarquista *A Plebe* e a revista *Renascença*.

forma de pensar o sexo e o gênero com o seu texto pós-estruturalista intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Ademais, o *Núcleo de Estudos de Gênero Pagu*,<sup>21</sup> um centro de pesquisa vinculado à Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e que tem como proposta dialogar com as teorias feministas e de gênero, tem auxiliado os estudos conceitual e epistemologicamente.

Muitas outras produções ajudaram a configurar essa dissertação, tais como, *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*, de Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi (org) (2016); *A Mulher operária: um estudo sobre tecelãs*, de Jessita Martins Rodrigues (1979); *Mulher Mulheres*, de Carmen Barroso e Albertina Oliveira Costa (org) (1983).

Cada uma dessas produções colaborou para uma melhor percepção da classe operária e das análises sobre gênero ao diversificar as áreas de investigação: cotidiano operário; cultura operária; mulheres operárias; gênero; feminismo; anarquismo sindicalista; greves; labor operário, etc.

À historiografia citada acima – tanto a que debateu as questões feministas e de gênero, bem como a que discutiu o tema “mulher nas ocupações remuneradas e não remuneradas”<sup>22</sup> –, acrescem-se autores como, por exemplo, Thompson que, apesar de não se dedicar à particularidade das mulheres nessa trajetória, permitiu evidenciar as suas experiências dentro das oficinas, que eram diferentes das vivências dos operários no que tange aos assédios, por exemplo, além de apontar para as suas particularidades enquanto mulheres-trabalhadoras-mães-esposas.

Observou-se também que houve uma vasta bibliografia a respeito da greve geral de 1917 e sobre a classe operária. Yara Aun Houry (1981), Boris Fausto (1976), Michael Hall e Paulo Sergio Pinheiro (1969), Claudio Batalha (1998), entre outros. Cabe destacar o mestrado intitulado *O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos Anos de 1917-1920)* de Cristina Hebling Campos (1988), texto

---

<sup>21</sup> Patrícia Galvão, a Pagu, foi uma importante escritora e militante comunista. Escreveu um valoroso livro, *Parque Industrial*, romance proletário, onde ela denunciava as divisões de classe e a opressão de gênero.

<sup>22</sup> ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

belíssimo em que a autora discutiu as problemáticas do processo de sujeição da classe trabalhadora ao capital, isto é, as relações de poder no interior desse sistema e a influência determinante do capitalismo para a exploração do proletariado, concomitantemente ao desenvolvimento de uma nova consciência de classe. Todavia, a autora não incluiu a mulher como protagonista desse universo.

Convém citar também a obra de Sheldon Leslie Maram (1979), *Anarquistas, Imigrantes e Movimento operário Brasileiro*, na qual dedicou vários capítulos à exposição das condições da classe operária, legitimando a greve, exaltando a importância do operário anarquista no movimento grevista, mesmo sem dedicar um capítulo à presença feminina nesse movimento. O papel da operária ficou restrito ao de trabalhadora que, embora sentisse na carne a opressão do capital, teria ficado à espera de uma solução que, possivelmente, viesse de outrem.

Nem mesmo ao se referir às *Ligas Operárias* – importante organização dividida por alas geográficas e formada por trabalhadores de diversos setores que laboravam e residiam nos próprios bairros, o que lhes permitia pensar as ações coletivas –, o autor mencionou a liderança feminina. Sheldon conclui o seu texto afirmando que uma grande parte do operariado era constituída por mulheres e crianças, já que eram preferidas pelos industriais devido à sua maior docilidade e ao seu custo mais baixo, e finaliza dizendo que as mulheres e crianças eram as que mais temiam a repressão policial.

Visitando outras obras mais secundárias que mostraram a ação das políticas públicas sobre o mundo operário, como a de, por exemplo, Tiago Bernardon (2003), que analisou os efeitos provocados pela atuação dos governos estaduais sobre o movimento operário em três capitais (São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte), também não se encontrou nada sobre a questão das mulheres, assim sendo, deduz-se, a partir do texto dele, que não existiam políticas públicas para as mulheres operárias.

Em síntese, os últimos textos aqui mencionados exaltaram a greve como um "evento" masculino e quando, ocasionalmente, as operárias apareciam nos relatos, não eram retratadas como indivíduos pertencentes à história, mas como mulheres

que precisavam ser amparadas no campo legislativo e protegidas tanto da coerção do patrão – figura inescrupulosa que usava o seu poder para corromper física, moral e sexualmente suas funcionárias<sup>23</sup> – quanto da fábrica, vista como reduto de promiscuidade.

A recuperação do protagonismo feminino nas greves de 1917 (da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro) foi efetuada tomando-se como fontes os jornais operários, em especial o anarquista *A Plebe*, os periódicos *O Graphico*, *O Debate* e o liberal *Gazeta de Notícias*. Estes documentos, à exceção do último, foram encontrados no Acervo Edgard Leuenroth - AEL-IFCH-Unicamp e, apesar de ter-se visitado outros arquivos como, por exemplo, o *Arquivo do Estado*, as nossas principais fontes foram obtidas no AEL.

Tais fontes sobre o movimento operário foram organizadas por Edgard Leuenroth (jornalista e militante anarquista) e hoje encontram-se na Universidade Estadual de Campinas, no arquivo AEL, e tem sido pesquisado por aqueles que se interessam pela história da classe operária, sejam historiadores, sejam sociólogos. Destaca-se desse acervo a já citada Khoury, cuja análise contundente da greve de 1917 em São Paulo foi possível graças à documentação encontrada no AEL e, também, os documentos reunidos daí por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979) sobre a classe operária.

Esses dois historiadores, no livro *A Classe Operária No Brasil (1889-1930) vol I*, fizeram um profundo exame historiográfico com o auxílio de fontes raras às quais tiveram acesso, partindo de textos localizados em arquivos no exterior: *International Institut vor Sociale Geschiedenis*, em Amsterdã; *Archivio dello Stato* e o *Archivio dello Ministero degli Affari Esteri*, em Roma; *Bureau International du Travail*, em Genebra; *US National Archives*, em Washington e, no Brasil, o *Arquivo Edgard Leuenroth*. Segundo os próprios autores, a utilização da imprensa operária na pesquisa teria sido impossível sem a existência de dois acervos: o *Arquivo Edgar*

---

<sup>23</sup> Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996; Cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

*Leuenroth* e a coleção de jornais do *Instituto de História Social* (Amsterdã). Com o auxílio desses documentos, os autores percorreram a história da classe operária desde o nascimento das correntes ideológicas, passando pelos conflitos existentes entre as classes hegemônicas e as classes subalternas, a organização dos *Primeiros Congressos Operários*, as lutas pela jornada de oito horas, as greves, até a consciência de classe do operariado e a organização sindical.

No mesmo diapasão, cita-se o historiador Edgard Carone, que organizou um acervo de mais de trinta mil volumes sobre o movimento operário. Ele sistematizou e publicou uma série de fontes históricas, tais como artigos de jornais, de revistas, cartas e boletins sobre a classe operária e suas condições de vida, trabalho na fábrica, as práticas de greve, sindicato, organização da ideologia, o problema da mulher, entre outros. Esses temas específicos foram discutidos em sua obra *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, estruturada em duas partes. Esta vasta documentação é fundamental para aqueles(as) que buscam estudar a história social da classe operária e as ideologias políticas da Primeira República.

Conforme dito inicialmente, para essa dissertação utilizou-se, em especial, o periódico anarquista anticlerical *A Plebe*, que circulou no país entre os anos de 1917 e 1951 e cuja consulta possibilitou recuperar dados da realidade e do ideário dos(as) trabalhadores(as) da capital de São Paulo, onde era editado, e de outros estados do Brasil, mesmo dos não anarquistas. *A Plebe* debateu inúmeros assuntos e tem sido fonte para várias pesquisas, mas muito pouco se analisou do seu conteúdo sobre as mulheres operárias e, em particular, sobre a sua atuação nas greves de 1917.

Este jornal surgiu no dia 09 de junho de 1917, em um momento de efervescência da luta operária contra a exploração do patronato, contra a carestia no custo de vida, entre outras questões. Em seu primeiro número, o redator e diretor do jornal Edgard Leuenroth deixou clara a proposta política do periódico. Com o título *Ao que viemos, Rumo à Revolução Social*, propõe:

Vem este jornal, ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa, desde os seringais da Amazonia (sic) aos pampas sulinos, em terra, no mar, nos ergástulos industriais ou nos ínvios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulência os ladrões legais que aqui, em má hora viram a luz do dia, ou como aves de rapina, aportaram de outras paragens.<sup>24</sup>

Observa-se nesta primeira conclamação que o periódico não ficava restrito a São Paulo, referindo-se às múltiplas formas de trabalho e exploração a que eram submetidos milhares de brasileiros, desde os seringais amazonenses até os pampas sulinos, em condições que ele denomina de “escravos modernos”. Essa situação era vivenciada pela classe trabalhadora sujeita aos “assaltos” provocados tanto pelos capitalistas nacionais quanto internacionais, a quem chama de “ladrões legais”.

Publicado semanalmente, aos sábados, o jornal era vendido tanto nas ruas quanto em três outros pontos específicos espalhados pelo Largo da Sé em São Paulo: *Agencia de jornais, Salão de engraxate*<sup>25</sup> e *Livraria Moderna*. Segundo Jorge Ribeiro, a tiragem inicial do jornal chegou a 8 mil exemplares<sup>26</sup>, sendo difundido também em outras localidades como: Rio de Janeiro, Florianópolis, Campinas, Ribeirão Preto e Igarapava. O jornal contava com diversos colaboradores, entre eles Benjamim Motta (1870-1940),<sup>27</sup> Astrogildo Pereira (1890-1965)<sup>28</sup> e Edgard Leuenroth (1881-1968)<sup>29</sup>

A *Plebe* possuía quatro páginas, sendo a terceira dedicada também aos anúncios. Eram páginas repletas de denúncias, combatividade e propaganda de cunho ideológico, visando a conscientização da classe operária na busca por uma sociedade mais igualitária. Observou-se, também, em suas publicações, uma

<sup>24</sup> LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1

<sup>25</sup> Sobre a importância dos engraxates no cotidiano de São Paulo no começo do século XX, ler a tese de SANTOS, André Augusto de Oliveira. **‘Vai graxa ou samba, senhor?’: a música dos engraxates paulistanos entre 1920 e 1950**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03122015-160256/pt-br.php>>.

<sup>26</sup> RIBEIRO, Jorge Claudio. Imprensa e Festa libertárias. **Revista PJ:BR- Jornalismo Brasileiro**, Escola de Comunicação e Artes – USP. São Paulo, 4. ed., 2004. ISSN 1806-2776. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4\\_b.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4_b.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2017.

<sup>27</sup> Escritor, advogado e jornalista anarquista.

<sup>28</sup> Escritor, crítico literário e militante anarquista. Em 1922 filou-se ao Partido Comunista.

<sup>29</sup> Tipógrafo, jornalista e um dos principais militantes anarquistas da Primeira República.

preocupação com a educação do proletariado, além da crítica ferrenha ao clero – no que era acompanhado pelo *A Lanterna* -, visto como um dos responsáveis por manter a classe trabalhadora no obscurantismo intelectual ao pregar e incentivar o proletariado a aceitar o *status quo* de miséria social em que eles(as) viviam. Seus números eram dedicados à divulgação do cotidiano e situação socioeconômica da classe operária; das arbitrariedades patronais no tratamento com a classe trabalhadora; das ações dos grevistas e da atuação violenta das forças policiais. Também dedicava-se a divulgar, em coluna específica, as ações das organizações sindicais, comícios, panfletos e associações de bairro.

A divulgação da formação das *Ligas Operárias de Bairros*, por exemplo, assim como dos focos grevistas, foi de fundamental importância para a visibilidade desse movimento. Foram comunicados todos os passos dos(as) grevistas, anunciando as barricadas promovidas por eles(as) numa tentativa de protegê-los do cerco policial, além da publicação do número de grevistas mortos na ação policial, de prisões, deportações e de estabelecimentos em greve até o acordo com o patronato. Com essa visibilidade promovida pelo jornal, os(as) grevistas puderam expor à sociedade os motivos das suas justas reivindicações, além de legar para a posteridade a possibilidade da recuperação da memória dessas lutas, pois *A Plebe* tornou-se um importante porta-voz da classe trabalhadora.

Por sua significativa influência no meio operário, o periódico foi empastelado inúmeras vezes, seus colaboradores foram perseguidos e alguns deportados como, por exemplo, Primitivo Raymundo Soares. Embora ele tivesse sido embarcado no vapor Curvello da Companhia Lloyd Brasileiro, conseguiu fugir do degredo mas, ao ser capturado, foi preso na Casa de Detenção da Capital pernambucana e mantido incomunicável.<sup>30</sup>

É por meio do *A Plebe* e de outros periódicos operários que se sabe, hoje, que a greve geral de 1917 na cidade de São Paulo movimentou operários de diversos setores em busca de melhores condições higiênicas e de trabalho; de aumento de 35% nos salários baixos e de 25% nos salários altos; pagamento

---

<sup>30</sup> Cf. LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta: greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000, p. 97.

pontual dos salários; redução dos aluguéis; congelamento dos preços dos alimentos; bônus adicional de 50% para as horas extras; jornada de 8 horas, entre outras reivindicações. Todas elas eram imprescindíveis à sobrevivência dos trabalhadores, tendo em vista o grau da carestia de vida, uma vez que os salários não acompanhavam o aumento dos preços dos produtos, nem mesmo os fundamentais à existência humana como os gêneros de primeira necessidade. Também por meio do periódico, sabe-se que a greve se estendeu por várias cidades do interior do estado e por muitas outras cidades de todo o país, daí o fato de ser referida como “as greves de 1917”.

Por ser um periódico voltado às questões proletárias, auxiliou na recuperação das ações das mulheres nesse movimento paredista, tal a sua preocupação em demonstrar o cotidiano das ações grevistas, as petições, os reclamos, a repressão, enfim, o desenrolar dos acontecimentos. Exemplo disso são os artigos publicados pela militante anarquista e feminista Izabel Cerruti, que utilizou a imprensa e a voz ao discursar publicamente em favor da emancipação da mulher e da classe trabalhadora; pelo anarquista Florentino de Carvalho, que usou, em alguns momentos, o pseudônimo de Raymundo Primitivo Soares; pelo jornalista Edagrdo Leuenroth, um dos fundadores dessa imprensa libertária, que participou dos primeiros congressos operários (1906, 1913 e 1920) e dispôs do jornal como mecanismo de divulgação da ideologia anarquista; pelo militante em organizações operárias Astrogildo Pereira que, assim como Leuenroth, participou de congressos sindicais; pelo jornalista anarquista Benjamin Mota, um dos precursores do periódico anticlerical *A Lanterna*.

Assim, buscou-se recuperar, por intermédio das falas desses(as) militantes, as informações sobre a presença feminina no mundo do trabalho. Não se pretende adentrar o debate ideológico contido nesses discursos, mas, sim, resgatar o protagonismo feminino a partir das notícias dos movimentos grevistas. As referências encontradas sobre a greve das costureiras de saco no Rio de Janeiro levaram a buscar outras fontes de informação, encontrando, assim, o periódico *Gazeta de Notícias*, cujos números se encontram digitalizados. Essa greve, tanto pela novidade histórica de ser um movimento social composto unicamente de mulheres e meninas quanto pelo conteúdo que ela revelou trazendo ao debate a

questão da tripla jornada, tornou-se essencial para a complementação da presente investigação.

O periódico *Gazeta de Notícias* circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1875 e 1942. Funcionava como um jornal diário, vendido avulso, possuía quatro páginas com oito colunas, sendo as últimas páginas dedicadas a uma variedade de anúncios. Suas publicações, diferente do *A Plebe*, eram mais voltadas ao entretenimento de seus leitores, divulgavam em seus números crônicas, romances, arte, literatura, teatro e moda. Contava com a colaboração de pessoas ilustres, tais como Olavo Bilac (1865-1918),<sup>31</sup> Machado de Assis (1839-1908)<sup>32</sup> e José do Patrocínio (1853-1905)<sup>33</sup>. Entretanto, apesar da participação de integrantes de renome em suas colunas, o *Gazeta de Notícias* possuía um estilo “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar”<sup>34</sup>. Por se considerar uma imprensa liberal, reivindicava a neutralidade como proposta, pois, de acordo com essa imprensa, não sendo “o *Gazeta de Notícias* folha de partido, tinha como finalidade trazer para seus leitores questões de interesse geral, sem ter a obrigatoriedade de escolher um ou outro partido”<sup>35</sup>, o que pode ser questionado, uma vez que a ideologia está contida em qualquer expressão humana.

Em 1895, ainda segundo Sodré, já era um dos jornais mais vendidos do Rio de Janeiro e, ao longo dos anos que compõem a Primeira República, inovou com a publicação de charges e entrevistas. Aliás, esse método da entrevista será de suma importância na divulgação da greve das costureiras de saco no Rio de Janeiro em 1917. Utilizou-se o *Gazeta de Notícias* entre os jornais consultados pois ele foi o único que trouxe informações dessa greve, o que permitiu um contraponto de opiniões, tendo em vista que os jornalistas desse periódico, ao entrevistarem as

---

<sup>31</sup> Jornalista, contista, cronista e poeta brasileiro.

<sup>32</sup> Importante escritor brasileiro.

<sup>33</sup> Escritor, jornalista e abolicionista.

<sup>34</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 257.

<sup>35</sup> VIDIPÓ, George. A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e os Momentos Decisivos (1888-1889). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar- UFRRJ, 2016, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464447611\\_ARQUIVO\\_GazetadeNoticia semomentosdecisivos-GeorgeVidipo-Anphu-rio2016.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464447611_ARQUIVO_GazetadeNoticia semomentosdecisivos-GeorgeVidipo-Anphu-rio2016.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

operárias grevistas, revelaram as experiências dessas mulheres enquanto trabalhadoras, deixando registrado parte desse universo feminino para além do que pensava o senso comum sobre elas. Portanto, esse periódico possibilitou resgatar o protagonismo feminino de maneira mais abrangente do que propunha a própria imprensa nas representações que fazia das operárias.

Assim, por exemplo, todos os jornais falaram da repressão às greves, mas enquanto *A Plebe* divulgou o *Manifesto das mulheres grevistas em São Paulo*, o *Gazeta de Notícias* explicitou a particular relação que tais mulheres estabeleceram com a polícia. Esse episódio permitiu identificar outros aspectos nesse protagonismo feminino, isto é, uma forma própria de atuação delas no interior das greves, conforme se discute mais adiante.

Outras fontes secundárias foram utilizadas na composição dessa obra, como o jornal operário *O Debate*, um periódico de suma importância na divulgação do meio operário do Rio de Janeiro e do movimento grevista que estava ocorrendo em São Paulo naquele período.

Em 1917, o próprio Edgar Leuenroth noticiava no *A Plebe* o surgimento dessa imprensa no Rio de Janeiro. Esse jornal também era publicado semanalmente e, assim como os jornais operários da época e como a própria *A Plebe*, propunha-se a noticiar as questões sociais do período, ainda que privilegiasse outras temáticas, como a literatura, e contasse, no seu quadro de colaboradores, com uma variedade de jornalistas e escritores mais renomados como Lima Barreto (1881-1922)<sup>36</sup>, por exemplo. *A Plebe* acompanhou de perto o surgimento dessa revista que contou com a colaboração do jornalista Astrogildo Pereira, um importante anarquista também colaborador do *A Plebe*. Esse periódico veio para agregar à luta contra a exploração burguesa, denunciando em suas folhas as arbitrariedades do Estado, a opressão do capital e a cotidiana resistência da classe trabalhadora. Logo, recorreu-se a ele como fonte complementar devido à sua relevância no que concerne, principalmente, à divulgação das greves gerais de 1917.

---

<sup>36</sup> Escritor e jornalista que publicou uma vasta obra em periódicos e revistas.

Assim como *O Debate*, outra fonte que se tornou relevante para a presente investigação foi o jornal operário *O Graphico*. Despontado no Rio de Janeiro em 1916, possuiu uma vida curta, finalizando suas atividades em 1919. No entanto, a escolha dessa folha deu-se pelo seu teor político, particularmente no que tange às impressões sobre as mulheres no espaço fabril.

Logo, esses periódicos podem ser considerados um mecanismo importante na luta operária contra os açambarcadores da época. No que se refere ao *A Plebe*, suas publicações destinavam-se a discutir uma variedade de assuntos: denúncias de assédios às operárias dentro das fábricas, as longas jornadas, os salários paupérrimos, a vida libertária, a crítica à sociedade capitalista, a opressão material vivida pelos trabalhadores, as greves e as reivindicações da classe operária. Suas estratégias de luta consistiam de ação direta, autogestão e solidariedade. Por ação direta entendem-se os boicotes, protestos e greves; por autogestão, entende-se a educação libertária que buscava emancipar o trabalhador e a trabalhadora; por solidariedade entende-se a forma de ajuda mútua estabelecida entre o periódico e as famílias de trabalhadores desempregados ou presos devido às ações grevistas e, claro, a adesão de toda a classe à greve.

*O Debate* e *O Graphico* também situavam o papel da mulher no espaço fabril, destacando, em suas publicações, a dupla jornada, a preocupação com a regularização do serviço feminino e, conforme nota-se já naquela época, a preocupação em relação à sua participação na política por meio da discussão sobre o direito ao voto. Além da imprensa operária, observou-se que o jornal liberal *Gazeta de Notícias* também discutia a questão da mulher nos espaços públicos trazendo para o debate assuntos pertinentes à presença feminina nas fábricas, sua exploração, divulgação de projetos de lei – como o do deputado Mauricio de Lacerda (1888-1959), que visava a proteção às mulheres e a criação de creche nos estabelecimentos em que elas trabalhavam –, as greves nas quais as mulheres tomaram parte, além de discutir a vida religiosa e a caridade feminina.

Ao recuperar o que essa imprensa dizia sobre a mulher trabalhadora em greve – fossem esses jornais anarquistas ou liberais – emergiu o protagonismo feminino no espaço público e privado. Porém, ao analisar esses documentos,

verificou-se que, embora os anarquistas contestassem a ideologia dominante lutando pela construção de uma sociedade igualitária, nem sempre a analogia era pensada para todos da mesma maneira. Foi identificado um discurso dúbio em relação à mulher, pois, ao mesmo tempo em que essa imprensa convocava a presença feminina nos atos grevistas, noutros momentos notaram-se falas mais conservadoras no que diz respeito à sua ocupação do espaço público. Assim, também essas fontes revelaram um exercício de poder e, como tal, impunham suas representações conjecturais da classe e da mulher operária.

Foi verificada nesses periódicos a “idealização” de mulheres que soubessem zelar pela casa e pelo bem-estar da família. Embora a imprensa tenha essa perspectiva e essa representação, a contrapelo,<sup>37</sup> identificou-se o protagonismo feminino, pois, ao colocar a idealização da mulher perfeita, isto é, aquela que cuidava da casa e do bem-estar familiar, papel que naquele mundo de então já era definido ao nascer, averiguou-se que a mulher surgiu nas fontes como uma personagem importante, aliás, conjectura-se que essa representação foi manifestada porque a mulher já irrompia, naquele período, como uma figura relevante. Logo, a despeito do mundo do trabalho potencializar o sexo masculino, ainda assim reconheceu a significativa presença da operária nesse mundo (assalariado e não assalariado), conforme será visto ao longo da dissertação.

No decorrer da investigação, foi observado que o discurso em relação à mulher trabalhadora permaneceu quase que inalterado. Em todos os jornais analisados, as operárias figuraram um caso à parte no ofício fabril e a sua presença na fábrica ou na oficina era vista como um sintoma alarmante de desorganização social e, em decorrência disso, verificaram-se enunciados de “retorno ao lar”, conforme será apontado nos capítulos a seguir. No entanto, identificou-se, também, que a sua mão de obra era necessária na composição do salário familiar, mas essa sua contribuição era, naquele momento, percebida como uma atividade doméstica, isto é, configurada como um ofício informal e até como um não trabalho.

---

<sup>37</sup> Para melhor compreensão desse conceito, ver BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Notou-se também que, por detrás de tal enunciado, havia uma preocupação com a questão econômica, uma vez que a inserção da mulher no sistema fabril<sup>38</sup> e a sua conseqüente exploração com baixos salários e longas jornadas, refletia diretamente na remuneração de toda a classe operária.

Para além de tais evidências, que revelaram a concretude cotidiana dessas operárias nas greves, as matérias jornalísticas teceram considerações sobre os prejuízos morais que a presença delas causava ao ambiente fabril, pois, estando longe da figura protetora dos seus pais, irmãos e maridos, eram consideradas “indefesas e passivas”, podendo facilmente ser corrompidas e sucumbir à prostituição, trabalho que era (e continua) visto de forma pejorativa, conforme já apontado no essencial trabalho de Margareth Rago (1985).<sup>39</sup> Em *Do Cabaré Ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)*, a temática foi abordada sob perspectiva inédita, pois a autora discutiu o meretrício enquanto ofício remunerado de algumas mulheres.

Mas, voltando aos jornais, o mesmo periódico que questionou os prejuízos morais que a presença feminina no espaço fabril poderia acarretar, também evidenciou a contribuição dessas mulheres na luta, destaque esse que permitiu recuperar a prevalência feminina no sistema fabril e doméstico.

Em suma, operaram-se os discursos dos periódicos no mundo operário para, por meio de suas matérias descritivas e de considerações acerca das operárias como trabalhadoras, mães e mulheres, expectar a atuação feminina no interior das greves de 1917, em sua particularidade paulista e fluminense.

Infere-se também que a própria gramática pode ter contribuído para a subsunção do protagonismo feminino nos espaços públicos, pois convencionou-se flexionar a palavra “operário” no gênero masculino para referir-se à classe operária

---

<sup>38</sup> A inserção da mulher no sistema fabril foi feita por meio de atividades tidas como não qualificadas. A função desempenhada pela operária nas oficinas era, na verdade, uma extensão dos serviços realizados por ela dentro da economia doméstica. Ademais, elas foram absorvidas pelo capital, usando uma expressão de Saffioti (1969), como “um exército industrial de reserva”.

<sup>39</sup> Cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade In: SOIHET, Rachel; DEL PRIORE, Mary (org) **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

como um todo. No entanto, à época, era comum usar a palavra “operário” para referir-se aos dois gêneros e isso traduziu de forma assexuada a atuação da classe. Ademais, a flexão da palavra nos gêneros feminino e masculino é algo recente na historiografia e busca, justamente, contemplar o problema da representatividade.

Ao longo dos dias de greve, a intensificação da luta feminina nas ruas e nos comícios e a sua participação nas *Ligas Operárias de Bairro*, tornaram indispensável a maior alusão às mulheres no movimento.

Assim, embora a imprensa escrevesse da forma que era a usual na época, isto é, utilizando os artigos e substantivos apenas no modo masculino, observou-se que a ação das mulheres foi tão intensa que eles acabaram colocando, também, a identificação de mulheres, quer dizer, o jornal começou a usar a denominação *homens e mulheres, operários e operárias* nas suas publicações, revelando, dessa maneira, o quanto elas foram protagonistas desse movimento, até porque, conforme será visto, a greve estourou no setor feminino da fábrica. Outra esfera de atuação das mulheres no interior das greves que o jornal acaba revelando é o das associações de bairros, tais como a *Liga Operária da Mooca*, a *Liga Operária do Belenzinho* e a *Liga Operária do Cambuci*; a primeira, inclusive, contava com uma liderança feminina.

Muito já se falou sobre as Ligas Operárias, porque elas eram uma forma de organização dos anarquistas, mas pouco se falou sobre a liderança feminina<sup>40</sup>, e o jornal revelou isso. Destaca-se, também, desta documentação, particularmente no *A Plebe*, as falas das mulheres encontradas, por exemplo, nos artigos escritos pela militante anarquista Izabel Cerruti, que permitiu identificar a voz feminina na greve e o que ela dizia para as mulheres naquele momento histórico.

A presença feminina nessa imprensa foi destacada, também, por meio de um manifesto redigido por um grupo de mulheres grevistas, no qual elas fizeram um apelo aos soldados que foram recrutados justamente para reprimir esse movimento social. Observou-se que essa forma de se relacionar com as forças repressoras do

---

<sup>40</sup> Lopreato é uma das poucas historiadoras a apontar tal liderança feminina na Liga Operária, trazendo nomes como o da Maria Soares, representante da Liga Operária da Mooca.

Estado era comum a elas, porque surgiu tanto em São Paulo quanto no caso das costureiras do Rio de Janeiro, sendo, portanto, uma estratégia de luta específica dessas mulheres. Relativamente ao manifesto das mulheres grevistas, assinala-se que esse boletim foi distribuído por toda a cidade logo no início do movimento, o que mostrou o peso de sua atuação, da sua consciência política e o quanto estavam envolvidas nesse movimento como sujeitos ativos, tomando em suas próprias mãos o direito de lutar por si mesmas e, concomitantemente, por toda uma classe, demonstrando, dessa forma, que os espaços teriam, daquele momento em diante, dois sexos.

Assim, o protagonismo feminino apareceu no *A Plebe* de diversas formas: ele irrompeu na própria grafia do jornal, que começou a usar os termos no masculino e no feminino, embora isso não fosse algo de militância, portanto, era um reconhecimento da importância da presença delas nos movimentos paredistas; eclodiu nos espaços que as mulheres tinham para escrever sobre a greve e apareceu também no *A Plebe*, quando ele trouxe uma série de informações sobre a atuação das mulheres em relação à repressão. Esse comportamento das mulheres no que se refere à repressão exercida por policiais que iam combater e reprimir o movimento grevista, mostrou como as mulheres se relacionavam com a polícia. A relevância desse confronto das operárias com as forças policiais está exatamente no fato de ter sido noticiado por outros periódicos, como *O Debate*, por exemplo.

Os periódicos revelaram, também, que o número de mulheres nos citados movimentos grevistas de 1917 foi muito expressivo. Além disso, os jornais apontaram que foram elas que iniciaram a greve geral,<sup>41</sup> fato que, por si só, torna imperativo o destaque da sua contribuição naquele momento histórico. Nessa lógica, foi recuperado desses periódicos, para além da luta reivindicatória contra os baixos salários, contra a falta de higiene nos espaços físicos das fábricas, os maus tratos, as multas, entre outras questões, a comprovação do potencial feminino.

Outras passagens dos jornais consultados que revelaram a função social que cumpriram as mulheres no movimento paredista, isto é, a presença delas como

---

<sup>41</sup> Cf. PENA, Maria Valéria Junho. Lutas ilusórias: a mulher na política operária na Primeira República In: BARROSO, Carmen, COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983.

agentes durante este período, foram as divulgações e exigências que o *Comitê de Defesa Proletária*<sup>42</sup> fez para pôr fim à greve geral, pois, entre as reivindicações, foram encontrados itens relativos, especificamente, aos ofícios das mulheres nos espaços fabris, conforme será discutido adiante.

Os periódicos foram um importante mecanismo de informação sobre as formas específicas de luta das mulheres e seu protesto contra as péssimas condições nos estabelecimentos fabris. Ao acompanharem de perto o movimento grevista, esses jornais contribuíram – por meio dos relatos sobre os avanços, sobre as perdas humanas e sobre as negociações com os donos dos estabelecimentos fabris – para a preservação da história da atuação de tais mulheres. Nesse sentido, conclui-se que a imprensa, em particular a operária e anarquista *A Plebe*, cumpriu um papel relevante na divulgação do movimento grevista dando voz a segmentos de classe que estavam sendo massacrados dentro e fora dos portões das fábricas e, embora o periódico privilegiasse o uso dos termos no masculino em suas publicações, ecoou e misturou as vozes femininas.

Verificou-se, ao longo desta pesquisa, o quão difícil foi para a sociedade patriarcal admitir um papel de liderança feminina, enxergar a sua luta e, por isso mesmo, elas ficaram por muito tempo à sombra das ações masculinas. As operárias tiveram um papel determinante nessa transformação social que foi os movimentos grevistas de 1917 e, mesmo não dispondo do mesmo tempo que seus companheiros para se organizar, isso não caracterizou um empecilho para sua luta. Ainda que elas não tivessem tempo para uma organização sindical, por exemplo, observou-se que isso não foi uma barreira para a sua militância política, elas não estavam isoladas, mostraram ao longo das manifestações que tinham uma consciência de classe e de gênero. A presença feminina, quer em movimentos sociais, quer dentro de fábricas e oficinas, no decorrer do processo de urbanização e industrialização do país, foi crescente.

A exposição dos resultados da pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, discutiu-se como o termo solidariedade apareceu nos jornais analisados,

---

<sup>42</sup> Órgão formado por representantes das ligas operárias, das corporações em greve e das associações político-sociais, cuja finalidade foi unir os(as) trabalhadores(as) e coordenar suas ações.

em especial no *A Plebe*, mas, para além disso, demonstrou-se que esse ato fez parte da constituição de luta da classe operária, revelado no cotidiano das ações coletivas e/ou na atuação da militância anarquista que operou de formas distintas - seja divulgando a luta de homens e mulheres em prol da dignidade humana, seja contribuindo para uma educação humanitária e consciente da classe trabalhadora -, visando à libertação das ideias, isto é, a emancipação do jugo clerical e do sistema que os(as) oprimia.

A mulher teve um papel primordial na construção dos laços de solidariedade do movimento grevista. As suas intervenções foram marcadas pela solidariedade e combatividade, consubstanciada em vários momentos como, por exemplo, na construção do primeiro manifesto grevista que percorreu os meses de junho e julho de 1917, tendo como finalidade o pacto de solidariedade entre operários e soldados, chamando a atenção desses últimos para uma conscientização de classe, isto é, demonstrando que ambos pertenciam a uma camada social de explorados e que, portanto, experimentavam uma situação de miserabilidade que era comum a todos os trabalhadores. Ademais, foram analisadas as atuações frente às arbitrariedades policiais, expressas na luta em prol dos grevistas presos.

O protagonismo feminino também se revelou na constituição do núcleo de ação social, *Centro Feminino Jovens Idealistas*, formado por um grupo de mulheres que se propôs a discutir a questão feminina no mundo do trabalho. Esse centro atuou problematizando as questões de gênero nesse mundo, assim como nos jornais operários, denunciando os abusos do órgão policial. Levantou-se também a contribuição da jornalista e militante anarquista Izabel Cerruti, que operou nesse momento escrevendo artigos no *A Plebe* em defesa da classe trabalhadora e demonstrando a sua solidariedade, seja com palavras, seja de forma econômica. Nesse sentido, procurou-se demonstrar nesse capítulo que o movimento grevista desencadeado por um grupo de tecelãs do Cotonifício Crespi disseminou-se por outras localidades também fora de São Paulo como um ato solidário.

No segundo capítulo, foram abordadas, de forma breve, as discussões feministas no meio operário, manifestadas na luta das operárias contra o assédio e pela igualdade salarial entre homens e mulheres, como também nas posições de

militantes como Izabel Cerruti e Maria Lacerda de Moura, ambas defendendo a emancipação da mulher trabalhadora por meio da educação que, segundo elas, deveria ser direcionada também à sexualidade feminina. Ademais, problematizou-se a sua inserção no mundo do trabalho fabril, as percepções da sociedade e, em particular, dos operários acerca da convivência entre homens e mulheres nesses espaços e de que maneira isso afetava a dignidade feminina. A fábrica era vista como um local perigoso para as mulheres que estavam “desprotegidas” e à mercê das investidas dos mestres e contramestres, por exemplo. Portanto, o espaço fabril era concebido com um ambiente de degradação moral e prostituição.

Ao longo desse capítulo, destacou-se como a imprensa divulgou as greves de 1917. Utilizando uma linguagem que privilegiava o gênero masculino das palavras, as fontes, por diversas vezes, ocultaram o protagonismo feminino nessas manifestações, ou seja, ao anunciar aquelas greves, os jornais fizeram uso da palavra *operário* para referir-se a toda a classe, contribuindo, assim, para a percepção de que aquele momento histórico foi protagonizado majoritariamente por homens. A generalização da linguagem foi observada também nas citações sobre as *Ligas Operárias de Bairro*, que atuaram organizando as ações coletivas.

No terceiro capítulo, analisou-se a greve das costureiras de saco do Rio de Janeiro, revelando os motivos dessa paralisação e como ela apareceu no órgão divulgador desse caso, o jornal *Gazeta de Notícias*. Essa greve foi anunciada como um caso singular, curioso, em decorrência da categoria de trabalhadores, como também da composição de gênero, isto é, um movimento apenas de mulheres e meninas que protestavam contra as falcatruas do patronato (o não cumprimento dos acordos trabalhistas) e pela conquista de um valor digno para o seu trabalho. Foram investigadas as formas próprias de atuação dessas costureiras ante à irreduzibilidade do patronato em ceder à reivindicação, concretizada na greve, no boicote e, também, na “aliança” com o órgão policial que serviu de mediador do caso.

Foram discutidas as diferenças de remuneração entre aqueles que recebiam por jornada e essas costureiras, que ganhavam por peças produzidas. O valor ínfimo pago pelos cortes de saco fazia com que levassem o trabalho também para seus

lares, no intuito de alcançarem uma remuneração que fosse capaz de lhes conceder condições mínimas de sobrevivência. Diante desse quadro, analisou-se a particularidade do trabalho dessas operárias que vivenciavam uma jornada exaustiva, dividindo o tempo entre o serviço nas oficinas de costura, o trabalho excedente levado para casa, além das tarefas domésticas, constituindo, dessa forma, uma tripla jornada de trabalho.

Investigou-se aqui essa tripla jornada, o cotidiano das mulheres vítimas de tal situação, demonstrando, também, de que forma essa rotina dificultou a experiência direcionada ao lazer. Ademais, propôs-se fazer uma análise que contribuísse para a percepção de que o trabalho doméstico, tanto quanto os outros que conferem um pagamento monetário, são dotados de valor econômico.

Ponderou-se sobre a disciplinarização do trabalho, que mostrou-se fundamental para a consumação da atividade fabril e para a domesticação da classe operária, ou seja, ao adaptar o corpo da(o) operária(o) à máquina, buscava-se uma docilidade que deveria ser utilizada nos tempos dedicados à produção fabril, porém, expôs-se também os mecanismos de resistência do proletariado ante tal disciplinamento e, como tópico final, foram analisados os riscos que esse ambiente ocasionava à saúde das(os) trabalhadoras(es).

## **CAPÍTULO 1. A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE NOS MOVIMENTOS DE 1917**

### **1.1. Greve: a inerência da solidariedade**

O termo solidariedade aparece diversas vezes nos dois periódicos, *A Plebe* e *O Debate*, pois à medida em que o movimento paredista de 1917 atinge seu ápice, ele torna-se mais recorrente, permanecendo mesmo após o término daquelas greves. Aparece nas reportagens, nos artigos dos editores e naqueles assinados por colaboradores, de que são um exemplo os escritos pela jornalista e militante anarquista Izabel Cerruti; ou seja, o termo integra o conjunto das representações veiculadas no universo daqueles sujeitos históricos. A solidariedade é um vocábulo que contempla inúmeros conceitos, não só no concernente ao presente tema, mas em toda a literatura da área de humanas, pois diz respeito a uma característica da sociabilidade humana.

Afunilando um pouco mais em direção a este objeto de pesquisa, observa-se que, mesmo no interior dos estudos sobre as lutas dos trabalhadores e, em particular, dos operários, inúmeras são as conotações reveladas pelos autores. No entanto, é no século XIX europeu, na efervescência daquele mundo operário com suas diversas frentes de lutas, que a questão da solidariedade se sobressai, também porque, na ordem capitalista, a competitividade se põe como um de seus motores. Dentre os autores cujas reflexões versaram sobre essa contraposição, toma-se Karl Marx como uma das referências, pois ele trata da solidariedade como inerente ao mundo operário, ou seja, prescinde da consciência objetiva que este tem desse tipo de sociabilidade, revelando-se no cotidiano de suas condições de existência. O fato de trabalharem juntos no mesmo espaço, de atuarem em grupo para a transformação de uma matéria-prima em produto – cada qual contribuindo para que esta finalização ocorra (produção em série) –, de residirem nos mesmos bairros e vivenciarem as mesmas condições de miserabilidade coloca em pauta a

questão da solidariedade enquanto prática constitutiva de suas experiências<sup>43</sup>. O reconhecimento de tal inerência nas relações sociais, em especial, no “mundo proletário”, desdobrou-se na percepção do quanto essa característica contribuiu para o fortalecimento das lutas dos operários europeus no século XIX particularmente na Alemanha. Seja por sua inerência, seja por ter sido reconhecida enquanto tal pelos próprios trabalhadores, a solidariedade transformou-se, também, em uma bandeira de lutas e é nesta condição que atravessa o Atlântico e é expressada no interior do mundo operário como um valor.

É o que se revela, por exemplo, nos escritos de Cerruti. Ao manusear *A Plebe*, nos deparamos com um número relevante de artigos e resenhas dessa autora e a incidência com que o termo solidariedade aparece indica a importância que possui no ideário daquele momento e no interior das lutas das mulheres operárias. Cerruti julga o ideal anarquista como crucial na constituição dos laços sociais de solidariedade entre a classe, como fica evidente no conteúdo abaixo.<sup>44</sup>

E dando um \_\_bravo! À classe trabalhadora de São Paulo, saudamos também os mártires tombados, cujo sangue firmou a solidariedade, que nos levará a novas conquistas, até o raiar da nova era\_\_ prestes a despontar na história triste da humanidade \_\_que saudaremos com a completa vitória do sublime ideal anarquista! Vivam a Igualdade e a Fraternidade humana.<sup>45</sup>

A autora celebra a atuação da classe operária de São Paulo no movimento grevista de 1917 chamando a atenção para os denominados “mártires”, que morreram lutando a favor da dignidade humana, resultando, dessa forma, em uma solidariedade de classe que seria, segundo a autora, responsável por novas conquistas dos(as) trabalhadores(as).

Além de escrever na imprensa sobre o protagonismo do proletariado nos movimentos grevistas, ela também se utilizou do periódico *A Plebe* para criticar a

---

<sup>43</sup> As referências sobre a solidariedade não são exclusivas de Marx, encontrando-se em autores que tratam de temas sobre a coesão social e os laços que unem as pessoas na sociedade. Mas o fato desse autor ter-se debruçado, especificamente, sobre a análise da solidariedade na dimensão citada acima o fez ser aqui referido.

<sup>44</sup> Mantivemos a grafia e a pontuação originais de todas as citações, incluindo os aparentes desvios da norma padrão da língua portuguesa.

<sup>45</sup> CERRUTI, Izabel. Solidariedade por intermédio “d’A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

defesa que os grandes órgãos faziam do empresariado em detrimento da classe trabalhadora. Nesse sentido, ela agiu denunciando a violência com que foi tratado o movimento de protesto social e a aliança do jornal *O Estado de São Paulo* com o empresariado para coibir as manifestações. Primeiramente, diz estar indignada “pela maneira despótica com que aqueles que entendem ser os senhores do mundo tentaram sufocar o movimento de justiça em que se lançaram os operários”<sup>46</sup>, depois, confessa que, mesmo não sendo novidade, ainda assim não deixou de surpreendê-la a ação do *O Estado de São Paulo*, “cuja missão é propugnar pelos interesses dos magnatas, fazer, então, como o gato que dá o tapa e esconde a mão.”<sup>47</sup> Percebendo o crescimento acelerado do movimento e entendendo o “quanto é capaz a massa acossada pela fome”, o jornal procurou encobrir seu real interesse, pois ao mesmo tempo que “afirmava justificar o movimento, verberava o procedimento dos exaltados.”<sup>48</sup> De acordo com Cerruti, esse órgão defendia em suas publicações os interesses da classe burguesa (magnatas, donos dos estabelecimentos fabris), porém, em decorrência do alcance do movimento grevista, achou por bem ficar em cima do muro, isto é, ora justificava o movimento, ora demonstrava a necessidade da intervenção policial para acalmar “os exaltados”.

Outras práticas de solidariedade foram referidas por essa militante, como as contribuições monetárias prestadas às vítimas das greves.<sup>49</sup> Portanto, a sua conduta solidária relativamente ao movimento operário ultrapassava a palavra escrita. Além disso, o próprio comportamento dos sujeitos que tomaram parte no movimento grevista já revela que esses laços se encontravam intrínsecos à classe. Posto isso, torna-se necessário firmar que também *A Plebe* expressava em suas publicações outra face da solidariedade, manifestada na preocupação que os responsáveis pelo jornal e os que escreviam nele tinham com a necessidade de compartilhar de uma educação mais formal com os(as) trabalhadores(as). Assim, para esse periódico, sendo dedicado à causa operária, era imperativo que se buscassem meios de alcançar a todos.

---

<sup>46</sup> CERRUTI, Izabel. A propósito da atitude do grande órgão. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 8, 4 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>49</sup> PRÓ vítimas da greve. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 8, 4 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4

Defensores da prática do autodidatismo, os grupos libertários tinham como prática manter bibliotecas e gabinetes de leitura, onde os militantes poderiam reunir-se para ler e comentar sobre os jornais e livros que eram lidos pelos alfabetizados àqueles que não dominavam os mecanismos da língua escrita.<sup>50</sup>

Os anarquistas dispunham de um acervo literário e locais específicos para a consumação da prática da leitura, como bibliotecas e gabinetes. Portanto, eles se utilizavam desses meios para inserir o proletariado - menos familiarizado com a palavra escrita - em um contexto educacional mais amplo, além de estimular o autodidatismo entre a classe. Essa era uma tarefa de alfabetização e conscientização política visando atingir o maior número possível de operários e operárias. Nesse sentido, o jornal também cumpria uma função de cunho pedagógico, pois, ao manuseá-lo, observamos em seus números a repetição dos anúncios da *Escola Moderna*, que ofertava cursos para adultos e jovens de ambos os sexos, nos períodos diurnos e noturnos, com a finalidade de conscientizar o operariado sobre suas condições de vida e de suas possibilidades de organização, assim como de contrapor-se ao ideário veiculado nas escolas oficiais, atrelado aos preceitos da Igreja Católica e das instituições militares. Em pesquisa paralela, foram encontradas muitas reportagens sobre essa escola no jornal *A Lanterna*, outro periódico anarquista que, inclusive, possui uma edição especial sobre o educador espanhol que foi um de seus precursores por meio do Ensino Racional-científico e da fundação da Escola Moderna de Barcelona.<sup>51</sup>

Os anarquistas pretendiam libertar a classe operária da prisão mental imposta pela Igreja, como, por exemplo, a concepção de que era normal o estado de miserabilidade vivenciada pelo proletariado, cabendo-lhes somente aceitar condescendentemente o seu destino. Desse modo, a proposta da escola era justamente emancipar intelectualmente o trabalhador, dar-lhe condições de

---

<sup>50</sup> GONÇALVES, Aracely Mehl; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. **Educação nas folhas libertárias do jornal A Plebe (1917-1919)**. UEPG, Publicatio UEPG, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, p. 362-368, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/download/2862/2147>>. Acesso em: 5 ago. 2017. p. 362.

<sup>51</sup> SILVA, Rodrigo Rosa da. **Anarquismo, Ciência e Educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

compreender a exploração burguesa concomitante com exploração e convivência clerical.

Figura 1 – Anúncio da Escola Moderna<sup>52</sup>



Pautado no racionalismo, o ensino da *Escola Moderna* “defendia o desenvolvimento completo do homem, por isso, a ênfase também na educação informal, para cuja realização criou inúmeras e variadas estratégias de intervenção pedagógica nos diferentes espaços sociais.”<sup>53</sup> A escola propunha a emancipação do trabalhador visando despertar na classe operária a percepção de sofrer uma exploração que não era de modo algum natural e pré-determinada; visava despertá-los de uma resignação promulgada pela Igreja, aguçando, com isso, um instinto mais combativo, de que pode ser tomado como referência, o mote: “Patrões sanguessugas, que vivem a roubar a produção do seu trabalho insano.”<sup>54</sup> O empenho desse periódico e dos demais veículos de comunicação anarquista em propagandear a escola aparece nas suas referências em comícios e boletins informativos. Revela-se, assim, o protagonismo dos operários e das operárias

<sup>52</sup> ANÚNCIO da Escola Moderna. **A Plebe**, ano 1, n. 2, p. 4, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>53</sup> MORAES, Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana da Silva; MARTINS, Ana Paula. **O Ensino Libertário e a relação entre trabalho e educação**. USP, Educação e Pesquisa, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2012nahead/aop638>>. Acesso em: 8 ago. 2017, p. 6.

<sup>54</sup> O OPERARIADO de São Paulo parece despertar para a luta. Movimentos grevistas: associações que surgem. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

naquele momento histórico. Porquanto suas ações, suas experiências de luta e resistência já estavam bem acentuadas, não ficaram à espera de um grupo que os organizasse, ao contrário, a sua organização e as suas experiências enquanto batalhadores por trabalhos que lhes propiciassem uma vida mais digna travava-se diariamente, no cotidiano das fábricas.

Assim, a vida, a liberdade e a fraternidade em todas as redondezas da terra eram afirmações muito comuns durante a greve, conforme noticiava *A Plebe*. No combate ao modelo de sociedade burguesa, ao Estado com seus aparatos e à Igreja, os anarquistas responsabilizavam esses setores por manter o povo na ignorância, razão que irá gerar a necessidade de a classe trabalhadora resolver seus próprios problemas e mostrar, em consequência disso, a sua visibilidade. Nessa perspectiva, o periódico afirmava que:

Jamais seremos felizes enquanto sobre a terra existirem padres e igrejas. O podre só consome o que é bom e só produz o que é mal. É um terrível inimigo com que contamos. Este algoz da humanidade tem por missão impedir o progresso moral do povo, porque assim ele nos mantém escravos, causando-nos todos os males. O homem emancipa-se à proporção que se eleva moralmente.<sup>55</sup>

O jornal apontava o clero como responsável pela disseminação do mal, pois, de acordo com a citação acima, a instituição religiosa tinha como função dificultar o desenvolvimento intelectual da população empobrecida com o único objetivo de manter a classe trabalhadora na eterna escravidão. Portanto, na visão dos anarquistas, a Igreja impedia que os mais pobres pensassem autonomamente, que enxergassem a exploração que sofriam aceitando a opressão material e moral em que viviam, dessa forma, tornavam-se ovelhas resignadas, incapazes de lutar contra o sistema burguês que os oprimia. Os libertários se opunham à moral burguesa individualista e escravocrata aceita e imposta pela Igreja, reivindicavam uma emancipação moral do povo que poderia ser atingida mediante a rebeldia contra a organização social na forma como estava estipulada.

Izabel Cerruti, sob o pseudônimo de Isa Ruti, também manifestou-se a esse

---

<sup>55</sup>AO POVO Amigo. *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

respeito dizendo que “enquanto (sic.) não conseguirmos sanar o espírito dos homens de todos os preconceitos, quer religiosos ou patriarcais haverá sempre escravos sobre a terra.”<sup>56</sup> Para livrar a população dos preconceitos pregados pela Igreja e pela sociedade patriarcal no geral, os(as) militantes apostaram na educação libertária, cuja finalidade era a emancipação da classe trabalhadora.

Em vista disso, para quebrar as correntes que mantinham o proletariado preso às convenções burguesas da época, romper com a mordança de sua boca e a venda de seus olhos, os anarquistas criaram mecanismos para educar a classe trabalhadora numa sociedade de iguais: a *Imprensa Libertária*. O periódico foi operado como maneira de combater o *status quo* de miséria social vigente naqueles idos anos do começo do século XX. A linguagem do jornal era dotada de um conteúdo ideológico, as palavras, as mais contundentes, usando, inclusive, caricaturas e poemas para expressar o descontentamento com o momento histórico, a exemplo da imagem abaixo, cujo título “Igualdade e Fraternidade”, nos dizeres de Leuenroth, só existem como uma grosseira expressão retórica, rotulando muita miséria e opressão.<sup>57</sup>

Figura2- Igualdade e Fraternidade.<sup>58</sup>



<sup>56</sup> RUTI, Isa. Resenha de uma operária. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 16, 7 out. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>58</sup> IGUALDADE e Fraternidade. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 de jun.1917. Acervo Edgard Leuenroth, 1 ilustração p&b, p.1.

A caricatura é expressiva no que pretende: confirmar a opulência da camada social burguesa em relação à despossuída classe trabalhadora. Observa-se, na margem direita da imagem, uma multidão de trabalhadores, homens jovens e idosos, mulheres e crianças, tendo na ponta principal uma mulher segurando uma criança, possivelmente morta de fome, lutando contra a miséria que lhes impõe a burguesia. Do outro lado, na margem esquerda, observa-se um homem, burguês, assentado em um montante de dinheiro adquirido à custa do sangue dos trabalhadores, olhando, com a indiferença que a riqueza lhe permite, essa multidão de miseráveis. Por meio dessa linguagem particular, o periódico visava atingir e incluir os operários e as operárias ainda não letrados ou menos familiarizados com as palavras rebuscadas que muitos dos colaboradores do *A Plebe* utilizavam em seus artigos.

Além da militante Izabel Cerruti, as operárias também tiveram uma participação relevante no *A Plebe*, particularmente na confecção de um manifesto logo no início do movimento paredista, assinado por um grupo de mulheres grevistas.

Figura 3 – Manifesto aos soldados<sup>59</sup>



<sup>59</sup> MANIFESTO aos soldados *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 de jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth. 1 fotografia p&b.

Essas mulheres dedicaram o manifesto aos soldados, que haviam sido recrutados para, possivelmente, reprimir o movimento paredista. Nele, elas expressam de maneira categórica as condições sociais semelhantes que tanto os(as) trabalhadores(as) das fábricas quanto eles, servos do Estado, experimentavam no cotidiano da vida. Entre essas condições, encontra-se o estado de miséria, pois, de acordo com o manifesto, a fome reinava em ambos os lares. Portanto, essas mulheres empenharam-se em alertar os soldados para o fato de que haviam sido recrutados pelos patrões para garantir o direito de esfomear o povo.

Ademais, os instigaram a rememorar os momentos em que os soldados do Brasil se puseram contra a tirania e aquilo que elas chamaram de “assassinato das liberdades”. Entre esses momentos, elas citam o episódio que ocorreu no Rio de Janeiro em 1881, quando o povo se manifestava contra o aumento do vintém e os soldados da época se recusaram a atirar nos manifestantes e/ou quando, em treze de maio de 1888, mais uma vez eles se recusaram a ir contra os escravizados que se rebelaram e fugiram de seus cativeiros. Consequentemente, conclamam a mesma solidariedade de outrora no intuito de fazê-los perceber que estavam, naquele momento, servindo como instrumento de opressão para os grandes industriais da época, além de fazê-los compreender que trabalhadores e soldados constituem uma só classe, logo, são “irmãos na miséria e na fome”.

Esse manifesto circulou durante todo o período das greves, sendo divulgado também em outros periódicos operários como *O Debate*. Consubstanciou-se em um mecanismo importante da luta operária contra os açambarcadores do capital, evidenciando a situação deplorável a que a classe trabalhadora estava submetida, chamando a atenção dos soldados para um pacto de solidariedade entre eles, uma vez que soldados e proletários experimentavam uma situação de exploração e miséria que era comum a toda a classe trabalhadora, isto é, faziam parte da mesma camada social. Assim, houve “alguns casos de deserção e de insubordinação da soldadesca durante a greve que podem ter sido fruto dos apelos dessas mulheres.”<sup>60</sup>

Posto isso,

---

<sup>60</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 39.

[...] as mulheres foram parte constitutiva do movimento social e das lutas políticas operárias na República Velha. Marcaram a presença por sua combatividade, coragem, generosidade e solidariedade. Enfrentaram mestres, contramestres, patrões e polícia e não se permitiram ilusões sobre o que o capitalismo e o industrialismo tinham a lhes oferecer.<sup>61</sup>

As ações femininas nas manifestações de cunho social foram marcadas pela combatividade e solidariedade. Lutaram contra os desmandos dos seus superiores dentro do sistema fabril e também contra as arbitrariedades do órgão policial no que tange à repressão aos movimentos grevistas. São relevantes as contribuições das mulheres nos movimentos paredistas, em que revelaram formas próprias de atuação, como também a cooperação e comprometimento do *A Plebe* com os movimentos grevistas de São Paulo.

As greves de São Paulo inspiraram poetas, romancistas, teatrólogos e cineastas em decorrência do alcance e da camaradagem existente entre a classe operária. Destaca-se, porém, que as greves não marcaram apenas a constituição de uma solidariedade e de uma identidade de classe entre os(as) grevistas, mas também propiciou a visibilidade e a existência da mulher trabalhadora no espaço público e político, até então percebido como de domínio exclusivo do sexo masculino. A mulher trabalhadora, ao penetrar nesse espaço, provocou uma mudança no contexto social da cidade, do trabalho e do próprio meio operário, pois “as mulheres operárias emergiram como um movimento especificamente feminino, reivindicando seus direitos enquanto categoria marginalizada e oprimida.”<sup>62</sup>

A mulher-operária-grevista atuou nessa manifestação social desde o prelúdio, protagonizando não apenas os atos grevistas ou as associações de resistências surgidas no decurso do movimento paredista de 1917. Passado esse período de intensa greve geral que marcou a história do movimento operário brasileiro, elas envolveram-se em um núcleo de ação social denominada *Centro Feminino Jovens Idealistas*, no qual essas combativas mulheres continuaram a

---

<sup>61</sup> PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operárias da Primeira República. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 19.

<sup>62</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p.102.

denunciar as prisões e as deportações de alguns militantes anarquistas, a exploração da mão de obra operária e as arbitrariedades da polícia frente às manifestações proletárias que continuaram mesmo após o encerramento da greve geral. Em 22 de setembro de 1917, o *Centro Feminino Jovens Idealistas* divulgou um manifesto de repúdio às ações policiais, por meio do qual fez conhecer o

[...] protesto contra as arbitrariedades da polícia que em sua mania bestial desconhece até o respeito devido ao pudor natural de mulheres honradas a quem a polícia insultou, penetrando altas horas da noite em seus aposentos e arrancando-lhes a roupa com que se cobriam.<sup>63</sup>

As integrantes desse centro repudiaram as ações policiais no tratamento que eles dedicaram às operárias, introduzindo-se em seus lares à noite e tocando-lhes o corpo de forma bruta, no intuito de arrancar a roupa com que elas se cobriam. O manifesto foi divulgado em tom de indignação por parte dessas mulheres frente a esse ato tão sujo e covarde praticado por uma parcela do órgão policial. Seguindo a denúncia, “o centro declara confiar no povo, pois sabemos que tanta infâmia não pode lhe ser indiferente, posto que a ele se visou ferir, com esses atos mesquinhos.”<sup>64</sup> Conjectura-se que, em decorrência dessas mulheres serem operárias, o objetivo da ação perpassava o orgulho e a moral da mulher trabalhadora e tencionava, sobretudo, atingir toda a classe grevista.

A despeito de ter sido criado por mulheres, a saber, Maria A Soares, Maria Alves, Margarida Pilón, Luiza Cipinto e Cristina Berain - respectivamente nas funções de secretária, tesoureira e auxiliares -, a constituição deste núcleo de ação social tinha como finalidade “fazer propagandas em prol do proletariado feminino que, de acordo com elas, era tão numeroso nesta capital e ao mesmo tempo tão escravo dos preconceitos e da exploração capitalista.”<sup>65</sup> As integrantes desse centro, ao lançarem o manifesto direcionado ao povo trabalhador em virtude das prisões de alguns grevistas, faziam um apelo “aos trabalhadores de São Paulo que permaneçam unidos e firmes no seu propósito (sic) de fazer imperar a liberdade e a

<sup>63</sup> MANIFESTO do Centro Feminino Jovens Idealistas. **A Plebe**, ano 1, n. 14, 22 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>65</sup> NÚCLEOS da Vanguarda: Centro Feminino Jovens Idealistas. **A Plebe**, São Paulo, ano 4, n. 54, 28 fev. 1920. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2

justiça.”<sup>66</sup> Elas estavam, portanto, empenhadas nas questões de gênero e solidariedade de classe.

As ações desse centro transcorreram o ano de 1917 e atingiram o ano de 1920 tendo como comprometimento a causa feminina, comumente tão inferiorizada pelo segmento masculino da classe operária e pelos periódicos que atuavam no meio proletário. Destaca-se do *Centro Feminino Jovens Idealistas* a ferrenha combatividade das militantes Rosa Musitano e Maria Angelina Soares, esta última, secretária da Liga Operária da Mooca.<sup>67</sup> Pretende-se indicar com isso que a mulher se envolveu de forma contundente no cenário político da época, lutando por uma causa comum à classe trabalhadora ao mesmo tempo em que constituía a sua própria luta no mundo do trabalho.

O protagonismo feminino também foi consolidado na reunião realizada no salão Germinal em quatro de março de 1917, quando os(as) anarquistas presentes confabularam uma campanha em defesa das crianças trabalhadoras, da qual destacamos a atuação das militantes Rosa Musitano, Antonia Soares e Encarnación Mejia. Foi a partir dessa reunião que os(as) anarquistas constituíram o *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários*.<sup>68</sup> Nesse sentido,

Alguns movimentos grevistas já se formaram, ao mesmo tempo que se vae (sic.) tratando de constituir associações de resistência e de acentuada luta social. Dando execução ao seu programa, O Comitê popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários tem promovido reuniões em vários bairros com o fim de organizar as ligas operárias que dentro em breve, reconstituirão a União Geral dos Trabalhadores.<sup>69</sup>

Assim, em nove de junho de 1917, o comitê já se encontrava em franco desenvolvimento, tomando parte dos movimentos grevistas que surgiam e promovendo reuniões com a finalidade de organizar as ligas operárias de bairro que, de acordo com a nota, formariam a União Geral dos Trabalhadores. Esse comitê

---

<sup>66</sup> MANIFESTO do Centro Feminino Jovens Idealistas. op. cit., p. 2.

<sup>67</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 35.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> O OPERARIADO de São Paulo parece despertar para a luta. Movimentos grevistas: associações que surgem. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

contou com a solidariedade do *Centro Feminino Jovens Idealistas*, que divulgou um manifesto de apoio assinado por trinta e uma mulheres.<sup>70</sup> Portanto, quando eclodiu o movimento paredista, a questão dos menores fez parte da pauta de reivindicação do proletariado.<sup>71</sup>

No dia 23 de junho, momentos antes da greve geral paulista, iniciavam-se as atividades da Liga Operária do Belenzinho, com intuito de tornar pública sua solidariedade aos(às) grevistas do Cotonifício Rodolfo Crespi - iniciadoras(es) da greve geral. A liga promoveu um comício proletário convocando, por meio de um boletim, todos os trabalhadores e trabalhadoras a se solidarizarem.

Convidamos [...] todos os operários e operárias adultos e menores e ao povo em geral a comparecer ao grande comício a realizar-se no domingo dia 24 do corrente, às 6 horas da tarde no Largo S. Josi (Belenzinho), para demonstrar que os operários grevistas não estão sós, que podem contar com o concurso de todas as classes trabalhadoras, de toda a população proletária.<sup>72</sup>

Por meio do boletim, os(as) grevistas conclamam todo o operariado, sejam mulheres ou homens, sejam adultos ou menores, a comparecer à reunião promovida pelos(as) operários(as) a fim de oferecer apoio à causa. Conforme avança o movimento paredista, forma-se o *Comité de Defesa Proletária*, entidade composta pelas ligas operárias e pelas corporações em greve, com a finalidade de expor as aspirações da massa operária grevista,<sup>73</sup> tais como a luta pela abolição do trabalho noturno das mulheres, o fim da exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, o direito de associação para os trabalhadores, jornada de 8 horas de trabalho, o aumento de 35% nos salários inferiores a 6\$000 e de 25% nos mais elevados, entre outras. Em relação ao aumento de salário, o *Comité de Defesa Proletária*, “considerando que o aumento dos salários, como quase sempre acontecia, pudesse vir a ser frustrado por um aumento no custo dos gêneros de primeira necessidade, sugere algumas outras medidas”

---

<sup>70</sup> LOPREATO, op. cit., p. 90.

<sup>71</sup> O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>72</sup> ATIVIDADES das ligas operárias. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>73</sup> O QUE reclamam os operários. op. cit., p. 3

- 1º) Que se proceda o imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade, providenciando-se, como já se fez em outras partes. Para que os preços devidamente reduzidos não possam ser alterados pela intervenção dos açambarcadores;
- 2º) Que se proceda sendo necessário, a requisição de todos os gêneros indispensáveis à alimentação pública, subtraindo-os assim do domínio da especulação.<sup>74</sup>

Deste modo, o comitê estudou maneiras de coibir as intervenções dos empresários no aumento dos gêneros de primeira necessidade, diminuindo, assim, a ação deles sobre os produtos. Todas as medidas tomadas pelo comitê visavam ao cumprimento do acordo pelos patrões, pois não era incomum o fato do patronato voltar atrás, privilegiando os seus negócios em detrimento do acordo com a classe trabalhadora. Consequentemente, a “solidariedade foi a palavra de ordem do CDP.”<sup>75</sup>

As greves foram possíveis, por um lado, em razão de um processo intenso e progressivo de luta da classe trabalhadora e, por outro, por causa da militância anarquista, que denunciava nos jornais a exploração vivenciada pelo proletariado, distribuía panfletos e organizava comícios como ato de solidariedade aos grevistas, acompanhando e divulgando os acordos entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. Dentre os colaboradores desses periódicos, destacam-se o redator do jornal operário e anarquista *A Plebe*, Edgard Leuenroth e a militante anarquista Izabel Cerruti, que, mesmo após o encerramento da greve geral, persistiu divulgando as maneiras pelas quais o proletariado seguiu sendo tratado. Terminada a greve geral paulistana, Cerruti homenageou a classe trabalhadora.

---

<sup>74</sup> O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>75</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 36.

Congratulando-nos com o entusiástico movimento operário, que marcou na história uma nova fase para a vida do povo trabalhador de São Paulo, enviamos as expressões do nosso reconhecimento aos esforços envidados pelos delegados do Comitê da Defesa Proletária, aos quais com verdadeiro heroísmo e fervorosa abnegação, mantiveram-se firmes no seu posto, até a completa solução em proveito da justa e alta causa, arrastando com os perigos a que expunham a sua vida e a sua liberdade.<sup>76</sup>

Cerruti felicita o movimento operário salientando o quão fundamental ele se tornou, pois marcou uma nova fase da vida da classe trabalhadora de São Paulo, além de cumprimentar os representantes do CDP pela sua atuação frente ao movimento e as reivindicações advindas dele. O começo dos atos grevistas suscitou o surgimento de “associações de resistência”<sup>77</sup> e, entre esses organismos, encontravam-se as Ligas Operárias da Moóca, do Belenzinho, do Cambucy e da Lapa. Cada uma das agremiações foi fundamental para as organizações coletivas contra a exploração fabril, sendo a primeira delas a que “mais rapidamente desenvolvimento tomou contribuindo, naturalmente, para isso os dois movimentos que (as)os tecelãs(ões) venceram em fábricas situadas naquele bairro.”<sup>78</sup> A segunda, em contrapartida, contribuiu “dispondo de salas de leituras e organizando sessões de propaganda social”<sup>79</sup>, uma vez que “a greve tinha valor educativo, de formação de uma consciência de classe autônoma, através da experiência da luta.”<sup>80</sup>

Cabe destacar, também, que as manifestações não se resumiram a alguns bairros de São Paulo, a dimensão foi muito maior, abrangendo localidades como São Caetano, Ribeirão Pires, Cotia, Itaquera, entre outros; atingindo profissionais têxteis, gráficos, canteiros, metalúrgicos, chapeleiros e diversos outros segmentos explorados pelo sistema capitalista.

*A Plebe* noticia o surgimento das greves como consequência do estado de exploração e miserabilidade em que se encontrava a classe trabalhadora naquele

<sup>76</sup> CERRUTI, Isabel; CERRUTI, Americo. Solidariedade por intermédio “d’A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>77</sup> O OPERARIADO de São Paulo parece despertar para a luta: movimento grevista-associações que surgem. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>78</sup> CERRUTI, Isabel; CERRUTI, Americo. Solidariedade por intermédio “d’A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>80</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 23.

período. A situação do proletariado era tão caótica que um movimento como o que ocorreu, em que diversos setores cruzaram os braços, era algo previsível e natural.

Nota-se que as greves foram, primeiramente, um ato de solidariedade entre a classe trabalhadora, pois era a que de fato sentia, constantemente, a miséria bater à sua porta, assim como o comprimir dos torniquetes da exploração de sua força de trabalho. A exploração era experimentada nas jornadas exaustivas e nos salários paupérrimos. Percebe-se esse ato solidário na forma como se estendeu o movimento, pois as agitações que haviam irrompido entre os trabalhadores das fábricas de tecidos em consequências de suas horríveis condições de vida foram, aos poucos, alcançando toda a classe.<sup>81</sup> Porém, é fundamental observar que as greves, que se tornariam gerais, foram obra do setor feminino da indústria de Fiação e Tecelagem Cotonifício Crespi, cujas operárias foram as primeiras a cruzar os braços, abrindo caminho para os demais trabalhadores de outras empresas entrarem em greve.<sup>82</sup>

## 1.2. Os Fatores que desencadearam a greve.

### 1.2.1. Carestia e salários insuficientes.

As greves generalizaram-se tendo como fundamento principal o aumento de salário em razão da sua insuficiência para comer, para morar e para o transporte; e isto tudo recaía intensamente sobre a mulher. O sexo feminino era o que mais sentia a miséria dentro do lar, pois eram elas que administravam as despesas da casa, isto é, eram responsáveis pela compra dos gêneros de primeira necessidade e pela preparação dos alimentos. Sendo assim, percebiam primeiro a mediocridade do ordenado familiar, haja vista que, sujeitas à precariedade do salaríato, viam “muito limitada a sua possibilidade de consumo.”<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Os OPERÁRIOS da fábrica Labor conseguem um aumento. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 4, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>82</sup> Cf. PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operárias da Primeira República. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 19.

<sup>83</sup> O QUE somos. **A Plebe**, São Paulo, ano 4, n. 54, 28 fev. 1920. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1

Ademais, o fato da estrutura salarial ser determinada pelo sexo e pela idade dos(as) trabalhadores(as) afetava especificamente essas mulheres. Assim, “reduzindo a diversidade das formas de pagamento, percebe-se claramente que os operários adultos ganhavam mais do que os menores, sendo que os homens tinham salários superiores aos pagos às mulheres, para igual serviço.”<sup>84</sup> Portanto, existia uma discriminação sobre um trabalho que já era, naquele período, muito mal pago para toda a classe trabalhadora, principalmente, para as mulheres e menores.

Embora essa diferença não tenha sido a causa das greves, mas sim, a insuficiência dos salários, é relevante destacar que a greve geral de julho de 1917 estourou, no primeiro momento, na fábrica dos Crespis, na seção de lã do Cotonifício Rodolpho Crespi, local onde trabalhavam, em sua maioria, mulheres e crianças. Só alguns dias depois a paralisação obteve adesão dos demais operários como um ato de solidariedade. Ao perceber que o movimento persistia, o dono do estabelecimento “propôs um mísero aumento de salário a uma parte, com o fim evidente de os dividir.”<sup>85</sup>

No entanto, em decorrência da solidariedade vigente entre os(as) operários(as), esses industriais, em vez de dividi-los, vislumbraram o fortalecimento do ato, uma vez que os trabalhadores de outras fábricas, tais como de Nami Jafet e Votorantim, dos canteiros de Ribeirão Pires e os marceneiros de várias oficinas declararam-se em greve. “Desorientados pela decisão dos operários, os patrões, verificando que não os podem submeter por meio de enganos ou ameaças, procuram obrigá-los a voltarem vencidos para os seus ergástulos industriais sujeitando-os ao regime de fome.”<sup>86</sup>

Em 9 de julho de 1917, é divulgado no citado periódico operário e anarquista o motivo de as(os) trabalhadoras(es)s fabris se porem em parede:

---

<sup>84</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 80

<sup>85</sup> A AGITAÇÃO proletária estende-se: em prol dos grevistas. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 3.

A grande baixa dos salários há pouco ocasionada pela crise de trabalho, não pode de forma alguma perdurar, sabendo-se como todo mundo sabe que os capitalistas estão ganhando rios de dinheiro. A crise econômica, isto é, a falta de mercadoria que encarecem dia a dia não é causada pela paralização (sic.) na agricultura ou na indústria ao contrário como já constatamos, nunca houve aqui tanto desenvolvimento na produção, o que motiva a falta de gêneros de primeira necessidade é o açambarcamento feito pelos exploradores que remetem para Europa e para os Estados Unidos a maior parte dos produtos para alimentar a guerra, privando a população do país daquilo que precisa para satisfazer as necessidades de consumo.<sup>87</sup>

De acordo com a nota, tanto o setor agrícola quanto o industrial estavam produzindo em larga escala, então, questiona-se qual seria o motivo da falta de abastecimento nos supermercados dos gêneros de primeira necessidade. O excerto reflete também sobre a razão pela qual os poucos produtos comercializados no Brasil estavam com os preços tão elevados. Ainda segundo a nota divulgada, a escassez dos produtos e o seu alto preço no mercado deviam-se ao monopólio dos capitalistas do país, que remetiam para a Europa e para os Estados Unidos uma grande soma de produtos para alimentar a guerra, privando, por conseguinte, os brasileiros desses bens de consumo.

No ano de 1917, os jornais paulistanos registraram, dia após dia, o aumento no clamor público contra a elevação dos preços. O encarecimento dos produtos de primeira necessidade, em especial os gêneros alimentícios, provocou um debate acalorado porque a colheita de cereais do ano agrícola de 1916-1917 tinha sido abundante e os estoques nos armazéns eram avultados.<sup>88</sup>

Portanto, foi a exportação e o encarecimento desses produtos um dos motivos desencadeadores das manifestações, daí provindo, pois, “o movimento de reivindicação operária, as greves, com as suas consequências.”<sup>89</sup> Em decorrência da alta desses produtos, dos baixos salários e das longas jornadas, o proletariado se rebelou contra esse estado de miséria e exploração. Uma carestia alimentícia que se somava a outros atávicos problemas como o da habitação, saneamento, transportes

---

<sup>87</sup> O PORQUÊ das Greves. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>88</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta: a greve anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 73.

<sup>89</sup> O PORQUÊ das Greves. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1

e atendimento à saúde, os quais impactavam diretamente as famílias, em particular, as mulheres.

Em decorrência das suas inúmeras incumbências e das experiências contínuas de privações, comumente eram vistas “meninas pálidas e enfezadas, moças anêmicas e tristes, velhas esqueléticas e encarquilhadas”.<sup>90</sup> Apesar desse quadro, essas mulheres trabalhadoras foram as primeiras a protagonizar a efervescente greve geral de 1917 e também estiveram envolvidas em todas as greves do início do século XX.

O cenário econômico e social do país no início do século XX era desastroso para o proletariado, que se percebia encurralado pela carestia de vida e pela exploração do trabalho, portanto, uma conjuntura propícia para o advento das manifestações sociais e uma aliança entre a classe operária. A respeito do cenário econômico averigua-se que

[...] tudo aumenta, tudo sobe, tudo se vende a preços incriveis, a preços descomunais, a preços criminosos. Mas não só os preços de tudo o que se come e o que se veste assumem proporções inauditas e fantásticas. Os gêneros que nos fornecem, os produtos que adquirimos são os piores que já apareceram no mercado, uma maravilha de deterioração e da falsificação, de que o melhor exemplo é a farinha de trigo que os moageiros da cidade já não vendem senão devidamente manipulada com largas proporções de caulim[...].<sup>91</sup>

O estopim das greves de 1917 foi a alta nos preços dos gêneros de primeira necessidade, porquanto “o trabalhador industrial ou rural recebia apenas, em dinheiro, a ração alimentícia que lhe mantinha mais ou menos as forças”<sup>92</sup>, porém, tendo que suportar uma jornada de até 14 horas, como foi o caso do operariado, necessitava-se de uma regime alimentar que lhe fornecesse condições adequadas para sobreviver à jornada exaustiva, tendo em vista que o trabalhador, quando incapaz para o serviço por ter seu corpo debilitado pela fome, era simplesmente

---

<sup>90</sup> AS REIVINDICAÇÕES da canalha. **A Plebe**, São Paulo, ano 2, n. 17, 14 jun. 1919. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>91</sup> O PROBLEMA das subsistências. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>92</sup> MOTA, Benjamin. O pobre é um vadio? **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

descartado pelo patronato, “[...] dá-se-lhe um ponta pé (sic.) e ele que vá morrer miseravelmente no leito de um hospital ou embaixo de uma ponte.”<sup>93</sup>

Além do disparate dos preços dos produtos de primeira necessidade indicado acima, o(a) trabalhador(a) tinha que lidar, também, com a baixa qualidade do produto, pois as falsificações e adulterações eram recorrentes. Foi nesse cenário de precarização e fraude alimentícia, bem como de insegurança no trabalho e na vida cotidiana, que os operários e as operárias rebelaram-se, acreditando ser esse o mecanismo mais eficaz de protesto social. A fome sempre foi uma companheira quase que fiel das classes desfavorecidas economicamente, “é possível localizar na história do Brasil uma série (sic.) de lutas em torno da fome, particularmente as protagonizadas pelas classes populares, classificadas pela história oficial como simples revolta ou atos de insubordinação.”<sup>94</sup> Entretanto, não será listado aqui o número de revoltas ocorridas na história por consequência desse regime, pois não é o objetivo desse estudo. Este se limitará a contextualizar a carestia de vida da classe trabalhadora no ano de 1917.

Observa-se que a carestia e a fraude nas mercadorias básicas à sobrevivência humana ocasionavam danos à saúde do trabalhador, afetando, assim, a sua capacidade de trabalho, diminuindo o seu ritmo de produção, contudo, ao fazê-lo, causavam prejuízos aos empresários, que acabavam por substituí-lo. “O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de ação direta tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente.”<sup>95</sup> Mediante a própria vivência, o proletariado acabou constatando que

---

<sup>93</sup> Ibid., p. 1.

<sup>94</sup> GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros, 1995, p. 213. apud BONFIM, João Bosco Bezerra. **A Fome no Brasil: O que se diz, o que se faz, o que se fazer**. Artigo publicado no Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/147/09.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>95</sup> O PORQUÊ das greves. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1

[...] os governantes, os que se dizem representantes do povo, desenvolveram uma atividade extraordinária para favorecer os fazendeiros, os comerciantes e industriais, procurando dinheiro para emprestá-lo aos que se dedicam à exploração da agricultura e da indústria e esforçaram-se por facilitar o transporte de mercadorias nas vias terrestres e marítimas, sem olhar para o sacrifício dos operários da marinha mercante, em que naufragava ou eram metralhados na zona de guerra. Foram, ainda mais longe: facilitaram todos os meios de exportação, em prejuízo do país, da sua população, que se viu e se vê apavorada pela fome determinada pela escassez de gêneros de consumo nos mercados nacionais.<sup>96</sup>

A exportação – e não a pouca produtividade na agricultura – foi o que ocasionou a escassez desses produtos em solo nacional, assim como, a elevação nos preços das mercadorias. Logo, a saída desses gêneros de primeira necessidade gerou protesto entre toda a classe trabalhadora e particularmente entre os operários e as operárias. De acordo com Yara Khoury:

Não fora a condenável indiferença com que se permitiu a enorme saída de gêneros de primeira necessidade, ocasionando uma brusca elevação nos preços, este movimento que acabamos de assistir, não se teria produzido pois que os vencimentos do operariado estavam em proporção com as condições de vida anteriores, senão confortáveis, pelo menos bastante sofríveis e mesmo de relativa comodidade. O subitâneo encarecimento dos cereais, principalmente do feijão, arroz e trigo, desequilibrou extraordinariamente a receita do proletário com a sua despesa.<sup>97</sup>

Segundo a historiadora, o que levou o operariado às ruas foi a indiferença com que os empresários e o Estado trataram a classe trabalhadora e suas necessidades. Bonfim, por exemplo, afirma que muitas das lutas urbanas do começo do século XX eram pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios<sup>98</sup>, como, segundo ele, foi o caso do movimento social de 1917, que apresentava essa problemática como uma das suas reivindicações. Tal assertiva parece corroborar as falas de integrantes do próprio movimento, conforme citado também por Khoury, para quem o desenvolvimento dramático das condições de vida e de trabalho da classe operária estava fundamentalmente associado à ganância do empresariado e à conivência do

---

<sup>96</sup> KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 38.

<sup>97</sup> A CAPITAL, 19 set. 1917. apud, KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 92.

<sup>98</sup> BONFIM, João Bosco Bezerra. In: BRASIL. Senado Federal. **A Fome no Brasil: O que se diz, o que se fez, o que fazer**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/147/09.pdf?sequence=3>>. Acesso em 15 ago. 2017.

Estado, pois, em 1916, ou seja, um ano antes da greve que desabrochou no país, no jornal *O Combate* “[...] discutia-se a conveniência de evitar, limitando as exportações, que o povo fosse esfomeado pela carestia dos gêneros alimentícios de primeiras necessidades.”<sup>99</sup>

Ainda de acordo com essa imprensa, o governo fez pouco caso da miséria alheia, limitando-se a argumentar que, “não possuindo estatísticas, ignorava-se qual era a massa de produção e quais eram as necessidades do consumo e por isso não poderiam estabelecer o limite do que deveria ser exportado.”<sup>100</sup> Khoury contradiz tal argumento ao apontar a crítica publicada no *O Combate* sobre a lei da oferta e da procura, afirmando ser de conhecimento de todos que “se os preços sobem nos nossos mercados, é que há falta do artigo, e se baixam, é que há abundância.”<sup>101</sup> Dessa forma, bastava um pouco de comprometimento do governo com a população empobrecida, adotando algumas medidas que visassem à redução da precariedade de vida, para minimizar o problema da carestia. Dizia o jornal que a maior queixa dos operários para justificar o movimento era o da alta dos preços dos produtos de primeira necessidade, pois

Em 1916, o açúcar, já em alta desde 1915, vendia-se de 26\$000 a 27\$000 a saca, por atacado, para o mascavo; o cristal custava de 39\$000 a 40\$000. Atualmente o mascavo vende-se de 39\$000 a 41\$000 pouco tendo aumentado as cotações. O arroz agulha custava 16\$000 a 26\$000 por saca, conforme a qualidade; hoje custa de 227\$000 a 32\$000. O feijão novo era comprado por 9\$000 e 11\$000 cada saca, há um ano; agora paga-se a mesma saca por 26\$000 e 29\$000, isto é, pelo triplo.<sup>102</sup>

A magra bolsa do proletariado não comportava tamanha elevação dos preços desses produtos que eram essenciais para a sobrevivência do ser humano, ou seja, produtos que teriam que ser “consumidos diariamente e ser repostos diariamente, pois a quantidade dos meios de subsistência teria de ser suficiente para manter o

---

<sup>99</sup> O MOVIMENTO Grevista assume cada vez maiores proporções. *O Combate*, 12 jul. 1917, apud KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 45.

<sup>100</sup> LIMITAÇÃO de exportação de carne e cereais. *O Combate* 13 jul. 1917, apud KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 54

<sup>101</sup> LIMITAÇÃO de exportação de carne e cereais. *O Combate* 13 jul. 1917, apud KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 54

<sup>102</sup> ECOS e Fatos. *O Combate*, 12 jul. 1917, apud KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 49

indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida.”<sup>103</sup> Conforme indicava o jornal recuperado pela autora, tendo que trabalhar em média 14 horas por dia, a alimentação do proletariado requeria ao menos arroz e feijão. Com tal elevação dos produtos que constituíam a cesta básica de sua alimentação, o trabalhador, não conseguindo adquirir remuneração suficiente por meio de seu trabalho, via-se impelido à expropriação desses produtos. “Armazéns, depósitos, caminhões de farinha, carroças de leite, tudo foi tomado e despejado pela multidão faminta e colérica, que não viu nem lhe importavam as carabinas dos soldados que ela escarnecia e desprezava como coisas vis, que eram.”<sup>104</sup>

Para além disso, é importante compreender como transcorreu historicamente o processo de constituição da luta operária. A princípio, o seu protesto era contra um sistema arcaico que já inexistia em muitos países, o que tornava o Brasil um território fundamentalmente atrasado. Nesse contexto, ressalta-se que a raiz cultural advinda do sistema escravagista foi uma barreira à própria formação da classe operária e à sua luta por condições mais dignas de vida e de trabalho, assim como à luta pelo reconhecimento da necessidade do trabalho assalariado. Com a intensificação da mão de obra imigrante nas fábricas, a resistência deixa de ser um ato isolado e surgem

As primeiras organizações operárias: as associações mutualistas. O objetivo era sobreviver, o que se tentava fazer organizando o socorro mútuo em casos de doença e de acidentes, ou a ajuda pecuniária nos anos de velhice, em caso de enterro de parentes próximos, etc. O proletariado dava início, assim, ao longo e lento processo de sua formação como classe.<sup>105</sup>

Os problemas enfrentados pelas primeiras levas de operários, como a dificuldade em sobreviver a um sistema nocivo à população empobrecida, fez com que houvesse a necessidade de uma maior organização entre eles. Cabe ressaltar que, além dos fatores citados acima, no início do século XX, o proletariado sofria, também, com o problema de subsistência, isto é, com a escassez de gêneros de

---

<sup>103</sup> MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 246-247.

<sup>104</sup> A EXPROPRIAÇÃO. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

<sup>105</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: Origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982, p.117-118.

primeira necessidade. Embora esse não fosse um problema novo, tendo em vista que os primeiros colonos, ou seja, o imigrante,

Via-se cerceado na sua iniciativa de cultivar gêneros de primeira necessidade, pois os proprietários julgavam que isso resultaria no desvio da mão de obra destinada aos cafezais para outras atividades e temiam, ainda, que viesse a contribuir para a emancipação rápida do colono.<sup>106</sup>

Logo, o problema de acesso aos alimentos vai permanecer e se intensificar nos anos de 1900, particularmente com a eclosão da primeira guerra em 1914 e a exportação desses produtos para a Europa, privando a classe trabalhadora das mercadorias, seja pela escassez, seja pelo aumento nos seus preços.

A principal causa da alta verificada nos preços dos alimentos foi atribuída pelo jornal *A Gazeta* à ação dos açambarcadores, cujos agentes percorriam o interior do Estado comprando toda a produção e armazenando-a para exportação. Milhares de sacos de arroz e feijão, alimentos tradicionais na mesa do trabalhador, escoaram pelas estradas de ferro Central e Inglesa em direção aos portos dos Santos e do Rio de Janeiro com destino ao exterior.<sup>107</sup>

Assim, o problema no abastecimento dos produtos de primeira necessidade se devia, primordialmente, à exportação dessas mercadorias, como indicado também por Lopreato.

### 1.2.2. Redução da jornada de trabalho

O século XX já nasceu sendo sacudido pelos protestos de mulheres, pois, no que tange, principalmente, ao setor têxtil das indústrias, elas se revelaram intensamente combativas. As mulheres foram partícipes na construção das lutas sociais e, como tal, suas questões apareceram nas pautas das reivindicações proletárias.

Conforme verificado no periódico *A Plebe*, em 11 de julho de 1917, o *Comitê de Defesa Proletária* e as associações político-sociais reuniram-se buscando tornar

---

<sup>106</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 137.

<sup>107</sup> LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 74.

públicas as reivindicações proletárias.

Entre as reivindicações estava o item referente à jornada de oito horas de trabalho, além de questões como a abolição definitiva da exploração do trabalho dos menores de quatorze anos, a abolição do trabalho noturno das mulheres<sup>108</sup> e outras demandas constitutivas de todas as manifestações operárias desde o início dos anos 1900.

Aliás, encontram-se diversas indicações bibliográficas de que as mulheres protagonizaram as greves da Primeira República, a saber

Em 1901, na fábrica de tecidos Sant'Anna; em 1902 na fábrica têxtil Anhaia; no mesmo ano e, novamente em 1905, na Sant'Anna; em 1907, na Anhaia e em oficinas de costura e fábricas de roupas feitas; em 1907 ainda, na Matarazzo e Cia. E, finalmente em 1917 no Cotonifício Crespi, onde as mulheres foram decisivas na conflagração do conflito.<sup>109</sup>

O item referente à redução da jornada esteve presente em todas as manifestações protagonizadas por essas mulheres. Essa reivindicação, “além de representar um ato de íntegra justiça, a jornada de oito horas de trabalho, de principal importância para o operariado, representa também uma realização de largo alcance social”<sup>110</sup>, tendo em vista que

Ninguém ignora que o trabalho tem sido sempre, através dos tempos, vilmente explorado pela classe burguesa; mas essa exploração assumiu proporções verdadeiramente pavorosas desde que foi criado o grande capitalismo, ao qual se deve a criminoso desumanidade de exigir do esforço muscular do trabalhador uma maior soma de trabalho superior à virilidade e robustez do seu organismo, obrigando-o a trabalhar intermináveis horas sem serem correspondidos pelo necessário descanso.<sup>111</sup>

A luta pela regulamentação de trabalho estava ligada à luta pela saúde física do(a) trabalhador(a). As longas jornadas às quais a classe operária estava submetida repercutia diretamente no mau funcionamento do organismo humano,

---

<sup>108</sup> O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>109</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 182

<sup>110</sup> KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p.186

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 186

pois exigir do trabalhador esforço físico maior do que seu corpo sustenta teria como resultado “graves perturbações, senão a sua completa paralização (sic)”<sup>112</sup>, ou seja, a conquista da redução da jornada significaria sobreviver por mais tempo no mercado de trabalho. Para além disso, conforme atestado no livro de Khoury, a jornada de oito horas também beneficiava o industrial.

Na jornada de 8 horas igualmente se observa que o trabalho produzido é mais perfeito, isto por se encontrar o funcionamento do organismo humano completamente regularizado e lhe ser dado o correspondente descanso. Nestas condições, o detentor dos instrumentos de trabalho vê valorizados os seus artigos e por consequência com uma margem para poder concorrer no mercado. Simultaneamente, todo o material de produção tem um menor desgaste e daí uma maior economia para os seus donos; o mesmo sucedendo quanto à luz, os desperdícios de trabalho etc.<sup>113</sup>

Tal reivindicação configurava-se em um benefício para ambas as partes; para o proletariado, que teria uma maior qualidade de vida e “saúde preservada” e para o industrial, que teria funcionários descansados e mais produtivos, pois, sem o cansaço costumeiro - reflexo das exaustivas jornadas nas fábricas e oficinas -, haveria uma aceleração do ritmo de trabalho, da produção e, conseqüentemente, aumento do lucro econômico para o patrão.

Para defender os seus interesses, isto é, a jornada reduzida de trabalho, o aumento de salário, entre outros, a classe operária impôs as greves por acreditar que, com essa ação direta, chamaria a atenção não apenas do patronato, mas também do poder público e da população em geral.<sup>114</sup> Visava atingir todos os setores da sociedade redirecionando a sua luta - até então presa aos estabelecimentos fabris - para as ruas, tornando visíveis a todos os setores sociais as suas reivindicações. Posto isto, é fundamental salientar que no início do século XX, quando o nascente proletariado lutava por uma legislação trabalhista, era grande a participação feminina nesse processo.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 187.

<sup>113</sup> KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 187.

<sup>114</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 69.

<sup>115</sup> SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 349

Esse fato é observado com a constatação da sua presença em organismos tais como o *Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores*, as *Associações de bairros* e em manifestações grevistas. Sobre a atuação feminina nesses movimentos, nota-se que elas atuavam também como oradoras, conforme verificado em uma publicação do *A Plebe* acerca de um comício realizado no Largo S. José a fim de tornar pública a solidariedade do operariado com as(os) trabalhadoras(es) do Cotonifício Crespi. De acordo com a fonte, ao término daquele ato, uma parte do operariado se dirigiu à sede da *Liga Operária do Belenzinho*, onde uma camarada fez um breve discurso<sup>116</sup>, seguindo um diapasão que se revela em outros momentos, como na concentração realizada na Praça Antônio Prado e no Largo da Sé. Lá, duas operárias grevistas do Cotonifício Crespi discursaram revelando à multidão as explorações a que as(os) trabalhadoras(es) daquela fábrica estavam submetidas(os)<sup>117</sup>.

As greves pela redução do expediente de trabalho datam do início do século XX. De acordo com Lopreato, essa pauta já havia sido debatida no *Congresso Operário Brasileiro* (1º COB), realizado no período de 15 a 20 de abril de 1906, quando ficou definido “envidar, de acordo com o método seguido pelos companheiros franceses<sup>118</sup>, os maiores esforços para que o operariado no Brasil no Primeiro de Maio de 1907 imponha as oito horas.”<sup>119</sup>

A partir das primeiras semanas de maio de 1907, diversas categorias paralisaram, provavelmente motivadas pelo *Congresso de 1906*, como também, devido à recusa do patronato em conceder a jornada de oito horas diárias e o aumento de salário<sup>120</sup>. Entre os setores que impunham as greves, estavam a costureiras. Assim,

---

<sup>116</sup> COMÍCIO de domingo. *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 4, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>117</sup> IMPORTANTE passeata. *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 4, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3

<sup>118</sup>Cf. BASANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias**: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: UNESP, 2016.

<sup>119</sup>Cf. LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, p. 22

<sup>120</sup> Ibid., p. 23.

O centro da cidade despertou ontem com a matinada das costureiras. Nas proximidades das casas de modas e oficinas de costura formaram elas gárrulos grupos, assumindo algumas a empertigada atitude de oradoras, concitando as suas colegas à greve [...]<sup>121</sup>

Apesar do sarcasmo com que essa greve foi tratada pelos jornalistas ao se referirem, por exemplo, à manifestação dessas operárias como “matinada”, a greve resultou na redução da jornada, conseguindo entre nove e nove horas e meia de trabalho diário, conforme recuperado também por Carone<sup>122</sup>. No entanto, as lutas pelas oito horas persistiram ao longo da primeira década do século XX.

A intensa mobilização pela causa denunciava a exploração capitalista e colocava-se a favor do bem-estar coletivo, contra o enriquecimento do patrão em detrimento da saúde da classe trabalhadora e contra a limitação do usufruto da vida cotidiana. Ainda que o discurso do meio operário também contemplasse os benefícios da redução da jornada para o patrão, sua prolongação foi constante.

No “laboratório secreto” da extração da mais-valia *absoluta*<sup>123</sup> (via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários) e de mais-valia *relativa*<sup>124</sup> (via utilização generalizada de métodos de redução do tempo de trabalho necessário à produção do valor da força de trabalho e consequente aumento proporcional do tempo de trabalho excedente).<sup>125</sup>

Os donos dos meios de produção<sup>126</sup> não estavam convencidos dos benefícios dessa redução para seus negócios, ao contrário, acreditavam que quanto mais

---

<sup>121</sup> A PLATEIA, 25 maio 1907, apud FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976, p. 148

<sup>122</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 97.

<sup>123</sup> A *mais-valia absoluta* diz respeito à duração da jornada de trabalho. Marx explica que a classe capitalista, inexoravelmente, faz pressão para aumentar a duração da jornada de trabalho e que o objetivo da classe operária é lutar contra essa pressão e conseguir uma redução da duração da jornada de trabalho.

<sup>124</sup> A *mais-valia relativa* diz respeito à intensificação da mecanização da produção (industrial e agrícola) e, portanto, ao crescimento da produtividade que daí resulta. A automação é a sua tendência atual. Produzir o máximo de mercadoria pelo preço mais baixo para extrair o máximo de lucro.

<sup>125</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil: Origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982, p.178-9.

<sup>126</sup> Entendemos por *meios de produção* o conjunto formado por meios de trabalho e objetos de trabalho, ou tudo aquilo que medeia a relação entre o trabalho humano e a natureza no processo de transformação da natureza em si.

explorassem a força de trabalho reduzindo o tempo necessário para produzir as mercadorias, mais capital entraria nos seus estabelecimentos. A luta pelo expediente de oito horas constituía-se em um caminho árduo, mas que a classe operária teria que percorrer, fosse por meio das sabotagens das máquinas, fosse pela ação direta, isto é, a greve. “No Brasil, o aumento e a manutenção de jornadas de trabalho longas foi uma constante, mesmo após as vitórias parciais conseguidas pela classe operária, em particular com a greve geral pela jornada de oito horas, em 1907.”<sup>127</sup>

Nesse sentido, essa reivindicação proposta na pauta do movimento grevista de 1917, era um item de suma importância para a classe trabalhadora, tendo em vista que essa era uma requisição constante dos movimentos grevistas assolados no país desde o começo do século XX.

No que diz respeito à questão da mulher operária, além dos fatores citados acima, comuns a toda a classe trabalhadora, as mulheres sofriam, também, com os abusos dentro das oficinas, com a desqualificação do seu trabalho, além de terem que lidar com a dupla – em alguns casos tripla – jornada de trabalho, conforme veremos nos capítulos a seguir.

### 1.2.3. Moradia e Transporte

No tocante à questão da habitação do proletariado, conforme apontava *A Plebe*, os lares eram “repugnantes, com fogãozinho que estão quase sempre apagados, leitos de capim moído, cadeiras esculhambadas e cheiro penetrante de miséria.”<sup>128</sup> Sobreviviam em quartinhos reduzidos e quentes como fornos, em porões baixos e úmidos, em cortiços infectos e escuros e, nesse ambiente insalubre, a operária tinha que lidar também com a saúde da prole, pois, ainda de acordo com o periódico, “nessas habitações há sempre uma mãe que suspira vendo morrer

---

<sup>127</sup> HARDMAN, op. cit., p.179.

<sup>128</sup> As REIVINDICAÇÕES da canalha. **A Plebe**, São Paulo, ano 2, n. 17, 14 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

extenuado o filho tuberculoso.”<sup>129</sup>

A citação a seguir, extraída de um artigo do historiador Edgar Carone, demonstra uma faceta do problema apenas para ilustrar tal universo. De forma irônica, ele coloca como as soluções apresentadas pelo poder público para atender às necessidades de moradia do trabalhador mostravam-se alienadas da realidade vivenciada por tais pessoas. Segundo ele,

São de 1897, 1900 e 1908 leis tendentes a levar a organizações públicas e particulares a criarem vilas operárias saudáveis nas áreas vagas da periferia. A lei municipal nº 468, de 14-12-1900, isentava de impostos as casas operárias, permitia o abaixamento do pé-direito mínimo e o emprego de materiais ditos de segunda, exigindo, porém, a previsão de três compartimentos com área mínima de dez metros cada um deles. O custo dos trinta metros quadrados mínimos de construção somado ao preço do lote atingiria a um montante aproximado de 2:500\$000. Perguntava um articulista anônimo da *Revista de Engenharia*: “Será possível a um operário que ganha na média 5\$000 diários, economizar a ponto de, um dia, tornar-se proprietário?”. Eram necessários 500 diários completos de cinco mil réis para se obter uma casa de arrabalde, o que, evidentemente tornava aquela aquisição, quase impossível, pois a alimentação e o vestuário praticamente consumiam, e consomem, todo o ganho do operário.<sup>130</sup>

Conseguir um local para morar não era uma tarefa simples, tendo em vista a elevação dos aluguéis que, na maior parte das vezes, eram incompatíveis com o salário do operariado, o que os obrigava ao deslocamento para longe do trabalho, onde os aluguéis eram mais baratos e onde também encontravam espaços vazios em que podiam erguer um barraco. Desse modo, o trabalhador se afastava progressivamente dos centros industriais e da “vida da cidade” e era, aos poucos, segregado espacialmente por sua condição de miserabilidade econômica. Assim, no começo do século XX, a moradia se consubstanciava (e ainda se consubstancia) em um fator de desequilíbrio social.

---

<sup>129</sup> Ibid., p. 2.

<sup>130</sup> CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 38.

Enquanto a elite (da indústria e da produção de café) e uma pequena classe média viviam em mansões ou casas próprias, mais de 80% das habitações de São Paulo eram alugadas. A propriedade de uma casa não era definitivamente uma opção para os trabalhadores, que em sua maioria viviam em cortiços ou casas de cômodos, todos superpovoados.<sup>131</sup>

Ou seja, enquanto uma pequena parcela ocupava as melhores moradias nos centros da cidade, a outra, que compunha mais de 80% da população, tinha na moradia uma ilusão, revelando a extensa desigualdade econômica, social e espacial existente na cidade de São Paulo. Sem um poder aquisitivo que lhe permitisse sustentar um aluguel em locais com condições higiênicas de moradia, isto é, com saneamento básico, a classe trabalhadora foi impelida a ocupar a periferia da cidade, construindo cortiços que, “no começo do século XX, já eram a principal forma de moradia dos trabalhadores urbanos.”<sup>132</sup>

Os cortiços transformavam-se, assim, em uma solução ante a elevação nos preços dos aluguéis, pois abrigando, por vezes, uma família inteira no mesmo espaço, poder-se-ia compartilhar as despesas. Por outro lado, os próprios locais onde foram surgindo contribuíram para o seu barateamento, uma vez que “os primeiros bairros populares se formaram na várzea ao redor do centro da cidade, onde os terrenos eram menos dispendiosos por serem úmidos, irregulares, pantanosos.”<sup>133</sup> Embora tenham-se configurado como uma solução à alta nos preços dos aluguéis, os cortiços não foram de modo algum uma opção saudável, pois eram “verdadeiras pocilgas, sem ar bastante, sem os benefícios da luz, servindo de sala, quarto e cozinha e abrigando em alguns metros quadrados famílias inteiras.”<sup>134</sup> Não raro, os industriais “ofereciam” moradias aos operários próximas aos estabelecimentos fabris.

---

<sup>131</sup> CALDEIRA, Teresa Pores do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34, Edusp, 2000, p. 214.

<sup>132</sup> MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. Belo Horizonte, 2003, p.3. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_conhecercidadeilegal.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

<sup>133</sup> DECA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de Trabalhadores na República (1884-1940)**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 26.

<sup>134</sup> KHOURY, Yara Aun, **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 56.

Sendo o parque industrial paulistano caracterizado pelo predomínio de fábricas de tamanho de médio e pequeno porte, destinadas principalmente a transformação, o que se presencia é a intercalação de estabelecimentos fabris no meio de residências proletárias e, conseqüentemente, o aparecimento de verdadeiros bairros mistos, industriais e residenciais a um só tempo.<sup>135</sup>

Ao estreitar a distância entre trabalho e moradia, o patrão melhorava a qualidade de vida do trabalhador, por outro lado, este via-se ainda mais dependente do patrão. Afilava-se o laço existente entre o industrial e o operário ao desdobrar a relação, agora sob novos papéis: o do proprietário e do inquilino. Dessa forma, verifica-se uma dupla dependência do proletariado, que estava ainda mais preso à fábrica. Acredita-se, também, que a habitação disponibilizada nos bairros industriais tinha o propósito de influenciar os hábitos dos trabalhadores, conter greves e moldá-los às maneiras e às necessidades do sistema fabril, dessa forma, esforçava-se para formar trabalhadores obedientes e passivos.

Brás, Belenzinho e Mooca são alguns dos bairros operários criados para “facilitar” a locomoção da classe operária até o local de trabalho. As casas eram construídas quase sempre “geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Estendia-se, assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegavam a ocupar quarteirões inteiros.”<sup>136</sup> Destaca-se, porém, que a alteração da paisagem urbanística da cidade de São Paulo, “outrora sossegada”<sup>137</sup>, ocorreu devido ao “surto industrial, contribuindo, dessa forma, para o aumento populacional.”<sup>138</sup> A partir dessa assertiva, a questão do saneamento se fez presente na cidade desde o início do século XX, pois a “promiscuidade” na qual conviviam as famílias proletárias e, principalmente, a precariedade das moradias, se concretizava em uma problemática e em um empecilho à imagem de uma cidade moderna que se pretendia construir.

---

<sup>135</sup> PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**- USP, n. 21-22, p. 130. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

<sup>136</sup> PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**- USP, n. 21-22, p. 130. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

<sup>137</sup> CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34, Edusp, 2000, p. 213.

<sup>138</sup> PETRONE, op. cit., p. 130.

Por outro lado, tendo o país abolido a escravidão recentemente e ainda sustentando a mácula desse regime, buscava-se “adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista.”<sup>139</sup> Nesse sentido, foram providenciadas reformas urbanísticas inspiradas “no que o Barão de Haussmann fizera alguns anos antes em Paris.”<sup>140</sup> Os novos bulevares

Incorporavam as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário.<sup>141</sup>

Pensar o espaço urbano como local de anonimato e individualismo, onde as pessoas se olham, mas não se veem, contribuiu para mascarar os problemas decorrentes da desigualdade social. Em contrapartida, visando consolidar a imagem de uma cidade moderna e inovadora, tornou-se necessário fazer uma limpeza social. Em 1890,

O Estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, seguido pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do Estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geraram reações negativas: era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social.<sup>142</sup>

Assim, as reformas urbanísticas tornaram-se uma questão de saúde pública, recorrendo à presença de médicos sanitaristas para sanar os problemas sociais. “Identificando os pobres e suas condições de vida, as doenças e epidemias, os membros das elites começaram a mudar-se das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas e com empreendimentos imobiliários

---

<sup>139</sup> MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência.** São Paulo. 1955, p. 18. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2017.

<sup>140</sup> Ibid., p. 18

<sup>141</sup> CALDEIRA, Teresa Pores do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000, p. 212.

<sup>142</sup> CALDEIRA, Teresa Pores do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000, p. 214.

exclusivos.”<sup>143</sup> A pobreza passa a ser vista, dessa forma, como uma doença contagiosa, que requeria medidas de controle urgentes. Imaginaram a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico e suas tensões sociais.<sup>144</sup> A assertiva indica que o projeto médico sanitário de higienização da cidade consolidou-se por meio da segregação da classe trabalhadora, pretendendo, com isso, estabelecer a imagem de uma cidade progressista.

Contrariando a expectativa que se tinha, a de construir uma cidade moderna para se distanciar do ranço escravagista, “o universo urbano não superou algumas características do período colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exército do coronelismo ou política a favor e pela aplicação da lei.”<sup>145</sup> Longe disso, o que houve foi um projeto de urbanização segregador e autoritário que, ao invés de resolver os problemas sociais, intensificou-os ainda mais com sua política discriminatória. Para além dos fatores listados acima, motivadores das greves, o proletariado teve que lidar também com a violência policial.

### 1.3. Repressão X Solidariedade

Embora as greves tenham-se dado de forma espontânea, a coletivização, a camaradagem e a organização obtidas demonstraram-se fundamentais para a continuidade do ato e para a proteção dada aos proletários presos na ação da polícia.

Por outro lado, observa-se desde aí a quem servia o Estado e seus órgãos repressivos, pois os policiais<sup>146</sup> e os soldados<sup>147</sup> foram convocados para conter as

---

<sup>143</sup> Ibid., p. 214-215.

<sup>144</sup> Ibid., p. 215.

<sup>145</sup> MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, v. 17, n. 48, 2003, p.1. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>> Acesso em: 1 maio 2017.

<sup>146</sup> Força Pública do Estado, tendo como função a sua defesa ou ainda a faculdade ou poder jurídico de que se serve a administração para limitar coercitivamente o exercício da atividade individual, em prol do benefício coletivo, assecuratório da estabilidade social. Cf. VIEIRA, Hermes; SILVA, Oswaldo. **História da Polícia Civil de São Paulo**. São Paulo: Companhia Nacional, 1955, p.5-6.

<sup>147</sup> Força do Exército, tendo como missão preservar e garantir a defesa da pátria, zelar pelo

manifestações operárias e proteger os investimentos dos donos dos estabelecimentos fabris. Nesse sentido,

Tentando amedrontar os grevistas, têm sido mandados alguns soldados embrutecidos e bêbados, ameaçá-los de porta em porta, intimidando alguns a comparecer à delegacia e prendendo outros. Os operários, porém, têm sabido proceder com a devida energia, intimando vários deles a ir à polícia, para lá seguirem todos, incorporados, entrando muitos e ficando os mais à porta.<sup>148</sup>

A reação dos trabalhadores ante aqueles soldados bêbados e embrutecidos foi, mais uma vez, pautada na solidariedade, pois, ao invés de deixarem levar uns e outros isoladamente à delegacia, propuseram que todos para lá se dirigissem. Conjectura o jornal que essa decisão tenha ocorrido como consequência do estado de bebedeira desses soldados, isto é, com a intenção de visibilizar o ridículo daquela situação.

Além disso, outras formas de socorro mútuo foram acionadas: formaram-se comissões de operários para pressionar o órgão a libertar os camaradas presos, de que é um exemplo a prisão do anarquista Antonio Nalepinski. Por ocasião dessa prisão, que aconteceu na véspera da morte do sapateiro José Iniguez Martinez a 10 de julho de 1917, “formou-se uma comissão de mulheres que se dirigiram à Repartição Central da Polícia para pedir ao delegado geral a soltura do anarquista.”<sup>149</sup> Logo, observa-se que as ações conjuntas, os atos solidários entre os grevistas e a persistente presença feminina ao longo dessas manifestações eram um tanto rotineiros. Nessas comissões, estavam presentes homens e mulheres em pé de igualdade, na luta contra as arbitrariedades acentuadas pela defesa dos industriais, preocupados com seus investimentos, uma vez que a cada ação grevista as perdas financeiras dessas empresas aumentavam.

A burguesia<sup>150</sup> nascente no Brasil tinha que lidar com preocupações como a

---

cumprimento pleno da constituição e pela manutenção da ordem e da lei.

<sup>148</sup> A GREVE da Comp. Têxtil terminou com a vitória dos operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>149</sup> Cf. LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta: a greve anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 32.

falência de suas fábricas, pois, sendo dependente do capital internacional, e o país estando nesse período em que dava os primeiros passos do estrito modo de produção capitalista<sup>151</sup>, a desorganização ou a paralisação de suas produções poderia causar prejuízos incomensuráveis a esses empresários. Logo, em decorrência das agitações proletárias de 1917, o industrial, não conseguindo desarticular essa manifestação, encontrou como solução, em alguns casos, fechar as oficinas com a intenção de salvar os seus investimentos, conforme observado nos números do periódico *A Plebe*.

Desorientado, o empertigado cavalheiro...da má figura lançou mão do recurso supremo para ver se conseguia vencer os trabalhadores, mandou fechar a fábrica.<sup>152</sup>

A citação refere-se à greve do Cotonifício Crespi, quando o proprietário da oficina, Rodolpho Crespi, lançou mão de vários recursos para tentar submeter os trabalhadores “cuja atividade veio a prejudicar os seus planos de colossais cavações, feitas à custo do trabalho alheio.”<sup>153</sup> Diante dessa circunstância, ele mandou que alguns soldados ora ameaçassem, ora prendessem os operários; no entanto, não conseguindo controlar a situação, decretou o fechamento da fábrica.

A respeito das perdas financeiras dos proprietários dos estabelecimentos cujos operários estavam em greve, os prejuízos ocorriam em decorrência da própria forma como se estruturou o capitalismo e a burguesia no Brasil, pois, como afirma Rago,

Na particularidade brasileira, nasce uma burguesia cuja potência autorreprodutiva do capital é extremamente limitada, não possuindo uma dinâmica própria que pudesse efetivamente representar os interesses das demais categorias sociais. É graças a esta determinação histórica, a sua incompletude de classe do capital, que se constitui o capital atrofico, com suas características particularista e exclusivista.<sup>154</sup>

---

<sup>151</sup> Cf. CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: Forma de regressividade no capitalismo hípertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 643.

<sup>152</sup> A GREVE da Comp. Têxtil terminou com a vitória dos operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>153</sup> A GREVE da Comp. Têxtil terminou com a vitória dos operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>154</sup> RAGO, Antonio Filho. A teoria da Via Colonial de Objetificação do Capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**: Revista on-line de Educação e Ciências Humanas,

A dificuldade da burguesia em consolidar-se como classe social hegemônica e independente relacionava-se à sua dependência do capitalismo externo, que podava o seu desenvolvimento, limitando, assim, o seu campo de atuação dentro da esfera nacional. Nesse sentido, a limitação ao dinamismo burguês “exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “Revolução nacional democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe”<sup>155</sup>, ou seja, um capitalismo retardatário e subdesenvolvido.

O ato grevista, assim, poderia arruinar alguns estabelecimentos em decorrência das especificidades nas quais se desenvolveu o capitalismo no Brasil, bem como as características que essa burguesia sustentava, uma vez que

A burguesia não estava só lutando para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo.<sup>156</sup>

A nascente burguesia brasileira ainda estava, naquele momento, procurando estabelecer suas vantagens, assim como manter seus privilégios de classe, isto é, estava empenhando-se na defesa pessoal e na do sistema, pois o processo de constituição capitalista em nossa formação histórica efetuava-se permanentemente em um quadro de conciliação com o atraso.<sup>157</sup> As raízes coloniais próprias da formação histórica do Brasil foram determinantes para o desenvolvimento tardio do capitalismo no país. Assim como o capitalismo no território nacional constituiu-se de uma maneira bem particular, do mesmo modo a dominação autocrático-burguesa na formação foi determinada por algumas especificidades, como a relativa ao caráter de incompletude de classe.

---

ano 6, n. 11, p. 83, 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>155</sup> FENANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 214.

<sup>156</sup> FENANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 296.

<sup>157</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira 1974, p. 3. apud RAGO, Antonio Filho. A teoria da Via Colonial de Objetificação do Capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**: Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, ano 6, n. 11, p. 77, 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2017.

Como poderia coabitar com a soberania do povo, na integridade de sua soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrofica.<sup>158</sup>

A fragilidade à qual a burguesia estava submetida era um reflexo da sua dependência e submissão ao capitalismo externo. Embora externamente submissa, internamente a burguesia tentou consolidar seu poder tentando “impedir que a dominação burguesa sobre o Estado nacional se deteriorasse.”<sup>159</sup> Nessa lógica, para proteger seu capital e preservar sua autoridade, a burguesia-autocrática apoderou-se do Estado e tudo que ele suscita, buscando, dessa forma, impor sua dominação às classes que viessem a reivindicar algum direito. Logo, quando as greves estouraram nos portões das fábricas e oficinas, a burguesia aliada do Estado e com a sua ajuda, reprimiu os grevistas por meio da violência física e das prisões, visando à proteção de seu capital. Nesse caso, a aliança entre burguesia e Estado tinha como finalidade a preservação da propriedade privada, da dominação social e política em detrimento dos outros segmentos sociais, assim como a preservação do lucro.

A convulsão social provocada pelos protestos causou espanto e medo na burguesia, tão desacostumada com práticas desse tipo. “Iniciado por uma corporação de tecelãs, estendeu-se rapidamente, pois, em quatro dias, paralisou toda a vida dessa faustosa capital, enchendo de pavor os que vivem roubando e oprimindo o povo.”<sup>160</sup> As greves foram um colossal movimento de protesto que paralisou toda a vida da cidade, “a plebe faminta praticou a expropriação e, em represália, os Cérbero dos ladrões do povo deram largas à sua fúria vandálica: assassinatos, espancamentos, assaltos às associações e a domicílios, estiveram na

---

<sup>158</sup> CHASIN, José. 1985, p. 7. apud RAGO, Antonio Filho. A teoria da Via Colonial de Objetificação do Capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**: Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, ano 6, n. 11, p. 78, 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2017.

<sup>159</sup> FERNANDES, op. cit., p. 294.

<sup>160</sup> O PROLETÁRIO em revolta afirma seu direito a vida. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

ordem do dia.”<sup>161</sup>

Consubstanciadas as greves paulistanas, logo ocorreu a adesão de operários de fora da grande São Paulo, como Campinas, Santos, Limeira, Piracicaba, Jundiaí, Sorocaba, São Roque e também de outros estados, como o Rio de Janeiro. Sobre esse estado, no dia 14 de julho de 1917, “realizou-se a reunião convocada pela *Federação Operária do Rio de Janeiro* para deliberar sobre as atitudes que o operariado daquela Capital deveria tomar diante das greves de São Paulo.”<sup>162</sup> Seja por tal “convocatória” ou não, de fato, entre os dias 16 e 18 de julho de 1917, ocorreu naquela capital carioca a greve das costureiras de saco, que será analisada no último capítulo.

As greves de 1917 marcaram a história do movimento operário brasileiro, despertando uma identidade e solidariedade até então pouco desenvolvidas nessa incipiente classe trabalhadora. Essa identidade, essa ideia de pertencimento a um mesmo grupo, foi-se constituindo no momento de luta dos trabalhadores, conforme eles experimentavam uma condição de perigo em comum. Esse despertar de consciência e de solidariedade de classe foi manifestado já nos primeiros dias do movimento paredista, especialmente pelo crescente desenvolvimento das atividades das ligas operárias de bairro que foram, ao longo de todas as manifestações grevistas, reunindo cada vez maiores grupos de operários e operárias que a elas se associavam.

A importância das ligas operárias para o movimento grevista deu-se na organização das assembleias, dos comícios e dos boletins informativos. Era também por meio desse organismo que o proletariado pensava conjuntamente as ações que deveria tomar para dar continuidade às greves, visando ter suas pautas reivindicativas aceitas pelo patronato.

Nesse contexto, “no quadro geral da conjuntura, o ano de 1917 tem um ritmo ascendente, do seu início até o mês de outubro. Ritmo a princípio quase

---

<sup>161</sup> Ibid., p. 1.

<sup>162</sup> A ADESÃO de muitas outras cidades. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

imperceptível que se acelera com as greves de julho de 1917, irradiando-se ao interior do estado de São Paulo, incentivando a eclosão de paralisações generalizadas no Rio de Janeiro e outros pontos do país.”<sup>163</sup> As greves de São Paulo serviram como modelo para outros estados que, tendo presenciado uma coletividade pautada na solidariedade e camaradagem entre os grevistas, tentaram trilhar, mais tarde, um caminho parecido. As greves marcaram uma divisão periódica na luta da classe operária, isto é, se antes não havia uma identidade entre esse segmento, a partir das greves, os operários passaram a perceber-se enquanto classe e ainda avançaram no reconhecimento da luta feminina dentro da categoria. Tal consolidação só pôde ser efetuada por meio de muita luta, camaradagem e solidariedade.

Para uma melhor compreensão de como se efetuou a luta proletária é importante destacar como se constituiu historicamente a classe operária.

#### **1.4. Os impasses da formação do proletariado no Brasil**

Durante os anos de 1888-1889, os ex-senhores e os ex-escravos de São Paulo deram início ao não costumeiro exercício de barganhar e negociar um com o outro a respeito das condições sob as quais o último trabalharia para o primeiro.<sup>164</sup> Essa relação seria mais intensamente alterada com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil. Após a abolição da escravatura, os cafeicultores

Em vez de procurar trabalhadores livres desocupados em outras regiões do país (principalmente no Nordeste, que se achava em declínio econômico), tentaram a partir de 1870, substituir seus escravos por mão de obra imigrante. A única função que viam para os brasileiros nativos era o trabalho pesado, como a derrubada de matas virgens.<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 160.

<sup>164</sup> ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998, p. 93.

<sup>165</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 202.

Tanto os grandes fazendeiros quanto o Estado brasileiro privilegiaram a mão de obra imigrante em detrimento da nativa, porém, embora na opinião dos donos do café, o trabalhador imigrante fosse mais “confiável” e “competente”, o que estava de fato sendo discutido entre as elites e o governo era um projeto de branqueamento racial no país.<sup>166</sup> A vinda desses imigrantes, maioria de italianos, portugueses e espanhóis, não implicou a mudança das relações de trabalho, ao contrário, elas permaneceram sendo pautadas no mandonismo e no poder.

Nesse sentido, conforme indica Maricato, recuperar a maneira como foi efetuada a abolição em 1888 e a intensificação da imigração europeia, isto é, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre é “de suma importância para entender o processo de industrialização e a formação do proletariado urbano.”<sup>167</sup>

As raízes do pensamento escravagista que sobreviveram no país por mais de três séculos ainda estavam muito presentes quando da vinda desses imigrantes. Em razão disso, os conflitos não demoraram a aparecer, pois muitos se queixavam de que eram tratados como escravos<sup>168</sup>, isto é, experienciando condições de moradia, alimentação e trabalho semelhantes. Em relação à forma como o imigrante europeu foi inserido no Brasil, destacam-se dois projetos distintos:

Colônias agrícolas de povoamento (especialmente no Rio Grande do Sul), em que eram oferecidos lotes de terra que deviam ser pagos com trabalho, e trabalho na lavoura comercial cafeeira (principalmente no estado de São Paulo), em que vigorava um sistema que era parte monetária (salários e pagamento por tarefas), parte camponês (era permitido aos lavradores cultivar gêneros alimentícios para a sua subsistência entre as fileiras dos cafezais).<sup>169</sup>

Verifica-se que, na maior parte das vezes, oferecia-se alimentação e moradia

<sup>166</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 12ª reimpressão. Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>167</sup> MARICATO, Ermínia. **Metrópole Na Periferia Do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo, 1995, p. 16. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2017.

<sup>168</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982, p. 33.

<sup>169</sup> NOBREGA, Ricardo; DAFLON, Veronica Toste. **Da escravidão às migrações**: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009, p.15. Disponível em: <[http://www.academia.edu/.../Da\\_escravidão\\_às\\_migrações\\_raça\\_e\\_etnicidade\\_nas\\_relacões](http://www.academia.edu/.../Da_escravidão_às_migrações_raça_e_etnicidade_nas_relacões)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

como forma de pagamento aos trabalhos prestados nas fazendas. A forma como se efetuaram as relações de trabalho no Brasil nos fins do século XIX demonstra a sobrevivência de uma cultura “paternalista”, legado do regime escravagista em que o senhor, proprietário de terra, concedia ao imigrante o favor de deixá-lo trabalhar em sua propriedade. Assim, observa-se nesse recrutamento de trabalhador a persistência de padrões derivados do sistema escravista.<sup>170</sup>

Nesse contexto, a constituição do operariado fabril encontrou nas raízes escravagistas um obstáculo, dado que havia a persistência da cultura de que o trabalho era um benefício, restando àqueles que trabalhavam agradecer pela regalia concedida. Em razão disso, os operários encontraram uma barreira para a obtenção de uma simples remuneração, todavia, nos casos em que ela existia, “o pagamento de salário a esses operários era ainda concebido como uma novidade excepcional.”<sup>171</sup> Embora o imigrante europeu tenha tido uma relevante importância para a constituição do operariado, “os primeiros proletários foram recrutados nos anos anteriores a 1888, entre as camadas mais pobres da população urbana.”<sup>172</sup>

Em decorrência das condições dispensadas a esses proletários, tais como “jornada de 13, 14 e até 15 horas por dia, não tendo direito ao descanso semanal remunerado aos domingos”, ou seja, formas de vida e de trabalho não muito diferentes – guardadas as devidas proporções – às quais os escravizados estavam submetidos, quando a “campanha abolicionista intensificou-se nos anos oitenta, dela participaram alguns setores do proletariado.”<sup>173</sup>

O proletariado não podia constituir-se realmente como nova classe enquanto houvesse escravos na sociedade brasileira. Não podia lutar por sua própria libertação enquanto houvesse, ao lado do trabalho assalariado, formas de exploração baseadas na escravidão institucionalizada.<sup>174</sup>

A persistência da escravidão no Brasil era uma barreira à formação da classe

---

<sup>170</sup> Ibid., p. 15.

<sup>171</sup> Ibid., p. 14

<sup>172</sup> Ibid., p. 16.

<sup>173</sup> NOBREGA, Ricardo; DAFLON, Veronica Toste. **Da escravidão às imigrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil.** IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009, p.12. Disponível em: <[http://www.academia.edu/.../Da\\_escravidão\\_às\\_migrações\\_raça\\_e\\_etnicidade\\_nas\\_relações](http://www.academia.edu/.../Da_escravidão_às_migrações_raça_e_etnicidade_nas_relações)>.

Acesso em: 18 ago. 2017.

<sup>174</sup> Ibid., p. 13.

trabalhadora, pois ela não poderia lutar por questões “individuais” enquanto houvesse, “formas de exploração baseadas na escravidão institucionalizada”, conforme colocado por Hardman.

Embora esses imigrantes tenham sido convocados com a finalidade de ocupar e trabalhar nas áreas rurais, com a intensificação do processo de urbanização e industrialização do país em fins do século XIX e começo do século XX, observa-se a inserção desses imigrantes - especialmente italianos, em São Paulo - na formação do operariado fabril<sup>175</sup> e, desde as primeiras fábricas, as mulheres já eram presença marcante.

### 1.5. A mulher nesse mundo do trabalho

A industrialização do Brasil, embora tardia em relação à dos países europeus, acelerou o processo de urbanização do país, em especial, da cidade de São Paulo, local para onde foi “encaminhada” a maior parte do contingente de imigrantes europeus, particularmente italianos que, desde o final do século XIX, já ancoravam em solo brasileiro. A mão de obra dos imigrantes, inicialmente absorvida no trabalho rural, foi, ao longo do século XX, com o aumento das fábricas e da importação de máquinas, sendo “redirecionada” para o trabalho nas fábricas, local que, notadamente, era ocupado por mulheres e crianças majoritariamente. Segundo Junho Pena,

À medida que o setor industrial se expandia e que a política imigratória patrocinada pelo Estado lograva formar o proletariado urbano no Brasil, tanto as mulheres perdiam sua força na constituição da mão de obra fabril quanto passavam a se concentrar nas atividades que eram consideradas desqualificadas e cuja monotonia era maior.<sup>176</sup>

Embora Pena afirme que o contingente feminino foi perdendo espaço nas fábricas com a intensificação da imigração da força de trabalho europeia e com o

---

<sup>175</sup> Cf. HARDMAN, Francisco Foot. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. Origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

<sup>176</sup> PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 124.

desenvolvimento das indústrias, quando se analisam as fontes primárias da época – em especial os periódicos operários, o censo de 1920, assim como as bibliografias que se preocupam com a questão feminina e proletária –, observa-se que “as mulheres e as crianças, desde sempre, constituíram-se no operariado por excelência das indústrias, particularmente das de tecelagem e fiação e conseqüentemente não tomaram o lugar do trabalhador masculino.”<sup>177</sup> O fato de haver uma inserção da mão de obra imigrante no setor industrial não ocasionou a expulsão da mão de obra feminina e infantil, muito embora houvesse um “projeto” de diminuição progressiva desse contingente no trabalho fabril:

[...] a atuação da classe trabalhadora, que com frequência e ênfase demandou durante largo período da Primeira República a volta das mulheres ao lar; a legislação trabalhista que, principalmente após 1932, reforçou a família monogâmica cujo elemento feminino responsável pelas tarefas reprodutivas e, ainda, a organização “racional” do processo de trabalho infantil.<sup>178</sup>

Em decorrência da constituição da família nuclear monogâmica e da valorização do papel da mulher-mãe-esposa-dono-do-lar, verifica-se, por parte da ala masculina, ação no sentido de reforçar a importância da presença feminina nas organizações domésticas, visando a uma diminuição da participação delas no espaço fabril, ainda que a contribuição ao orçamento familiar garantido por aquelas que trabalhavam fora de casa fosse essencial à sobrevivência de todos. Portanto, perceber e reconhecer as desigualdades entre mulheres e homens, “é instrumental definitivo para a proposição de novas relações sociais”<sup>179</sup>, tendo em vista os papéis destinados a cada um desses segmentos.

Durante a Primeira República, a mão de obra feminina e infantil imperava nas oficinas como uma categoria social subvalorizada, pois o seu trabalho realizado fora da instituição familiar era considerado subalterno e prejudicial à constituição da família nuclear monogâmica, idealizada pela sociedade de então. Nesse sentido, enaltecia-se o papel feminino de reprodutora e de única responsável pelos cuidados

---

<sup>177</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP, 1988, p. 147.

<sup>178</sup> PENA, op. cit., p. 124-5.

<sup>179</sup> ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 9.

com a prole e o lar.

Estava em curso a formação e a valorização de um novo modelo de mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa encarregada do zelo, higiene e aconchego da família. De acordo com a historiadora Margareth Rago, “a família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador.”<sup>180</sup>

Nessa lógica, a mulher era responsabilizada e incumbida de fazer com que o homem-chefe-de-família quisesse voltar para casa logo cessasse o expediente de trabalho, sendo assim, evitava com que o homem-trabalhador-chefe-de-família se excedesse com bebidas alcoólicas. Um consumo que era condenado não apenas pelos industriais, já que a bebida contribuía com o cansaço do trabalhador fazendo com que tivesse seu ritmo de trabalho diminuído no dia seguinte, como também pelos militantes anarquistas, que viam nesse entorpecimento uma maneira do trabalhador não perceber a exploração à qual era submetido, impedindo, assim, a sua luta contra o sistema que o oprimia e o desenvolvimento do pensamento crítico da classe operária. Nessa assertiva, a anarquista Isa Ruti escreveu um artigo de repúdio à investida de conexão entre o operário e o alcoolismo. Segundo a militante, indivíduos desclassificados, numa ironia inqualificável, intensificaram a produção de álcool e criaram um composto de álcool, água e essências que lhes emprestava o sabor da cana, ao criarem essa “especialidade”, denominaram-na de *Finíssima Caninha Operária*, numa tentativa evidente de insultar o brio do trabalhador. Na tentativa de refutar tal baixez, Ruti propôs um boicote a tal produto até que desaparecesse dos rótulos da garrafa a palavra “operário” que, de acordo com ela, não era, de forma alguma, sinônimo de bêbado, finalizando o artigo, afirma “que se fabrique caninha para bêbados está bem, mas para os operários é que não.”<sup>181</sup>

O alcoolismo era condenado pela militância anarquista, tendo na figura da mulher uma aliada na luta contra mais este obstáculo ao desenvolvimento pleno do

---

<sup>180</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930). 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 87.

<sup>181</sup> Cf. RUTI, Isa. Irmãos Trabalhadores. **A Plebe**, São Paulo, ano 3, n. 22, 19 jul. 1919. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

trabalhador. Dessa maneira, cabia ao sexo feminino a “proteção” à saúde familiar. Com tantas reponsabilidades, o trabalho fora do lar se transformava em um empecilho à organização e à harmonia da vida doméstica.

No entanto, “a participação feminina na força de trabalho industrial não podia ser negada”<sup>182</sup>, uma força de trabalho composta pelo “conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.”<sup>183</sup> Logo, os primeiros industriais se apropriaram da força de trabalho feminina e infantil por ser mais barata, assim como por ser considerada ideal para exercer determinadas funções que exigiam um manuseamento mais delicado, como o trabalho de costura, por exemplo. Ao contrário do setor feminino e infantil, a concentração masculina

[...] se encontrava em tarefas que exigissem esforço físico (enfardamento e ensacador 90,51%, carregamento 100%), especialização e conhecimento técnico (mecânico, eletricista, serralheiro, pessoal de oficina) ou funções de mando e controle, como contramestre (82,24%).<sup>184</sup>

O trabalho masculino nas fábricas estava, dessa forma, caracterizado pelas funções consideradas importantes para o bom andamento do sistema fabril e para o avanço da industrialização do país, pois esses operários exerciam funções que demandavam controle, liderança, conhecimento técnico e força física. No sentido oposto, as operárias inseriam-se nesse contexto como mão de obra subalterna e complementar aos esforços masculinos, exercendo atividades supostamente “leves” e, muitas vezes, também em domicílio.

A desvalorização do trabalho remunerado da mulher e a sua valorização enquanto dona do lar não constituiu um empecilho à sua inserção nas lutas operárias que se seguiram no início do século XX, assim como não as excluiu do

---

<sup>182</sup> PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operárias da Primeira República. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 28.

<sup>183</sup> MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 242.

<sup>184</sup> MATOS, Maria Izilda Santos. **Trama e Poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 69.

processo de formação de uma identidade operária, que veio a firmar-se durante as primeiras greves, particularmente as greves de 1917 na cidade de São Paulo, posteriormente, também em outros estados. A “sua participação na política operária era inequívoca”<sup>185</sup>, conforme indicado no *A Plebe*,

[...] operários, operárias vós sois os mártires da civilização e do progresso [...] produtores de toda a riqueza social, viveis em miseráveis habitações desprovidas de todo o conforto e bem-estar que os vossos braços criaram, não recebeis a cultura a que tendes direito, e sois, em resumo, tristes párias sociais no meio das magnificências de um mundo de gozos criado pela força dos vossos músculos e dos vossos cérebros[...].<sup>186</sup>

A corriqueira presença feminina no mundo do trabalho, percebida, nesse momento, como uma das responsáveis pelo desenvolvimento e “progresso” do país, era, ao mesmo tempo, privada do conforto e dos bens que os seus braços criavam.

A presença da mulher no mundo do trabalho, na constituição do proletariado fabril, no protagonismo grevista e na solidariedade advinda desse movimento foi fundamental na conquista de direitos.

## 1.6. A solidariedade conquista direitos

As greves foram, antes de tudo, um ato solidário. Consubstanciado na expansão do movimento paredista, na formação das ligas operárias de bairro, na criação das subscrições para auxiliar economicamente as famílias dos grevistas, entre outros. Como resultado desse pacto de solidariedade entre o proletariado e sua luta contra os açambarcadores fabris, os industriais assumiram perante o *Comitê de Jornalistas*<sup>187</sup>, entre os seus compromissos, o de “manter a concessão

<sup>185</sup> PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operária da Primeira República. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 28.

<sup>186</sup> UNIÃO sagrada. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>187</sup> Conforme se recuperou em *A Plebe*, a intervenção dos jornalistas da grande imprensa como intermediários nas negociações das pautas reivindicativas foi, a princípio, recusada pelo Comitê de Defesa Proletária, dizendo que não apertariam a mão de quem a tinha banhado no sangue dos trabalhadores, porém, após os jornalistas se pronunciarem, eles acabaram aceitando o seu

feita de vinte por cento sobre os salários em geral; consignar que acompanharão com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições morais e econômicas do operariado de São Paulo.”<sup>188</sup> Conquistas necessárias para melhorar as condições materiais da classe trabalhadora, como, também, atestar a relevância feminina na greve, haja vista a aprovação da pauta grevista que concedeu o aumento para todos os salários. Ainda relativamente aos salários, o proletariado também conseguiu que os industriais se comprometessem a efetuar o pagamento sempre dentro da primeira quinzena que se seguisse ao mês vencido.<sup>189</sup>

Essa foi uma importante conquista que beneficiou a classe, particularmente, as mulheres, pois, como dito anteriormente, elas eram as responsáveis pela manutenção alimentar dos filhos e marido. Dessa forma, ao calcular o salário (da família), levando-se em conta a data que havia sido estipulada para os pagamentos, elas poderiam administrar melhor as despesas da casa.

Os industriais se comprometeram, também, a respeitar o direito de associação dos seus operários<sup>190</sup>, outra importante conquista da classe, uma vez que algumas sedes onde ocorriam as reuniões operárias, particularmente no ápice do movimento paredista, eram desorganizadas pelos policiais que invadiam o local e prendiam seus “filiados”. Conforme recuperado por Khoury

[...] A polícia trabalha com afinco para vós desorganizar, o seu desejo grandíssimo de esmagar a vossa organização surgida após os dias tristes da grande greve, patenteou-se agora bem claramente, fechando vossas ligas, prendendo vossos companheiros e atentando contra o pudor das vossas filhas[...].<sup>191</sup>

Assim, a citação aponta que as invasões das ligas eram uma tentativa de desarticular a classe operária e humilhar as mulheres que atuavam nessas reuniões.

Do mesmo modo, os governantes assumiram um compromisso com os

---

intermédio. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>188</sup> A VITÓRIA. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>191</sup> KHOURY, Yara, Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 194.

grevistas, como o de, baseado nas leis e na jurisprudência, “reconhecer o direito de reunião, ainda que com ressalvas, isto é, desde que exercida dentro da lei e não for contrária à ordem pública; comprometendo também a estudar e votar medidas que defendam os trabalhadores menores de treze anos e as mulheres no trabalho noturno.”<sup>192</sup> Porém, cabe ressaltar que o governo apenas reconheceu a “urgência” de determinadas medidas, não significando, por exemplo, a abolição do trabalho noturno das mulheres e o trabalho dos menores nas fábricas, ambos itens da pauta do movimento paredista.

Com as greves de 1917, a questão do trabalho passou a ser reconhecida por “representantes do povo”, eleitos para integrar as câmaras do poder público. Nesse sentido, Gomes recupera que, logo após a greve, vários projetos garantindo alguns direitos foram propostos na Câmara dos Deputados, como os projetos de lei apresentados pelo Deputado do Distrito Federal, Mauricio de Lacerda<sup>193</sup>

[...] visam o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho (Projeto nº 119 de 11/07/1917); de regulamentação do trabalho feminino (Projeto nº 125 de 16/07/1917) e de menores (Projeto nº 135 de 24/07/1917); criação de creches em estabelecimentos industriais com mais de 10 operárias (Projeto nº 136 de 23/07/1917); da criação de contrato de aprendizagem (Projeto nº 137 de 18/07/1917) e do estabelecimento de comissões de conciliação e Conselhos de arbitragem, com representação de operários e patrões (Projeto de 02/07/1917).<sup>194</sup>

Os projetos de lei apresentados por Mauricio de Lacerda, não por acaso, foram designados no mês de julho de 1917, período em que eclodiu a greve paulistana. Por outro lado, as questões levantadas por ele faziam parte da pauta reivindicativa do movimento grevista, dessa forma, o deputado buscava legitimar, por meio de um projeto de lei, as justas reivindicações da classe operária urbana.

Ademais, tocava em um fator de suma importância para o setor feminino da classe operária a criação de creches nos estabelecimentos fabris, medida que

---

<sup>192</sup> A VITÓRIA. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

<sup>193</sup> Deputado pelo Distrito Federal. Foi um dos responsáveis pela veiculação na Câmara dos problemas que atingiam os trabalhadores, denunciando suas dificuldades de vida e de trabalho e defendendo sua atuação grevista.

<sup>194</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 65.

contribuiria para a proteção a infância, possibilitando à operária o cuidado e a amamentação por mais tempo. O projeto visava, também, entre outras pautas, garantir o direito de descanso remunerado por vinte e cinco dias antes e vinte e cinco dias depois do parto, impedir a exploração dos menores e dar fim ao trabalho noturno das mulheres. É importante destacar que os itens referentes às questões femininas, tanto das reivindicações grevistas quanto dos projetos de lei, foram conquistas das próprias mulheres, em decorrência do seu protagonismo no mundo do trabalho.

Em síntese, as mulheres tiveram um papel fundamental na construção do movimento grevista, cuja bandeira de luta foi a solidariedade entre a classe operária e também da militância anarquista, de que é exemplo a jornalista Izabel Cerruti, uma das responsáveis por evidenciar as explorações aos quais o proletariado estava submetido dentro das “prisões” fabris. No periódico *A Plebe*, Cerruti escrevia artigos de incentivo e congratulações pela atuação operária no movimento grevista de 1917 e utilizava o seu protagonismo no jornal para, muitas vezes, fazer as justas críticas aos açambarcadores do capital. Porém, os gestos solidários dessa anarquista não se resumiram às palavras de apoio, conjuntamente tomou medidas mais práticas, a saber, as contribuições monetárias que ela e outros militantes prestaram às vítimas da greve.

Em que pese o fato das operárias terem sido as grandes responsáveis pelo desencadeamento da greve que, progressivamente, tornou-se geral ao expandir-se por outras localidades também fora de São Paulo, tendo como princípio a solidariedade de classe, seu protagonismo ficou resumido pela historiografia ao gênero masculino. Um protagonismo que se evidencia não apenas no lançamento de manifesto aos soldados com a finalidade de firmar um pacto solidário com a classe trabalhadora, mas também na liderança das ligas operárias de bairro, ou núcleos de ação social, ou no *Centro Feminino Jovens Idealistas*, que tinha como objetivo denunciar os preconceitos e a exploração vivenciados pelas mulheres no mundo do trabalho. Um protagonismo que expressa a reação às suas vivências de trabalho no interior do sistema fabril e domiciliar, em cujos lugares o estado de precariedade afetava diretamente a organização doméstica, por cuja administração eram responsáveis, afinal, eram elas que iam à mercearia, preparavam o alimento,

controlavam as porções consumidas, além de levar, também, dinheiro para a casa.

## **CAPÍTULO 2. A SECUNDARIZAÇÃO DO PROTAGONISMO FEMININO NAS GREVES DE 1917 PELOS COSTUMES E PELA IMPRENSA.**

Embora as greves de 1917 tenham sido desencadeadas pelas mulheres, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, uma série de circunstâncias contribuíram para que tal protagonismo ficasse resumido apenas ao universo masculino. Em vista disso, o objetivo desse capítulo é demonstrar o poder que as mulheres exerciam tanto na esfera pública quanto privada e evidenciar sua luta contra moralismos, assédios e desconfianças de seus companheiros. Objetiva-se, também, mostrar que, apesar da imprensa anarquista dar espaço e até defender a libertação e emancipação femininas, a preponderância da operária foi subordinada ao universo masculino.

O crescimento dos movimentos feministas desde meados século XIX e início do século XX no mundo ocidental passou a questionar a posição da mulher no espaço público e no ambiente privado por considerá-los injustos, dada a desigualdade de oportunidades no trabalho, na educação, no âmbito familiar, na igreja, nos partidos políticos, entre outros; denunciando os limites impostos à sua participação e buscando uma efetiva igualdade.

No entanto, esses movimentos surgiram como uma manifestação política da mulher branca de classe média<sup>195</sup> e suas pautas de reivindicações não contemplavam, por exemplo, as questões de classe nem as questões raciais. Dessa maneira, pressupõe-se que nenhuma operária se declarava feminista por considerar o movimento como uma manifestação burguesa, muito embora possamos, hoje, considerar feministas as ações e reivindicações praticadas pelas mulheres operárias em decorrência das particularidades que as distinguiam das ações e reivindicações dos operários em geral.

---

<sup>195</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=is)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

Nos dias de hoje, tal movimento possui uma pluralidade não evidenciada em seus primórdios e, levando-se em conta o contexto político e de luta de gênero, faz-se necessário refletir a posição cultural, racial, de classe e de identidade do movimento.

É tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui.<sup>196</sup>

Butler afirma que há a necessidade de se fazer uma crítica aos primórdios do movimento feminista e à busca contemporânea por uma base teórica única e imutável que culmina na exclusão de outras identidades. Nesse sentido, passadas várias décadas desde o florescimento do movimento feminista, atualmente há em suas pautas um mundo mais plural do ponto de vista da classe e do gênero e, no caso do Brasil e da América Latina, uma preocupação também com as particularidades regional, local e étnico-racial.

Em 1917, as ideias defendidas pelo feminismo já faziam coro no meio operário, tais como a luta contra os assédios nas oficinas, a igualdade salarial entre homens e mulheres e o protagonismo da mulher no mundo do trabalho. Tudo isso em um Brasil que possuía, até 1920, um índice altíssimo de analfabetismo (considerando analfabeto aquele que não sabe ler e escrever, ou seja, no sentido censitário tradicional), abrangendo quase 2/3 da população, o que equivalia a 64,9% das pessoas acima de quinze anos.<sup>197</sup> Infere-se, portanto, que as operárias, devido à sua posição social de mulher pobre, engrossavam tais estatísticas.

Apesar da pouca instrução formal, as operárias estavam a par dos debates em torno das questões de gênero, ademais, conforme aponta Carone, o analfabetismo precisa ser relativizado, uma vez que “o conceito de educação

---

<sup>196</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 24.

<sup>197</sup> RICARDO, Stella Maris Bortoni; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha. Raízes sociolinguísticas do Analfabetismo no Brasil. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 217. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/viewFile/11496/13264>>. Acesso em: 15 out. 2017.

operária, exposto aqui, não é o que trata das condições de ensino e seus resultados, mas o que verifica o mecanismo de propagação de conhecimento.”<sup>198</sup>

Nesse contexto, “o/a operário/a é antes de tudo um autodidata: ele/a aprende ouvindo seus companheiros discursar ou escutando-o ler. Daí a importância de publicações operárias como jornais, panfletos e livros, ou do teatro e do sarau.”<sup>199</sup> Assim, as informações chegavam até o operariado por meio da oralidade e das representações artísticas de cunho político.

Dessa forma, o ideário feminista adentrou o mundo das operárias por meio da propagação ideológica do próprio movimento operário e, sobretudo, das militantes anarquistas como, Izabel Cerruti. Logo, “a troca de ideais em círculo próprio, onde a forma dialogal simples e precisa é meio de comunicação fácil e amplo”<sup>200</sup>, contribuiu para a expansão e percepção das pautas e das correntes dos movimentos feministas aqui no Brasil.

Faz-se necessário problematizar o alcance das informações, pois a experiência de classe e de gênero dificultou a introdução feminina nos organismos políticos, por meio dos quais discutiam-se questões pertinentes ao mundo do trabalho assalariado, educacional e social. Em decorrência das longas jornadas de trabalho e da construção e naturalização do papel da mulher como mãe e esposa, em curso desde o século XIX, as operárias dispunham de menos tempo que a parcela masculina para se manter informadas, para se reunir com os militantes e compartilhar as experiências cotidianas.

Nessa lógica, naquele período, as discussões em torno dos movimentos feministas e a luta pela emancipação feminina adquiriram outra conotação no universo operário. Muito embora já houvesse um debate caloroso sobre os direitos da mulher entre a classe trabalhadora como a discussão colocada pela escritora, jornalista e professora, Maria Lacerda de Moura sobre “a necessidade de expor e

---

<sup>198</sup> CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984, p.12.

<sup>199</sup> Ibid., p. 12.

<sup>200</sup> Ibid., p. 12.

alterar as condições de vida da mulher, através da educação”<sup>201</sup>, além de defender a “primordialidade das mulheres se emanciparem do sistema patriarcal e da opressão clerical”<sup>202</sup>, entre os operários, a luta contra “opressão de gênero foi diversas vezes secundarizada”.<sup>203</sup>

No que se refere às reivindicações operárias, embora a emancipação feminina fosse uma questão entre a militância anarquista, a luta estava muito mais voltada para o tema do capital/trabalho, sem levar em conta, de forma mais abrangente, as especificidades da mulher no mundo do trabalho. Por outro lado, a forma como foi estruturada a luta operária, isto é, a organização dos/as trabalhadores/as em “ligas de resistência nos próprios bairros onde trabalhavam e/ou residiam, com o objetivo de estreitar os laços de solidariedade, foi indispensável para a eficácia da ação coletiva”<sup>204</sup> e também para o protagonismo feminino, haja vista que, além de participarem das ligas operárias, elas também lideraram algumas, como a Liga Operária do Belenzinho, que será abordada mais adiante.

Logo, se, por um lado, a particularidade da mulher não foi levada em consideração, por outro, ao atuar nas associações de resistência, algumas pautas acabaram por ser introduzidas, por exemplo, nas *Bases de Acordo da Federação Operária de São Paulo (FOSP)*<sup>205</sup>, a saber, “lutar pela igualdade dos salários da mulher aos dos homens, e que lhes sejam garantidos os mesmos, quando no último período da gravidez ou após o parto, forem obrigadas a deixar de trabalhar.”<sup>206</sup>

---

<sup>201</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura: Imagem e reflexo. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 36.

<sup>202</sup> MORAES, Isaias Albertin; PORTELLA, Mônica Heinzelmann. Redescobrimo Maria Lacerda de Moura: 130 anos de nascimento. **Revista Ciências Sociais, Direitos Femininos**. 88. ed. 1 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.unesciencia.com.br/2017/08/01/direitos-fem-88/>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

<sup>203</sup> PENNA, Mariana Affonso. O Anarquismo e a questão das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 196, set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39319>>. Acesso em: 8 maio 2018.

<sup>204</sup> LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta: greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 97.

<sup>205</sup> Órgão de caráter permanente que reunia em seu seio as associações de operários que tinham por base a luta contra o capitalismo e era formado, exclusivamente, por operários assalariados

<sup>206</sup> BASES de acordo da Federação Operária de São Paulo. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

Dessa maneira, houve uma luta de classe e também de gênero no âmago dessa organização.

A pobreza empurra homens e mulheres, muitas vezes em idade escolar, para o mercado de trabalho. Em decorrência das dificuldades econômicas enfrentadas pelo núcleo familiar, todos os seus membros são logo impelidos a ocupar postos de trabalho desde muito cedo, privando-os, assim, de frequentar instituições de ensino e de exercitar as “leituras”.<sup>207</sup>

No interior da luta de classes, os anarquistas eram os que estavam mais próximos desse exercício, pois tinham na leitura uma prática e, na solidariedade, um lema, dado que, de acordo com Bonomo, eles valorizavam a “conscientização através da propaganda e da educação.”<sup>208</sup> Esses compartilharam com os outros operários uma nova forma de pensar a organização social, uma sociedade em que homens e mulheres estariam livres do jugo capitalista; em contrapartida, os operários lhes evidenciaram de forma empírica a exploração capitalista à qual todos eram submetidos no cotidiano do seu trabalho. Houve, portanto, uma troca de experiências entre anarquistas e operários. A partir dessa união, os militantes anarquistas colaboraram com a formação política do operariado, contribuindo para informar e formar essa classe.

Com a finalidade de formar novos cidadãos tornando-os indivíduos aptos a viverem numa sociedade sem Estado, sem influência da Igreja, sem patrões e sem poderes coercitivos, os anarquistas utilizaram diversos meios. Em São Paulo, fundaram duas Escolas Modernas, baseadas no método racionalista de Francisco Ferrer, nos bairros operários do Belenzinho e Brás, dirigidos, respectivamente, por João Penteado e Adelino de Pinho.<sup>209</sup>

Havia uma patente preocupação em formar novos cidadãos, porém é forçoso questionar em qual tipo de cidadão concentravam seu empenho. Do ponto de vista

---

<sup>207</sup> MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 259-288.

<sup>208</sup> BONOMO, Alex Buzeli. **Os anarquistas e os sindicatos no Brasil**: uma discussão historiográfica. São Paulo: Francisco Assano, 2016, p. 97.

<sup>209</sup> FREZONE, Olga Regina. **Educação e resistência anarquista em São Paulo**: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comercio Saldanha Marinho (1920-1945). Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p.15.

do gênero, considerando os preceitos da época, fica claro que os esforços anarquistas estavam voltados especialmente ao gênero masculino, pois, segundo expressavam, cabia aos operários (homens) a proteção e o cuidado da mulher.

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder deve ser obedecido e respeitado pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido.<sup>210</sup>

Nota-se um patriarcalismo na formação política da classe operária. Uma visão sobre a incapacidade da mulher gestar sua própria vida, concernindo ao homem zelar pelo bem-estar da operária. Dessa maneira, faz-se relevante problematizar o uso constante na imprensa – inclusive anarquista – do substantivo “operário” no gênero masculino para referir-se à classe como um todo. Não se trata, no entanto, de criticar essa escolha de acordo com os critérios das correntes feministas contemporâneas no que concerne às questões de representatividade. O que se pretende destacar com isso é que a flexão de gênero no masculino serviu para ofuscar a visibilidade feminina ao longo da história.

Na Lapa, no Ipiranga e na Mooca a série de arbitrariedades foi infinita. Prenderam-se a esmos operários por distribuírem boletins referentes à greve; espaldeiraram-se mulheres e crianças por fazerem causa comum com seus maridos, pais e irmãos vítimas da sanha dos bull-dogs policiais [...].<sup>211</sup>

Contudo, apesar dos preceitos patriarcais que consideravam a mulher um ser inferior, existia uma subversão contra tais “determinismos” que tentavam subsumir seu gênero. As mulheres trabalhadoras não permaneceram passivas frente às ações de luta cuja pauta expressava as reivindicações da classe operária diante do contexto social, econômico e político do Brasil nos idos de 1917.

As mulheres-trabalhadoras-grevistas estavam inseridas nessas manifestações sociais, participando tanto dos atos grevistas quanto das associações

<sup>210</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930). São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 94.

<sup>211</sup> GUERRA às organizações operárias, **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 15, 30 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

de bairros e na divulgação de boletins informativos. Assim, as operárias, apesar das dificuldades relacionadas ao gênero, não estavam alienadas no que tange aos movimentos políticos, ainda que, dentro das organizações, elas fossem vistas como um “apoio suplementar” nas discussões políticas.

Apenas na atualidade, passado mais de um século do período em estudo, o preconceito relativo à incapacidade política e intelectual da mulher vem sendo desconstruído por alguns pesquisadores preocupados com a temática. Dentre os que se debruçam sobre o tema “mulher”<sup>212</sup> temos, a socióloga uruguaia Teresita de Barbieri<sup>213</sup>, ela considera que o tratamento e a educação desiguais e cerceadores da atuação das mulheres nos espaços públicos ocorrem devido aos tipos de socialização patriarcal que ambos os sexos recebem, pois, desde o nascimento, meninos e meninas são educados no interior de suas famílias para exercer e aceitar as desigualdades e as hierarquias com base nos sexos.

Sendo sujeitos produtores e produtos de sua cultura, além de socialmente construídos, mulheres e homens vivenciam o cotidiano do trabalho, do lar e da cidade de formas bem particulares. Na Europa, a partir do século XIV, as alterações nas relações socioeconômicas, em especial a primazia que a propriedade privada foi adquirindo<sup>214</sup>, resultaram em mudanças nas relações familiares. Os homens passaram a tutelar esposa e filhos, impedindo-os de participar da vida pública e de tudo que ela suscitava. Eles ainda assumiram a responsabilidade pelo sustento principal da família e o protagonismo na esfera pública. À mulher coube o cuidado do lar e dos seus integrantes.

Ao longo da história, a chegada do protestantismo na Europa favoreceu a apropriação predominantemente masculina de determinados espaços fora do âmbito

---

<sup>212</sup> Cf. SAFFIOTI, 1969; BUTLER, 1990; e interlocutores: DAVIS, 1981 e BOURDIEU, 1998.

<sup>213</sup> BARBIERE, Teresita de. Sobre a Categoria de gênero: una introducción teórico-metodológica. **Debates em Sociología**. Peru. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), n. 18, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680/6784>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>214</sup> ENGELS, Friedrich. **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada e Do Estado**. 3. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012. O autor atribui as mudanças nas relações familiares ocorridas em fins da Idade Média para a Moderna - quando a sociedade passa de matriarcal para patriarcal - à configuração que a propriedade privada adquire neste período de acumulação primitiva do capitalismo.

familiar, como os espaços público e educacional. Embora a Revolução Industrial acelerasse a emergência da classe operária e as mulheres se vissem obrigadas, por diversas razões, a adentrar no mercado laboral, observa-se a desvalorização da sua força de trabalho e a permanência de preconceitos de gênero, o que contribuiu para sua frágil organização sindical.

Destaca-se que, após a Revolução Industrial na Europa Ocidental e com o crescimento das cidades, não raro havia mulheres ocupando o espaço público para reclamar dos preços dos alimentos, organizando e participando de greves, de comícios, boicotes e de diversas outras manifestações de resistência às amarras impostas por uma configuração patriarcal que as submetia ao controle masculino. Impelidas pela necessidade, não ficaram indiferentes frente às condições desiguais, tanto na esfera econômica quanto na social. Desde o século XIX, no Brasil, as mulheres reivindicavam o acesso à educação e emancipação da tutela “eterna e injusta” que pesava sobre o gênero, conforme recuperado pela historiadora Constância Lima Duarte.<sup>215</sup>

As evidências das desigualdades na percepção do papel da mulher no século XIX – em que ela aparece como um ser fraco de corpo e de espírito, tal qual uma criança caprichosa e frívola –, foram demonstradas no livro da ativista do movimento operário e feminista parisiense Flora Tristán (1803-1844). A leitura de sua obra mostra o quanto as condições das mulheres permanecem semelhantes aos dias atuais. Conforme ela:

A Igreja dizia que a mulher era o pecado; o legislador, *que por ela mesma ela não era nada, que não devia gozar nenhum direito*; o filósofo erudito que, por sua *organização, ela não tinha inteligência*, concluímos que ela era um pobre ser deserdado de Deus e assim os homens e a sociedade a tratavam.<sup>216</sup>

À exceção dos filósofos eruditos, o legislador e a Igreja consideram, ainda hoje, a mulher em condição subalterna. A historiografia mais recente tem reafirmado e demonstrado que as reações e resistências a tais condições impostas às mulheres

---

<sup>215</sup> DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**. Dicionário ilustrado. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 22, grifos do autor.

<sup>216</sup> TRISTÁN, Flora. **União Operária (1843)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 114.

vêm de longa data, tanto contra os preceitos machistas quanto contra o confinamento da mulher e sua exclusão dos espaços públicos, que são considerados, por excelência, pertencentes à esfera masculina. Com as manifestações, as mulheres passaram a ocupar esses espaços paulatinamente, a fim de ter maior participação na vida pública. Logo, torna-se relevante apontar que, desde o Brasil Colônia, “temos vozes femininas que preconizam, por exemplo, a introdução do sufrágio universal.”<sup>217</sup>

No Brasil, o processo de colonização e a imposição do catolicismo contribuiu para “a manutenção de laços tradicionais de família e de uma sociabilidade marcada pelo patriarcalismo.”<sup>218</sup> Ou seja, sem incorporar os preceitos “éticos” que nortearam as relações societárias naquele começo do século, forjadas pelas burguesias em ascensão na Europa em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, a forte presença do catolicismo resultou em que

No lugar de uma burguesia puritana, nossas classes dominantes se constituíram baseando-se no domínio exercido sobre os escravos, sem a interferência do Estado, o que resultaria em certa indistinção entre o público e o privado, o primeiro quase que constituindo mera extensão da vida familiar.<sup>219</sup>

Após o fim tardio da escravatura em 1888 e com a emergência da urbanização do país, assistiu-se à construção de uma nova forma de sociabilidade, no interior da qual emergiram os trabalhadores fabris que vivenciaram o impacto de

Medidas [que] foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamentos que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.<sup>220</sup>

Nessa nova ordem, a mulher exerceu um papel fundamental. No final do século XIX, verificou-se a construção do modelo de família burguesa no qual homens e mulheres desempenhavam papéis bem definidos, cabendo, nesse

---

<sup>217</sup> GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 644.

<sup>218</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.106.

<sup>219</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>220</sup> SOIHET, Rachel; DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 362.

momento, ao homem, o sustento do lar e, à mulher, a responsabilidade da organização da vida familiar. Assim, dá-se início à revalorização da figura da mãe-esposa-dona-do-lar, responsável pelo zelo, higiene e cuidado dos filhos e do marido, conforme explanado brevemente no capítulo anterior.

Esse modelo de família burguesa implicava o confinamento da mulher no espaço privado e, embora construído pensando nos segmentos dominantes, esse modelo visava atingir também a mulher pobre. No entanto “a organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós”<sup>221</sup>. Sendo assim, as mulheres pertencentes às camadas populares não conseguiam atingir esse novo ideal de mulher, uma vez que, como pobres e muitas vezes chefes de família, era imprescindível sair às ruas em busca de trabalho. Muitas delas realizavam trabalhos considerados domésticos, mas para outras famílias, tais como: lavadeira, cozinheira de “forno e fogão”, passadeira, engomadeira, babás ou amas de leite, entre outras; isso quando não assumiam todas essas tarefas juntas em sua jornada diária. Por questão de sobrevivência, realizavam fora de casa o que já era sua obrigação fazer para a própria família. Tratava-se de uma dupla jornada de trabalho que, por ser “doméstico” e de mulheres, era considerado uma função corriqueira, sem valor, portanto, muito mal remunerado e “sem vínculos trabalhistas”<sup>222</sup>. Essa profissão, aliás, só será “regulamentada nos idos de 2013”<sup>223</sup>.

Da mesma maneira, em fins do século XIX e início do século XX, quando a mulher pobre adentrou o universo fabril, a sua força de trabalho também foi absorvida em funções já realizadas por ela dentro da economia doméstica, “na fiação e tecelagem, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, na de camisa

---

<sup>221</sup> SOIHET, Rachel; DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 362.

<sup>222</sup> MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, set.-dez. 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0667.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0667.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

<sup>223</sup> PROPOSTA de Emenda à Constituição PEC 478/2010, transformada na Emenda Constitucional 72/2013. Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496)>. Acesso em: 15 set. 2017.

e roupas brancas, na malharia, na produção de redes, chapéus, chocolates [...]”<sup>224</sup>, fato que, implicou uma desvalorização da remuneração feminina.

No final do século XIX, conforme apontado por Catherine Hall, a ética protestante, o Estado, a burguesia e, em certa medida, os operários, consubstanciaram a divisão das esferas, isto é, o público para os homens e o privado para as mulheres.<sup>225</sup> Nesse sentido, as “mulheres podiam ter um ofício, desde que fosse um prolongamento de seu papel feminino natural”<sup>226</sup>, como as atividades mencionadas acima, nas quais as operárias estavam majoritariamente inseridas.

Sobre a participação do proletariado na consolidação das esferas pública e privada, é relevante destacar que a classe operária não adotou inteiramente a representação burguesa do modo de vida ideal, cujos papéis masculino e feminino no mundo do trabalho eram bem definidos, “mas integrou certos aspectos do discurso religioso ou laico que pareciam razoáveis e respondiam a certas necessidades”<sup>227</sup>, a saber, a questão do trabalho feminino nos estabelecimentos fabris, pois se de um lado houve o discurso em relação à moral e como esse contato cotidiano com o outro sexo afetava a dignidade da mulher, por outro lado, existia o mesmo debate como uma demanda da reivindicação operária, haja vista que “a presença da mulher mantinha o baixo nível dos salários”<sup>228</sup>.

Desse modo, a separação dos espaços teve início com o advento do capitalismo e do protestantismo. Nesse sentido, “as transformações no comércio promoveram o isolamento gradativo das mulheres na esfera privada”<sup>229</sup>, uma vez que a sua participação nas atividades comerciais de menor monta era constante,

---

<sup>224</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 93.

<sup>225</sup> Cf. HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4.

<sup>226</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 81.

<sup>227</sup> Ibid., p. 73.

<sup>228</sup> Ibid., p. 82.

<sup>229</sup> PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. In: **FETEC- Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná**, 2004. p. 34. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/as-mulheres-e-a-separacao-das-esferas/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

porém, “quando o comércio tornava-se maior, eram construídas casas de dois pavimentos”<sup>230</sup>, deslocando a mulher para o espaço da domesticidade e reservando ao homem a função de administrar a atividade rentável economicamente, conforme apontado por Joana Pedro. No mesmo raciocínio, Catherine Hall destaca o papel da Igreja na divisão dos espaços, pois, para os evangélicos, o homem e a mulher nasciam para ocupar esferas diversas, o homem deveria cuidar da vida pública, enquanto que a mulher, considerada o centro do lar, da família.<sup>231</sup>

Logo, o deslocamento gradual das mulheres do espaço público para o privado e, conseqüentemente, a sua desvalorização econômica, só se tornou possível em decorrência do discurso burguês e protestante que dividiu a sociedade da seguinte maneira: aos “homens, a madeira e os metais” e às “mulheres, a família e o tecido”<sup>232</sup>. Não à toa, as operárias estavam distribuídas principalmente no ramo têxtil das indústrias, além disso, a sua baixa remuneração era decorrente desse discurso que posicionou o trabalho manual como característico do sexo feminino, demasiadamente, desvalorizado.

Assim, a depreciação econômica da força de trabalho feminina se efetuou em virtude das funções exercidas por elas, tanto dentro do sistema fabril quanto em domicílio, já que essas funções eram caracterizadas como “trabalho de mulher” e, portanto, subvalorizadas. Fica evidente, também, que as mulheres das camadas populares sempre estiveram presentes no espaço público, muito embora sua presença não fosse benquista. Nessa perspectiva, “a divisão sexual do trabalho, foi um fio condutor das relações sociais de desigualdade que conformam o trabalho das mulheres”<sup>233</sup>, pois sua mão de obra era vista como secundária.

Somado a isso, em decorrência dos modos de vida dos segmentos populares,

---

<sup>230</sup> Ibid., p. 34.

<sup>231</sup> Cf. HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4, p. 59.

<sup>232</sup> SCOTT, Joan W. “La Travailleuse”. In: DUBY, Georges.; PERROT, Michelle. Perrot. (org). *Histoire Des Femmes*, 1991, v. 4, p. 428. apud RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 5. Disponível em: <projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\_feminista.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>233</sup> ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 9.

“o trabalhador urbano se viu perseguido para além dos muros das fábricas”<sup>234</sup> e, ao transitar pelas ruas da cidade, “suscitava inquietação e mal-estar nos setores privilegiados da sociedade.”<sup>235</sup> A pobreza assustava e, para afastar os pobres do cotidiano da cidade, tornou-se necessária a emergência da imposição “do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa”<sup>236</sup>. Assim,

A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.<sup>237</sup>

Para a consumação desse modelo de família, foi impreterível determinar mais uma vez o papel da mulher, dado que cabia a ela o cuidado com a prole e a vida cotidiana familiar. Em tese e, seguindo esse modelo, seu destino nessa nova ordem urbana e capitalista, estava vinculado ao lar. Assim, para além das péssimas condições vigentes no mundo fabril daquela época e para além da falta de regulamentação do trabalho, essa mulher trabalhadora vinculada às empresas capitalistas teve que enfrentar, também, toda ordem de preconceitos, descasos e desqualificações pessoais. Nesse sentido, a regulamentação do trabalho feminino era uma questão no meio operário, pois, além dos baixos salários, elas “sofriam com o assédio e até a violência sexual por parte dos empregadores e contramestre”<sup>238</sup>. Esse fato moldou a percepção da fábrica como local perigoso à moral e à sexualidade femininas, potencializado pela incapacidade da mulher em repelir tais sujeitos, conforme explicado abaixo.

## 2.1. Além das diferenças, o assédio sexual

A situação das operárias no Brasil no contexto das greves de 1917, conforme denunciava o jornal *A Plebe*, diferia do processo histórico inicialmente colocado para

---

<sup>234</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista** (Brasil 1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 86.

<sup>235</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista** (Brasil 1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 86.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>238</sup> TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio-ago. 2017, p. 508. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

as mulheres europeias, tendo em vista que, aqui, o modelo de feminilidade construído e a exclusão da mulher do espaço público visavam, também, limitar a circulação dos pobres nas regiões com urbanização já consolidada e destinada às classes média e alta.

A condição de trabalhadora-mãe-dona-de-casa fez com que a participação das mulheres, particularmente as operárias, ficasse comumente restrita ou limitada ao movimento sindical, pois as múltiplas tarefas tomavam-lhes todo o tempo hábil para atuar no interior da organização sindical. Não obstante, conforme será demonstrado, a falta de uma sindicalização não se constituiu em um obstáculo à organização política da mulher nem à sua luta contra as más condições de vida e de trabalho. Ambos os sexos experimentaram formas próprias de atuar politicamente, assim como também experimentaram as relações de exploração do capital, tanto objetiva quanto subjetivamente, pois é necessário

[...] compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens - contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias.<sup>239</sup>

As restrições entre o público e a distribuição desigual entre os sexos operaram a partir de um processo histórico e social na qual o homem atua no espaço público político e a mulher no espaço privado, isto é, o lar. A divisão social e sexual do trabalho legitimou e naturalizou a dominação masculina impondo a mulher papel secundário na esfera pública até mesmo privando-a de atuar no campo da política hegemônica – desde a *polis* grega. Ao desenhar o público como político e o privado como o não político, implicou uma desigualdade nas formas como ambos os sexos vivenciaram a organização social e política. Assim, essa forma de pensar não via o lar, administrado pela mulher, como espaço político.

Por outro lado, há uma necessidade de expor e ao mesmo tempo contestar sua “naturalidade”, uma vez que a desnaturalização, dessa forma de pensar, é condição *sino quo no* para a constituição de relações igualitárias. Ademais,

---

<sup>239</sup> MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31.

conforme aponta Birolli, o pensamento feminista contemporâneo faz uma reflexão crítica acerca dessa dualidade, pois temos “uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma serie de tópicos e nem (sic) experiências como privados e, como tal, não políticos”<sup>240</sup> mais adiante a autora defende que tal pensamento “nega o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.”<sup>241</sup>

Para, além disso, tem-se uma análise mais crítica, da filósofa Carole Pateman, que redimensiona o debate em torno do público e privado ao afirmar que o privado é também político, pois

A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas. A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante.<sup>242</sup>

Para Pateman, existe uma interdependência entre essas duas esferas, entretanto, a partir do contrato patriarcal o espaço público (civil) é tido como mais relevante que o espaço privado (natural), sendo que as mulheres foram incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera “civil”. Essa percepção do caráter político do espaço privado foi de suma importância para o movimento feminista, pois, tem auxiliado nos debates acerca das relações desiguais entre os sexos e a inserção das mulheres na esfera predominantemente dominada pelos homens. O significado do que é ser um “indivíduo”, produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privado.<sup>243</sup>

A separação desses espaços e a segregação da mulher ao universo familiar, contribuiu, para a desvalorização das funções das mulheres no mundo do trabalho

---

<sup>240</sup> Ibid., p. 31

<sup>241</sup> Ibid., p. 31

<sup>242</sup> PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução, Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 18.

<sup>243</sup> Ibid., p. 28.

assalariado, uma vez que as atividades realizadas por elas eram uma extensão dos serviços efetuados na economia doméstica. As relações de trabalho são consideradas políticas, sejam relativas ao trabalho doméstico, sejam relativas ao trabalho remunerado, cabe destacar que as operárias estavam inseridas duplamente nessa esfera.

Ainda como consequência da desigualdade sexual, advinda da forma como foi estabelecido os papéis de gênero, elas tinham que lidar com os baixos salários e a tripla jornada. Deste modo,

[...] as mulheres estavam sujeitas a uma jornada de trabalho frequentemente maior que a do homem (como o caso de costureiras e tecelãs) e auferiam salários bastante menores, como indica o quadro abaixo.<sup>244</sup>

Tabela 1- Salários de Trabalhadores/as nos Ramos Têxtil, de Alimentos e Confecções (1920).<sup>245</sup>

Ramos Industriais	Salário médio diário			
	Adultos		Menores	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Têxtil	5\$329	3\$718	1\$973	1\$858
Alimentos	5\$111	2\$957	1\$994	2\$174
Confecções	6\$712	3\$652	2\$004	1\$885
Total dos ramos	5\$449	3\$631	1\$999	1\$971

O quadro evidencia a distancia entre o valor pago à homens e mulheres no mercado laboral, mesmo em se tratando do ramo têxtil em que a mão de obra feminina era superior a masculina. A divisão sexual do trabalho não ficava circunscrito ao proletariado adulto, constata-se que desde a tenra idade a operária experimentou a subvalorização da sua força de trabalho.

Mas, além da desigualdade sexual do trabalho, elas ainda tinham que suportar e enfrentar – quando não se subordinar a eles – os assédios morais e sexuais dos mestres e contramestres dentro das fábricas. Assim,

<sup>244</sup> PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 123.

<sup>245</sup> CENSO INDUSTRIAL DE 1920. apud PENA, 1981, p. 123.

Segundo nos consta, o mestre desta fábrica, um tal Baptista, tem tido em relação às operárias que ali trabalham uma conduta bastante suspeita. Afirma-se que este indivíduo persegue com propostas indecorosas muitas dessas operárias, injuriando e martirizando de mil maneiras aquelas que têm a dignidade e a coragem de repelir tão infame sujeito.<sup>246</sup>

A nota divulgada no *A Plebe* revelava casos de assédio que as operárias sofriam dentro da Fábrica Labor. Evidenciava também que as operárias não se sentiam intimidadas com a posição superior que o assediador ocupava, pois, essas mulheres não apenas repeliam esses sujeitos como também procuravam a imprensa para fazer a denúncia. Ainda, conforme expunha o periódico anarquista, o mestre dessa fábrica não estava sozinho em suas práticas criminais, contava “com o apoio de outro tipo de não melhores virtudes, um tal Pintí, gerente do estabelecimento, o mesmo que, não há muito, veio foragido de Sorocaba, onde exercia iguais funções na fábrica Votorantin.”<sup>247</sup> Nota-se, portanto, que o assédio era uma prática com a qual as operárias eram obrigadas a lidar e combater.

Desta maneira, as mulheres vivenciavam, violências das mais diversas, que não eram experimentadas por aqueles que pertenciam ao sexo masculino. Mas, em que pese tal jornal ter cumprido a função de apresentar à denúncia, destaca-se, ao fim da matéria, que “esperamos dados seguros e certos para voltarmos ao assunto.”<sup>248</sup> Verifica-se que o jornal apresentou a denúncia de forma insegura, pois a fala da mulher não foi suficiente para que houvesse uma investigação mais apurada do caso, demonstrando que além de ter que enfrentar os assédios, as operárias tinham também que conviver diariamente com a desconfiança dos próprios companheiros.

A isso se somava a percepção social de que o ambiente de trabalho corrompia a moral feminina e afastava as mulheres das obrigações domésticas. Cabe citar o excerto em que Rago ressalta o aspecto ameaçador do cotidiano nas fábricas:

---

<sup>246</sup> VIOLÊNCIAS e Torpezas. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>247</sup> VIOLÊNCIAS e Torpezas. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 2.

[...] para a sexualidade feminina, a fábrica é recusada por esta geração operária como lugar da degeneração moral, como antro de perdição e da prostituição, em consequência da aglomeração promíscua e estreita dos dois sexos no trabalho.<sup>249</sup>

O tema concernente à degradação moral da mulher no ambiente fabril advinha do modelo social determinado ao sexo feminino, que colocava a mulher no papel de mãe-esposa-dona-do-lar, responsável por zelar pela instituição familiar. Portanto, a inserção da mulher no espaço da fábrica era vista como um empecilho ao cumprimento das suas obrigações domésticas.

Margareth Rago, em sua reflexão acerca do discurso operário sobre a inserção da mulher no ambiente fabril, nota “a mesma percepção moral do espaço da produção que se evidencia nas descrições de Marx e de Engels, sobre os estabelecimentos fabris ingleses.”<sup>250</sup> Nesse sentido,

[...] as fábricas, isto é, essas pocilgas onde se encerram milhares de proletárias, são sem dúvida possível [...] focos permanentes de degradação e de prostituição.<sup>251</sup>

De acordo com a matéria, a aproximação e a vivência cotidiana no trabalho com o sexo masculino era uma ameaça constante à sua castidade e dignidade moral.

Em paralelo a isso, o discurso médico teve um papel preponderante “ao buscar na própria anatomia do corpo da mulher, os limites físicos, intelectuais e morais à sua integração na esfera pública”<sup>252</sup>, acentuando, dessa forma, “seus principais traços, fraquezas e predestinação à maternidade”<sup>253</sup>. Ao redefinir o papel sexual feminino, privilegiando, por exemplo, a reprodução, eles contribuíram também para consolidar uma dada interpretação da sua função social, isto é, a de mãe e

<sup>249</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 37.

<sup>250</sup> MARX, Karl. *El Capital*, 1946, v. 1, p. 328 e ENGELS, Friederich. *A situação da classe operária em Inglaterra*. 1975. apud RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 38.

<sup>251</sup> O AMIGO do Povo, 5 jul.1902. apud RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 38.

<sup>252</sup> RAGO, Margareth. *Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina*. **Revista do SEADE**, São Paulo, 2002, p. 14.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 14.

responsável pelo lar, conforme já analisado por Rago, para a qual, o saber médico “permitiu justificar objetivamente a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas, sociais e sexuais.”<sup>254</sup>

Quando a operária subverteu a suposta função social e, quiçá, sexual ao ingressar na esfera pública e nos postos de trabalho assalariado, o julgamento moral foi implacável, pois ela passou a ser considerada promíscua e foi ainda mais responsabilizada por todos os problemas que ocorriam no “lar”.

O tema da sexualidade era um tabu tanto na imprensa quanto no meio social. Poucos periódicos como *A Plebe*, por seu discurso anarquista, ou mesmo *O Debate*, colocavam-no em discussão, embora nem sempre questionassem os padrões sociais vigentes, conforme observa-se no artigo do jornalista Fabio Luz ao afirmar que “A missão mais nobre da mulher é ser mãe.”<sup>255</sup>

Não indago se mãe com autorização legal. Com assentimento da Polícia e do Pretor, ou mãe conforme a natureza, concebendo-o por amor, concebendo ao homem livremente escolhido para ajudá-la a perpetuar a espécie nos maiores gestos de paixão amorosa. Mas, que conceba livremente entregando-se ao amante de sua escolha, sem as complicações judiciais, que regulamenta dentro das leis civis, a moça brasileira vai ao acaso dos acontecimentos e levada pela luxúria, realizar o ato mais nobre da vida da mulher, sem a precisa educação sexual, surpreendida muitas vezes com a brutalidade do macho, tendo noção muito errada do que é a função genésica.<sup>256</sup>

O próprio título da matéria (“Feminismo, para a maternidade: para o casamento, não, nem para a política”) já indica a posição que a mulher, mesmo no seio operário, deveria ocupar na sociedade. Esse jornal, veículo importante de comunicação no meio operário do Rio de Janeiro, não só reitera que o espaço público não era destinado às mulheres, mas que elas, ao ocuparem esse espaço, ficavam desprotegidas e suscetíveis à sedução e, em alguns casos, à violência.

O autor citado, em texto aparentemente dúbio, por um lado acompanha os

---

<sup>254</sup> Ibid., p. 15

<sup>255</sup> LUZ, Fabio. Feminismo. Para a maternidade: para o casamento, não, nem para a política. **O Debate**. Rio de Janeiro, 29 jul. de 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>256</sup> LUZ, Fabio. Feminismo. Para a maternidade: para o casamento, não, nem para a política. **O Debate**. Rio de Janeiro, 29 jul. de 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

preceitos da liberdade sexual apregoadas pelas anarquistas, considerando que a mulher tem o direito de fazer suas próprias escolhas quanto à pessoa com quem vai procriar, sem as imposições legais, maternas ou mesmo tutoriais. Mas, finaliza ele, ao fazer isto, “a moça brasileira vai ao acaso dos acontecimentos e levada pela luxúria (sic.), realizar o ato mais nobre da vida da mulher, sem a precisa educação sexual, surpreendida muitas vezes com a brutalidade do macho, tendo noção muito errada do que é a função genésica.” Ou seja, de acordo com o autor, caso ela fosse levada apenas por sua natureza, deveria ser bem orientada para não cair em engodos. A ideia da necessidade de instrução sobre tais assuntos fica mais reforçada quando ele aponta que a moça tende a entregar-se ao primeiro namorado como que para fugir das suas miseráveis condições de vida, tanto familiar quanto no trabalho.

A proletária, que antes de terminar o curso primário, quando a vida miserável da família lhe permite folgas e meios para frequentar a escola pública, se vê forçada a ir à oficina ou a entregar-se aos caseiros trabalhos para substituição da mãe, ocupada na fábrica, a operária, ou antes a filha do proletário, do pária, ao chegar à puberdade entrega-se a um dos namorados, com ele casa, depois de ter experimentado as agruras da vida em família, e vai continuar a mesma existência de seus progenitores.<sup>257</sup>

Ele chama a atenção acerca da perpetuação da miséria das famílias proletárias apontando uma infância deplorável e a inserção no mercado de trabalho ainda criança, com o intuito de contribuir com o sustento da família. Em seguida, o encontro amoroso, agora na puberdade, caracterizando a formação de uma nova família nas mesmas condições socioeconômicas dos seus genitores. Assim, temos a renovação do ciclo de miséria social e a perpetuação da dependência patronal.

Ainda que esses periódicos, particularmente *A Plebe*, fossem conhecidos por seu caráter mais libertário, a publicação de determinadas questões era propulsora de acaloradas discussões e divergências entre a classe operária e os militantes anarquistas, o que espelhava a incompatibilidade entre os costumes tradicionais de determinado setor do operariado - que estava distante da literatura anarquista - e os

---

<sup>257</sup> LUZ, Fabio. Feminismo. Para a maternidade: para o casamento, não, nem para a política. **O Debate**. Rio de Janeiro, 29 jul. de 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

militantes sensíveis às teorias anarquistas.<sup>258</sup>

Os operários e as operárias vivenciavam e interiorizavam a moral pregada pela Igreja, particularmente aqueles que não estavam integrados aos preceitos teóricos anarquistas, pois eram instituições como a Igreja que traduziam a moral vigente nas questões ligadas ao casamento, castidade, trabalho e modos de viver. Os militantes anarquistas, sendo anticlericais, criticavam tal moral burguesa propagada e defendida pela Igreja, pois acreditavam que

Jamais seremos felizes enquanto sobre a terra existirem padres e igrejas. O podre só consome o que é bom e só produz o que é mal. É um terrível inimigo com que contamos. Este algoz da humanidade tem por missão impedir o progresso moral do povo, porque assim ele nos mantém escravos, causando-nos todos os males. O homem emancipa-se à medida, a proporção que se eleva moralmente. [...] muito facilmente nós podemos livrar do terrível inimigo: não ir à igreja, nem mesmo por curiosidade. O batismo perante a moral é a educação e a instrução dos filhos. O casamento perante a moral consiste no grande amor que une o casal, tornando-o inseparável. O nosso culto consiste no máximo respeito aos velhos, grande carinho às crianças e grande respeito e dedicação às esposas e donzelas [...].<sup>259</sup>

Esses militantes procuravam expor ao proletariado o que pensavam ser a moral, tanto quanto apontar o grande mal propagado pela Igreja e seu discurso “antiemancipatório” do homem e da mulher trabalhadora. As mulheres eram as mais afetadas pelo discurso do padre, pois os temas da castidade, do casamento e do cuidado com os filhos eram diretamente voltados a elas.

Talvez existisse uma confusão no entendimento do que realmente era a moral anarquista. O trabalhador, por estar distante da literatura devido ao embrutecimento, à exploração e à longa jornada, isto é, devido à precarização à qual ele e ela estavam submetidos(as), não possuía tempo hábil para refletir e se dedicar à teoria. Assim, as condições precárias de vida e de trabalho eram um impedimento ao

---

<sup>258</sup> A Plebe, em um dos seus artigos intitulado “A aliança anarquista ao povo”, entende que: [...] A mentalidade anarquista é uma mentalidade nova. Constrangidos a viver num mundo decrepito, em continuo esfacelo, e cuja existência só com guerras e opressões de todo o gênero é possível perpetuar, os anarquistas pelo espírito, pela vontade, pelas aspirações pertencem a um mundo que há de vir. [...] somos inimigos de todos os governos, de todas as classes privilegiadas e amigos de todos os povos, defensores de todas as vítimas. [...]. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

<sup>259</sup> AO POVO Amigo. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

desenvolvimento do intelecto, da emancipação do trabalhador e de uma posição crítica acerca da sua realidade social.

Uma das maiores expressões da luta contra esse círculo vicioso, Errico Malatesta, escreveu sobre o tema deixando para a posteridade a percepção dos conflitos que os operários enfrentavam naquele momento. Esse autor chama a atenção ao afirmar que

A moral é a regra de conduta que cada homem considera como boa. Pode-se achar má a moral dominante de tal época, de tal país ou de tal sociedade, e achamos, com efeito, a moral burguesa mais do que má; mas não se poderia conceber uma sociedade sem qualquer moral, nem homem consciente que não tenha critério algum para julgar o que é bom e o que é mal, para si mesmo e para os outros. Quando combatemos a sociedade atual, opomos a moral burguesa individualista, a (sic) moral da luta e da solidariedade, e procuramos estabelecer instituições que correspondam à nossa concepção das relações entre os homens <sup>260</sup>

Sua preocupação em deixar claro que o combate à moral burguesa não significava falta de moral, decorre do fato de que tanto a imprensa quanto a sociedade lançavam um olhar acusador para os operários e as operárias que trabalhavam nas fábricas, pois estes eram locais de promiscuidade e corrupção moral, conforme mencionado anteriormente.

Não deixava de ser um tema complexo para aqueles e aquelas que haviam sido educados socialmente a pensar os dois sexos como tendo papéis fundamentalmente bem definidos nas organizações sociais. Havia sido educados para não abordar e discutir questões como sexualidade, casamento, amor livre, ou mesmo questionar a desigualdade de acesso à educação, aos bens materiais, etc. Entretanto, tais assuntos eram debatidos pela ala anarquista, conforme apontado por Maria Lacerda de Moura<sup>261</sup> na obra *Religião do amor e da beleza*, em que desenvolve as “ideias sobre a liberdade de amar, a coeducação, a educação sexual

---

<sup>260</sup> MALATESTA, Errico. Os anarquistas e o sentimento da moral. Genebra, 1904. apud. ARAÚJO, Fernando A. S., 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1904/11/05.htm>>. Acesso em: 15 nov.2017.

<sup>261</sup> Maria Lacerda de Moura jamais assumiu o rótulo de anarquista, embora flertasse com as ideias dos libertários.

e a maternidade consciente.”<sup>262</sup>

Moura enxerga na educação sexual feminina o motor preponderante de sua emancipação, pois, sendo instruída, a mulher escolheria o melhor momento para ser mãe. A maternidade consciente, “equilibraria as funções genitoras, pois, evita a fecundidade absorvente que mata a mãe de fraqueza, inanição e trabalho, prejudicado pelo excesso de filhos.”<sup>263</sup> Ela não nega a maternidade, tampouco as consequências prejudiciais para a trabalhadora que sofre com o crescimento da prole, assim como das tarefas que ela passa a realizar. Em uma sociedade profundamente moralista e conservadora como era a daquele início do século XX, debater tais questões e, em particular, a liberdade sexual, significava colocar o dedo em uma grande ferida.

Tal tema e o que representou para as mulheres anarquistas naquele momento histórico não é objeto do presente trabalho, mas ele apenas será tangenciado para melhor contextualizar o universo daquelas mulheres operárias. Assim, *A Plebe*, ao adentrar neste debate, discute um tabu e, a considerar tais preceitos ainda hoje vigentes, é possível imaginar o quão chocante foi para os padrões da época ler textos que se pronunciavam em relação à virgindade e amor livre, conforme o fez em 1917: “virgens dai-vos ativamente aos beijos sem receios. Vida, gerai a vida e procriai amores”<sup>264</sup>. A expressão “gerai vida” referia-se à plenitude do amor, à liberdade sexual feminina sem culpas ou medo. Seguindo, a matéria enuncia “virgens: deixais o altar e o solo poeirento, o frio sepulcral da casa de Jesus e vinde, erguida a fronte e os lindos seios nus, para que o sol vos beije e abrace o vento.”<sup>265</sup> Mais uma vez, faz um convite à liberdade, ao gozo da vida, longe do espaço triste, frio e repressor da moral cristã.

A esse respeito, a tese de Ana Claudia Ribas recupera as questões sobre a sexualidade contidas nesse mesmo jornal e aponta o quanto o “cristianismo

---

<sup>262</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura: imagem e reflexo. In: BARROSO, Carmen, COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 47

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 47

<sup>264</sup> LEITE, Gerlolano. Amor Livre. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 18, 21 out. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p. 3.

inaugurou uma interdição em relação ao sexo – especialmente recaindo sobre o corpo da mulher –, desqualificando o prazer sexual<sup>266</sup>, de tal forma que a sujeição às representações de uma “verdadeira mulher”, isto é, “do corpo sedutor, de um destino ligado ao corpo materno, faz parte da auto-representação, da subjetivação indenitária aos mecanismos regulatórios, destiladores de normas, modelos e verdades.”<sup>267</sup>

O corpo e a sexualidade feminina foram modelados de acordo com as convenções e tradições culturais que estavam sendo construídas pela Igreja, como também pela medicina, conforme apontado acima. Portanto, o corpo e a sexualidade da mulher tinham uma “relação com a realidade social”<sup>268</sup> em que ela vivia e foram as suas experiências com essa realidade social, histórica e culturalmente construída que afetaram esse “ser mulher”. Essa ideia vai ao encontro do exposto por Louro quando ela afirma que a sexualidade feminina é uma questão social e política, que é aprendida, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.<sup>269</sup>

A sociedade dominada por homens tem um papel decisivo na forma como as mulheres experimentam o seu corpo e a sua própria sexualidade. Apesar da sexualidade feminina apresentar um caráter social e político, desde o século XIX<sup>270</sup> o tema vem sendo percebido como pertencente à vida privada, visto até como algo perigoso e, portanto, pouco discutido dentro da organização familiar. Em razão disso, as operárias vivenciavam esse despreparo sexual, muito embora o tema

---

<sup>266</sup> RIBAS, Ana Claudia. **As sexualidades d’A Plebe**: sexualidade, amor e moral, nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951). Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis, 2015. p. 180

<sup>267</sup> SWAIN, Tânia Navarro. “As teorias da carne”: corpos sexuados, identidades nômades. **Revista Labrys**, n. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em:

<[https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/teorias.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/teorias.html)>. Acesso em: 10 abr.2018.

<sup>268</sup> DE LAURETIS, Teresa. Alice Doens’t: feminism, semiotics, cinema. Bloomington, Indiana University Press, 1984, p. 183. apud. SWAIN, Tânia Navarro. “As teorias da carne”: corpos sexuados, identidades nômades. **Revista Labrys**, n. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: <[https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/teorias.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/teorias.html)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>269</sup> LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 5.

<sup>270</sup> Não se consideram aqui as teses discutidas na Europa sobre a manutenção da exclusão das mulheres da vida pública com o desenrolar da Revolução Francesa, de que é um exemplo o texto clássico de Mary Wollstonecraft. Cf. WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da Mulher**, 1792. São Paulo: Boitempo, 2016.

concernente à educação sexual da mulher estivesse sendo discutido pelos(as) militantes anarquistas, de que é exemplo Lacerda de Moura.

Em decorrência dessa construção social e cultural, a obrigatoriedade maternal, a responsabilidade com os filhos, a casa e o marido, eram recorrentemente jogados sobre os seus ombros. Apesar desse quadro, o poder feminino era amplo. Como trabalhadoras e grevistas, elas contribuíam com a renda familiar e somavam ao movimento reivindicativo. Ademais, elas exerciam poder sobre maridos e filhos, que dependiam das esposas e mães na organização da vida familiar e doméstica. “O espaço onde, teoricamente, seria de sujeição sobre a mulher, isto é, o privado, onde ela exerce o papel de mãe-esposa-dona-de-casa, é também espaço de poder: o reprodutivo, o acesso ao corpo, a sedução e a organização da vida doméstica.”<sup>271</sup>

Logo, as mulheres podiam, por exemplo, “relacionar-se sexualmente com outras pessoas, aparentar esterilidade, negar-se a trabalhar em casa e dessa forma impedir a sobrevivência de seus integrantes, entre outros.”<sup>272</sup> Os lares eram, portanto, lugares contraditórios e cheios de tensões, conforme apontado por Barbieri<sup>273</sup>. Embora o seu poder enquanto mão de obra assalariada fosse muito baixo devido à desqualificação do seu trabalho, o seu poder na vida privada e por vezes na vida pública, contrastava e, eventualmente, chegava a se a igualar ao poder masculino, particularmente no que diz respeito aos movimentos paredistas.

---

<sup>271</sup> TORRES, Maria Antonieta Arias. Nueva Identidad femenina. El dilema de las diferencias. COOPER, Jennifer et. al. Fuerza de trabajo femenina urbana em México. Coordinacion de Humanidades UNAM, Miguel Angel Porrúa, México. Tomo 2.1989. apud BARBIERE Teresita de. Sobre la categoria de género: una introducción teórico-metodológica. **Revista Debates en sociología**. Peru. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), n. 18, 1993. p.160. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680/6784>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>272</sup> Cf. BARBIERE, Teresita de. Sobre a Categoría de género: una introducción teórico-metodológica. **Debates em Sociología**. Peru. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), n. 18, 1993. p. 160-161 Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680/6784>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>273</sup> Ibid., p. 160-161

## 2.2. O costumeiro uso da palavra *operário* na imprensa para se referir a toda classe e como isso afetou a visibilidade feminina nas greves de 1917.

Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à Delegacia, nos primeiros dias da paralização (sic) na Fábrica Crespi, formam-se duas comissões - de homens e de mulheres - que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello.<sup>274</sup>

O excerto de Boris Fausto, refere-se à greve no Cotonifício Crespi, empresa de fiação e tecelagem de algodão situada na Mooca, onde, no dia 09 de junho de 1917, operários e operárias declararam-se em greve, reclamando de 15% a 20% de aumento salarial, a abolição do trabalho noturno para as turmas de operários que trabalhavam de dia e a regulamentação do trabalho noturno das mulheres. O estopim do movimento paredista foi uma resolução patronal que prolongava o serviço noturno. “No dia 26 de junho a greve generaliza-se para outras empresas como a Estamparia Ipiranga de Nami Jafet & Cia, por exemplo, decorrendo a partir desse momento das primeiras prisões dos grevistas.”<sup>275</sup>

Lendo as informações sobre tais greves, nota-se a combatividade das operárias ao longo de todo movimento. Porém, mais uma vez, “as lutas políticas das mulheres foram secundarizadas”<sup>276</sup> pelos operários, que duvidavam de sua força política e organizacional; pela imprensa, ao generalizar a sua participação no movimento e pelo patrão, ao menosprezar a sua força enquanto tal. Em relação à generalização feita pela imprensa do próprio movimento operário, evidenciamos a forma como foi divulgada a greve do Cotonifício Crespi:

<sup>274</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 194.

<sup>275</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 193-194.

<sup>276</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana (org.); GROSSI, Miriam (org.). **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora das Mulheres. 1998, p. 8. Disponível em: <[http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Os operários da seção de tecelagem da fábrica do cavalheiro explorador Rodolpho Crespi, após uma quinzena de greve, conseguiram um aumento de salário e abolição da contribuição pró pátria.<sup>277</sup>

Conforme já visto, foram as mulheres que iniciaram o movimento paredista na fábrica do Crespi, porém, a imprensa generalizou linguisticamente aquele ato ao referir-se à classe operária e ao movimento grevista sem mencionar que se tratava, majoritariamente, de operárias. Mesmo em textos recentes encontram-se tais referências como, por exemplo, na obra da historiadora Edilene Toledo. Ao recuperar as greves de 1917 baseando-se na leitura de alguns periódicos, entre os quais *A Plebe*, a autora examina esse movimento genericamente e/ou à luz de uma percepção masculina, pois, conforme afirma, “a paralisação foi decidida pelos operários da fábrica, reunidos na *Liga Operária do Mooca*”<sup>278</sup>, ou seja, ela também não se atenta ao protagonismo das operárias nesse evento e nem à sua majoritária presença nessa liga. Por outro lado, em sua mais nova produção em parceria com o historiador Luigi Biondi, observa-se uma mudança de abordagem ao afirmar que o movimento grevista “envolveu mais de cinquenta mil trabalhadores, homens e mulheres, adultos e menores[...]”<sup>279</sup>, incluindo, assim, a operária nesse processo histórico.

Segundo era costume à época, a imprensa utilizou a palavra “operário” para referir-se a toda classe, conforme examinado no periódico *A Plebe*.

Na fábrica da Companhia Têxtil, na Mooca, os operários exigiram e conseguiram um aumento de salário, o mesmo acontecendo na fábrica Pinotti Gamba, do Cambucy.<sup>280</sup>

Resulta, desse modo, uma percepção exclusivamente masculina da classe operária, pois ambas as divulgações relegam a segundo plano a participação das

<sup>277</sup> AS GREVES de Tecelões. *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>278</sup> TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio-ago. 2017, p. 508. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018

<sup>279</sup> BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.13. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/.../Revolta-Urbana-web.pdf>>. Acesso em 10. jul.2018.

<sup>280</sup> AS GREVES de Tecelões. *A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

mulheres nesses eventos. Mas é de tal ordem sua presença que, mesmo usando o gênero masculino para se referir a toda a categoria operária, ela transparece em várias passagens, o que passa despercebido também por grande parte da historiografia que trata do tema.

Já é conhecida a exploração da força de trabalho da mulher, que era submetida a longas jornadas e recebia salários irrisórios. Além disso, era obrigada a permanecer no local de trabalho não apenas até o último momento da gravidez, mas, também, logo após o parto. Conforme revela o jornal *O Graphico*, em 1919, as operárias carregavam seus filhos recém-nascidos para a fábrica e/ou oficina, deixando-os de canto para darem continuidade ao trabalho.

Acorrentadas às galés do trabalho encontram-se mulheres grávidas, umas histéricas (sic) outras e todas anêmicas (sic) e depauperadas, fazendo esforços sobre-humanos para perceberem a miserável (sic) quantia de 1\$500 diários (sic). Não raro, assiste-se ao espetáculo (sic) que tanto tem de revoltante como de deprimente constante de recém-nascidos (sic) enrolados em trapos desasseiadamente metidos debaixo dos bancos do trabalho.<sup>281</sup>

Ou seja, a forma como foi absorvido o trabalho feminino nas fábricas é outro indicativo de sua desqualificação, “[...] marcaram sua presença na organização industrial que se desenvolveria definindo um patamar salarial extremamente baixo, frequentemente aquém de qualquer cálculo do custo de reprodução da força de trabalho.”<sup>282</sup>

O industrial beneficiou-se da divisão sexual do trabalho ao empregar a mão de obra feminina na produção de riquezas materiais oferecendo o mais baixo salário da classe operária. O trabalho das mulheres e das crianças, por seu caráter de discrepância no que diz respeito à remuneração, cotejado com o trabalho masculino, foi o que possibilitou maiores lucros ao capitalista, conforme constata a historiadora Yara Khoury, referindo as greves de 1917 em São Paulo.

---

<sup>281</sup> NUZO. Trabalho Feminino. *O Graphico*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1919. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>282</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.123.

Tanto as mulheres como as crianças se prestam mais facilmente às explorações dos patrões gananciosos, que lhes pagam misérias a que operários conscientes não se sujeitariam. Alega-se que são os próprios que lutam por arranjar trabalho para suas esposas e filhos. De fato assim é. Mas o Estado tem o direito de lhes vedar a prática deste crime. Em benefício deles próprios, até sob o ponto de vista financeiro: no dia em que o operário não tiver a concorrência das mulheres e das crianças, encontrará mais trabalho, melhor remunerado, o que lhe permitirá manter o seu lar sem o sacrifício da companheira e dos filhos.<sup>283</sup>

Fica claro que as mulheres e as crianças eram as categorias sociais mais exploradas pelo sistema de trabalho capitalista. Os patrões conseguiam lucrar explorando arduamente sua força de trabalho, que era comprada por um preço muito abaixo ao do operariado masculino. Assim, havia um paradoxo no qual o chefe de família vivia verdadeiramente um drama, pois, por um lado, ele necessitava do complemento salarial da mulher a fim de arcar com os gastos das necessidades básicas familiares. Por outro, seguindo o raciocínio de Khoury, o operário, ao aceitar que a força de trabalho de sua mulher e filhos fosse comprada pelo patrão num valor irrisório, vivenciava, junto com sua prole, a precarização e degradação. Assim, o sistema de exploração, que visava apenas ao ganho e ao lucro do patrão, astuciosamente, deixava a família de trabalhadores à mercê do mercado capitalista.

Aos fatores citados, acrescia-se a falta de especialização do trabalho, característica presente também entre as pessoas do sexo masculino em idade adulta. Constata-se, ao analisar o documento citado acima, que a mulher era considerada responsável pela desvalorização salarial do trabalho masculino. A mulher e o seu nível de remuneração, segundo outra historiadora do tema, Junho Penna, “teriam influência poderosa quanto à maneira que evoluíram os salários de toda a classe trabalhadora”<sup>284</sup>. Isso em decorrência da sua forte inserção nas fábricas, ou seja, era vista como uma concorrente, ainda que percebidas também como as mais exploradas.

Em meio às grandes convulsões social, política e econômica que assolavam o

---

<sup>283</sup> KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 56-57.

<sup>284</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.124. Pena analisa em seu livro o trabalho feminino no período inicial da industrialização no Brasil até 1950, bem como o processo histórico da sujeição da mulher ao homem.

mundo com a Europa em guerra e o Czar na Rússia sendo derrubado por revolucionários e revoltosos, no Brasil, em 1917, cidades como São Paulo viam explodir a onda grevista proclamada pelo operariado no dia dez de julho de 1917, tendo como elemento propulsor a morte do sapateiro José Iniguez Martinez.<sup>285</sup> Após a eclosão da greve geral em São Paulo, em várias partes do país<sup>286</sup> os operários aderiram ao movimento, cujas causas estavam, conforme alguns autores, na fome que grassava o operariado brasileiro.

No Rio de Janeiro, também em julho de 1917, uma multidão invadiu moinhos, padarias e armazéns (Campos, 1988: 39). Uma mobilização intensa já se tinha iniciado desde janeiro. [...] Em Porto Alegre, as greves ocorreram entre 31 de julho e 4 de agosto de 1917. No dia 25 de julho, a greve geral de São Paulo tinha sido discutida em reunião da União Operária Internacional (UOI), organização que reunia operários ligados ao anarquismo. Antes ainda, desde o dia 21, a imprensa local vinha noticiando a preparação secreta da greve. No dia 29 de julho, um militante de São Paulo participou da reunião da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), o que revela a circulação de militantes e ideias e o desejo de estender as greves e manifestações para o conjunto do país. [...] Em Pernambuco, a greve se iniciou em Recife e se estendeu por várias outras cidades do estado, atingindo vários setores econômicos. Lá as lutas se intensificaram nos meses de agosto e setembro de 1917. [...] A Plebe noticiou o movimento do operariado na Bahia, considerando que também lá, assim como em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, os operários se encontravam em condições de fome e penúria “pela ação conjunta dos governantes e industriais do país.”<sup>287</sup>

Esse foi um momento importante na história de luta do operariado brasileiro, de politização e “constituição de uma identidade e solidariedade de classe entre o operariado.”<sup>288</sup> Foi também um momento de luta coletiva e individual da mulher trabalhadora que, aos poucos, ganhou visibilidade e destaque não apenas no movimento paredista, mas também na imprensa, que começou a noticiar o

<sup>285</sup> Jovem militante anarquista espanhol que tinha apenas 21 anos e fazia parte do grupo *Jovens Incansáveis*.

<sup>286</sup> Cf. CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Relato sobre as greves de 1917. **Guia Portal Sorocabano**, Sorocaba. Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/wiki>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>287</sup> TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio-ago. 2017, p. 505/507. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

<sup>288</sup> MENDES, Mauricio Matos. **A experiência anarquista no Brasil**: reflexos das greves de 1917 na Câmara dos Deputados. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/281>>. Acesso em 22 mar. 2018.

movimento de forma diferenciada ao inserir e contextualizar existência feminina, ainda que de forma secundarizada.

Nas organizações e manifestações dos trabalhadores e das trabalhadoras, em decorrência, particularmente, da expressividade numérica, da combatividade, da luta conjunta e das greves unicamente femininas, torna-se imperativo tratar as mulheres como um contingente relevante da classe trabalhadora. Assim, elas começam a surgir como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades. A *Plebe*, por sua vez, começou a mudar sua maneira de apresentar a mulher no movimento grevista em suas publicações, como podemos perceber nos números publicados a partir de 9 de junho de 1917, atitude que foi marcada pela seguinte apresentação:

[...] aos atrevimentos, às malcriações e às infames calúnias (sic) levantadas contra alguns de nossos militantes pelo delegado Bandeira de Melo,<sup>289</sup> responderam os operários (sic) e as operárias (sic) com a devida altivez e desassombro, repelindo-as incontinenti [...].<sup>290</sup>

A citação é parte de uma publicação no *A Plebe* sobre a prisão de alguns militantes pelo delegado Bandeira de Melo. Como era costume entre o proletariado quando um camarada era injustiçado, um grupo de operários e de operárias avançaram em sinal de protesto, reivindicando “reparações” acerca daquilo que o jornal chamou de “calúnias (sic)” levantadas contra os prisioneiros.

Nesse trecho, o contingente feminino surge da mesma forma que o masculino, sem a generalização costumeira de apenas um sexo, em que a mulher ficava segregada e reduzida pelo anúncio de um movimento masculino.

Percebe-se uma inflexão nas informações sobre as mulheres no acompanhamento que a imprensa operária faz do movimento grevista desde o início de junho, quando começa o fervor das manifestações. A cobertura incluiu registros

---

<sup>289</sup> O delegado Everardo Toledo Bandeira de Melo, que comandou a 5ª Delegacia Auxiliar, localizada no Brás. Bandeira de Melo assumiu o papel de tutor dos interesses do industrial Crespi, despertando, assim, a animosidade entre os operários. Cf. LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta: greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000, p. 113.

<sup>290</sup> A GREVE da Comp. Textil terminou com a vitória dos operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

na cidade de São Paulo, no interior, no litoral e até mesmo no Rio de Janeiro, denunciando e mantendo o proletariado e a sociedade a par dos acontecimentos. Nessa cobertura, a mulher trabalhadora vai aos poucos deixando de ser coadjuvante da luta para se transformar em protagonista dela.

No entanto, a participação das mulheres nas fábricas despertava, no meio operário e na sociedade como um todo, uma preocupação em relação à moral. No tocante à moralidade, cabe refletir a respeito do que representava o trabalho feminino nas oficinas. Representava uma ofensa moral ao operário, pois evidenciava a sua falta de recursos financeiros para sustentar a família, tendo que suportar ver sua companheira trabalhar para complementar o orçamento familiar. Para a mulher, por seu lado, representava não ser vista como uma pessoa de bem, ou seja, como uma mulher direita, decente, pois se misturava cotidianamente em ambientes que se tornavam promíscuos pela sua presença.

[...] há da parte de muitos patrões o propósito infamíssimo de corromper as suas infelizes operárias, criaturas sobre as quais estes não podem deixar de exercer outro ascendente moral, circunstancia (sic) de que habilmente se aproveitam para os seus fins libidinosos.<sup>291</sup>

Ou seja, deduzia-se que o assédio infligido pelos patrões a essas mulheres conseqüentemente as levaria à prostituição, portanto, o ambiente fabril era moralmente prejudicial à mulher trabalhadora assalariada. Além disso, a mulher operária representava uma mãe e uma esposa pouco dedicadas, pois o trabalho na fábrica tomava-lhes um tempo que deveria ser dirigido ao zelo pelo bem-estar dos filhos e marido e, ademais, no campo salarial, representava uma concorrente do sexo masculino.

A presença de uma mulher concorrendo com o homem na fábrica ou oficina é sintoma alarmante de desorganização social e indica seguramente o estado de penúria em que se encontra o chefe de família. A mulher já não é a esposa terna, a companheira, a amiga do homem, é o seu camarada de trabalho e de pena.<sup>292</sup>

Existiam muitos pontos negativos em relação à operária e ao seu trabalho nas

---

<sup>291</sup> NUZO. Trabalho Feminino. **O Graphico**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1919. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>292</sup> *Ibid.*, p. 3.

fábricas. Ainda que o operário precisasse que os filhos e a esposa trabalhassem para completar o orçamento familiar, o marido se sentia envergonhado por permitir que eles fossem incorporados ao mercado de trabalho e contribuíssem para a renda familiar, pois, como chefe de família, era obrigatório que arcasse com todas as despesas.

Só mesmo uma situação singularmente angustiosa pode compelir o homem a pedir o auxílio material da mãe dos seus filhos, consciente como deve estar, de que ela vai ficar sujeita a um extenuante trabalho que se prolonga de 9 ou 10 horas por dia, mediante um salário que seria simplesmente ridículo se não inspirasse o sentimento de revolta aos que compreendem que têm direito à vida.<sup>293</sup>

A ajuda material da mulher indicava a falta de recursos do chefe de família na manutenção do lar, pois apenas uma situação de desespero material faria com que ele pedisse que sua mulher se integrasse ao mercado de trabalho, mesmo que de forma subvalorizada. Ademais, o afastamento da operária das obrigações domésticas e do cuidado com os filhos durante a jornada era visto pelos segmentos sociais mais ricos, ou melhor estabelecidos, como a expressão de um estado de completa desorganização social. Imagine-se, mulheres exercendo outras atividades que não a de cuidar da casa e dos filhos e ainda frequentando lugares destinados aos homens. Assim:

[...] há uma contradição persistente na imprensa operária que, por um lado, denuncia as várias faces da discriminação do trabalho da mulher, bem como reconhece que a libertação da mulher passa pela conquista de seus próprios meios de subsistência, e, por outro, vem acompanhada da apreensão que tal trabalho representa ao masculino [...].<sup>294</sup>

Ainda que a imprensa denunciasses as discriminações que a mulher sofria no mundo fabril e defendesse sua emancipação - fosse ela sexual ou econômica, conforme presente na citação - ela também apontava o problema que a inserção da

---

<sup>293</sup> Ibid., p. 3.

<sup>294</sup> BILHAO, Isabel Aparecida. Mulheres trabalhadoras: relações entre as identidades de gênero e a operária no final do século XIX e início do século XX (estudo centrado na cidade de Porto Alegre). In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. ANPUH/SP- USP. São Paulo, 08 a 12 set. 2008, p. 5. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/.../Isabel%20Aparecida%20Bilhao.pd..>> Acesso em: 29 maio 18.

operária no mercado de trabalho acarretava ao sexo masculino, uma vez que, para além da concorrência, conjectura-se, representava a incapacidade masculina de prover a família.

A expectativa da esposa-mãe-dona-do-lar, aquela que ficava apenas em casa cuidando da organização doméstica, não condizia com a realidade da mulher trabalhadora. Mas essa, além das funções acima, ocupava outras - ainda que, como tudo parece apontar, o sexo constituísse um atributo quase definitivo para o preenchimento de certas ocupações no interior do sistema fabril<sup>295</sup> - como a de costureira, por exemplo.

A partir do século XIX, segundo a historiografia ocidental contemporânea, relativamente à Europa, a sociedade julgou a mulher como dependente do sexo masculino. Educadas e preparadas para gestar a organização da vida doméstica e familiar, à mulher cabia o bom preparo das refeições, o zelo com o marido e o cuidado com os filhos, funções exercidas no espaço privado do lar. Ainda que essa suposta “subordinação” feminina precise ser relativizada, haja vista as relações conflituosas que o espaço doméstico representava, pois, conforme mencionado anteriormente, a mulher exercia um grande poder na organização familiar.

Ademais, conforme observado pela historiadora Junho Pena, “o capitalismo industrial, em sua primeira etapa, “inseriu” a mulher em outro universo que não apenas o de esposa-mãe-dona-do-lar”<sup>296</sup>. Porém, faz-se necessário destacar que a mulher sempre trabalhou, seja no ambiente doméstico, no universo camponês ou, conforme o período aqui analisado, também no fabril. Logo, o que a Revolução Industrial ocasionou na vida feminina, além do assalariamento, foi o aumento da sua jornada. A mulher ocupou os postos mais baixos no ramo industrial, como os de costureiras de saco, “serviços muitas vezes realizados a domicílio”<sup>297</sup>.

Analisando as manifestações de resistência ao “avanço” das máquinas nas

---

<sup>295</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.139.

<sup>296</sup> Cf. PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.139.

<sup>297</sup> Cf. Ibid., p. 139.

atividades fabris (ludismo), uma vez que esse tipo de tecnologia estava contribuindo para pôr fim à autonomia dos trabalhadores de ofício, Perrot recupera sobre as operárias que “elas se insurgiram contra a máquina destruidora de um modo de produção doméstica a que são particularmente apegadas.”<sup>298</sup> Embora a autora se refira ao operariado francês, entendemos que as experiências de luta do proletariado são, por vezes, semelhantes, sendo assim, ainda que aqui o processo de industrialização tenha sido realizado de maneira particular em relação aos demais países, as explorações e dominações são semelhantes à classe operária.

Por outro lado, e ainda na esteira de Perrot, a relação entre as costureiras e os aparelhos de costura se estabelecerá de forma *sui generis*. A dúvida manifestada na indagação que ela faz, – “a máquina de costura selará a aliança das mulheres com as máquinas?”<sup>299</sup> – surge em razão desse instrumento ter-se tornado, posteriormente, um objeto doméstico, já que “pela sua leveza e caráter individual, ela preenchia as condições que as mulheres podiam desejar.”<sup>300</sup> Isso se aplicava, é claro, àquelas que podiam adquirir o equipamento. Entretanto, é necessário lembrar que a máquina possuía um caráter opressor, ainda que a de costura parecesse liberar a mulher.

Em decorrência da baixa remuneração e condições precárias de trabalho, bem como das próprias condições sociais da época, a mulher trabalhadora foi presença regular nas mobilizações, reivindicando condições mais humanitárias de vida e de trabalho. Porém, em decorrência do seu silenciamento histórico, foi difícil para elas, nesses momentos, tomar a palavra em espaços tão caracterizados como masculinos.

Para a mulher, fazer-se ouvir nesses espaços era extremamente difícil, pois já era uma tarefa angustiante para o homem simplesmente permitir a presença feminina nesses locais. Ademais, era quase inimaginável para ele deixar-se influenciar, ser liderado ou apenas permitir a fala à mulher, esse ser tão

---

<sup>298</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 32.

<sup>299</sup> Ibid. p, 34.

<sup>300</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 34

desacostumado com a política. Uma vez que já era penoso para o homem ter que disputar o mercado de trabalho com a mulher e ser auxiliado economicamente por ela, era igualmente fatigante ter que aceitar ver sua companheira e filha tomando o lugar que sempre foi visto como pertencente ao homem por direito.

Não queremos o auxílio material da mulher às nossas reivindicações; não queremos arrancar a mulher do lar para nos coadjuvar na nossa luta de classe, não a queremos a discursar na laboriosa assembleia de nossa associação; queremos da mulher a força de saber sofrer no lar o que nós sabemos sofrer na associação.<sup>301</sup>

O discurso operário evidenciava uma posição mais conservadora em relação ao lugar da mulher na sociedade, sugerindo o retorno ao lar da mulher trabalhadora, afastando-a da luta de classe que os operários cotidianamente experimentavam no seu trabalho e nas suas manifestações políticas, pois, “para a maior parte das mulheres acostumadas ao silêncio, tomar a palavra em público era difícil”<sup>302</sup>, conforme afirmado por Michelle Perrot. Desta maneira, podemos aproximar tais práticas ou vivências da autora com os argumentos e reflexões acerca do movimento reivindicatório dos trabalhadores e das trabalhadoras aqui no Brasil. Nele, pressupõe-se que a mulher era usada como uma massa amorfa, que não pensa, que não tem capacidade de argumentação. A palavra foi negada à mulher por conta de uma ideia de superação intelectual do homem, pois as mulheres não haviam sido educadas para o espaço público do debate, mas, sim, para o espaço privado. Desse modo, a voz feminina foi sufocada logo que a mulher trabalhadora e grevista se inseriu nesses locais tidos como de vivência do sexo masculino e elas foram tratadas como incapazes de usar a palavra com o mesmo domínio que o homem trabalhador, acostumado com a prática política da oralidade. Apesar dessas objeções, o protagonismo feminino era evidente, pois, ao examinar algumas obras bibliográficas e mesmo *A Plebe*, identifica-se a forte presença feminina nos atos grevistas e nas associações de bairro, escrevendo no jornal, discursando em palanques, protestando contra as arbitrariedades da polícia, entre outros. Eram mulheres “públicas” tais como, Izabel Cerruti, Lacerda de Moura, Antônia Soares e

---

<sup>301</sup> FERREIRA, Eurico. A mulher do operário. **O Graphico**, Rio de Janeiro, 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3-5.

<sup>302</sup> PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998, p. 68.

tantas outras anônimas.

Mesmo assim, presume-se que, quando os periódicos convocavam os operários para as manifestações sociais, eles estivessem se referindo ao gênero masculino da classe operária, pois, “a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo”<sup>303</sup>. O segmento masculino da classe trabalhadora era pensado como o que tinha, de fato, o direito de exercer o “poder público”, manifestado na ocupação dos espaços públicos e nos atos grevistas. Logo,

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.<sup>304</sup>

A divisão sexual e do trabalho entre homens e mulheres contribuiu para um pensamento hegemônico masculino em torno das manifestações sociais e políticas. Sendo assim, ao articular “greve” e “classe operária” em seus números, o periódico considerava estar tratando de um ato essencialmente masculino. Por isso, o uso costumeiro da palavra “operário” para referir-se a toda uma classe.

A linguagem exclusivamente masculina dos jornais operários muitas vezes contribuiu para invisibilizar o segmento feminino da classe trabalhadora, pois os usos gramaticais em suas publicações colaboraram para “mascarar de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva”.<sup>305</sup> Ao generalizar a classe operária como sendo uma classe constituída de homens, excluiu-se mais da metade de seus integrantes, assim como ao usar a palavra “operários” para se referir ao

---

<sup>303</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 31.

<sup>304</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 8. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1577826>>. Acesso em 15 set. 2017.

<sup>305</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 46.

grupo presente nos atos grevistas, o jornal acabou sustentando a percepção masculina que havia sobre os participantes desse movimento, dificultando, dessa forma, a localização da mulher trabalhadora-grevista. Por outro lado, em diversos momentos, o jornal também revelou o protagonismo feminino nesses episódios como, por exemplo, ao divulgar a assembleia realizada na Liga do Cambucy para pensar as atividades de propaganda e ação proletária. Nessa ocasião, publicou que “o elemento feminino se mostrou também muito entusiasta”<sup>306</sup>.

Porém, em muitos momentos, a dominação masculina<sup>307</sup> da linguagem utilizada pelos jornais nas informações acerca dos acontecimentos pertinentes ao movimento operário grevista ocultou a combatividade da operária, ao mesmo tempo em que reforçou os discursos hegemônicos em torno do operário e sua luta reivindicativa. A hegemonia do próprio título da notícia acerca dos primeiros focos grevistas - “Sucedem-se as greves: Os Tecelões na fábrica Rodolpho Crespi”<sup>308</sup> - reforçava a ideia de uma “masculinização” da classe, direcionando um olhar universal sobre a classe trabalhadora e sua luta por condições mais humanas de trabalho. E a matéria continuou:

Assistimos a algumas assembleias dos grevistas, podendo constatar que estão possuídos do maior entusiasmo e decididos a persistir na greve, provocada pelo patrão, até que este resolva aceitar as condições que exigem para voltar ao trabalho.<sup>309</sup>

As mulheres, apesar de constituírem, na época, mais da metade da mão de obra fabril, trabalhando principalmente nas indústrias têxteis, como era o caso do Cotonifício Crespi, seguiam invisibilizadas na notícia. Assim, ao mencionar todos os atos políticos, seja nas ruas, seja no espaço do trabalho, eles eram pensados e representados no masculino, pois, ao generalizar o sexo masculino para descrever as manifestações de cunho político, tornavam-no universal. Logo, as representações dos sexos nesse meio reforçavam a luta política de um e a exclusão política do outro.

<sup>306</sup> AS LIGAS Operárias. **A Plebe**, ano 1, n. 12, 1 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>307</sup> BOURDIEU, op. cit., p. 8.

<sup>308</sup> SUCEDEM-SE as greves: Os Tecelões na fabrica Rodolpho Crespi. **A Plebe**, ano 1, n. 2, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>309</sup> SUCEDEM-SE as greves: Os Tecelões na fabrica Rodolpho Crespi. **A Plebe**, ano 1, n. 2, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

A representação da mulher no meio operário mostrava-se limitada pelo uso exclusivista de uma linguagem masculina e isso reforçava, ocasionalmente, a ideia de uma passividade que estava justificada pela sua “inexperiência” em relação ao mundo do trabalho assalariado e da política, pois, ao adentrar esse espaço, essa operária havia abdicado do seu papel social.

Por outro lado, ao investigar o caso das costureiras de saco<sup>310</sup> ou o das operárias do Cotonifício Crespi, ou mesmo a atuação feminina nas ligas de bairro, verifica-se não uma abdicação de um papel – que havia sido construído culturalmente e legitimado pela sociedade –, mas, sim, um aumento de funções. Essa esposa-mãe-dona-do-lar, papel valorizado pela sociedade, adquiriu também, no início do século XX, a função de mulher-trabalhadora- assalariada-grevista.

É com essa nova posição social que a operária vai, progressivamente, conquistando visibilidade política, conforme apontado na divulgação de inauguração da Liga Operária da Mooca, cujo papel era pensar as ações coletivas e os rumos da greve geral.

A fim de inaugurar a sua sede, foi realizada uma sessão de propaganda no sábado passado, à qual acorreu um número considerável de operários e operárias, tendo muitos se aglomerado à porta.<sup>311</sup>

Houve uma alteração na linguagem nos periódicos e o gênero feminino começou a fazer parte das informações pertinentes ao mundo operário. Essa mudança se constituirá em um fator importante se considerarmos “a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada”<sup>312</sup> no meio operário. A existência da mulher enquanto sujeito social começou a surgir por meio da transformação da linguagem que, antes, se pretendia universal ao utilizar o substantivo masculino para representar toda a classe trabalhadora, mas, naquele momento, se convertia em uma linguagem mais completa, em que as mulheres passavam a ser integradas como sujeitos

---

<sup>310</sup> Esse tema será melhor situado no próximo capítulo.

<sup>311</sup> LIGA Operária da Mooca: Inaugura-se a sua sede com uma entusiástica sessão de propaganda. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>312</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 18.

transformadores de sua realidade histórica e social.

Entretanto, essa visibilidade política não foi capaz de realizar uma transformação radical da sociedade, pois, embora o segmento feminino na luta operária tenha sido resgatado pelos periódicos,

[...] incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina, arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.<sup>313</sup>

A percepção de um movimento fundamentalmente masculino permaneceu na simbologia social em decorrência da culturalização de papéis, em que o homem tem o poder e o direito de se posicionar no espaço público, manifestado, nesse contexto, nos atos paredistas, enquanto sobre a mulher grevista recaía um olhar acusador, visto que o seu universo era o lar. As convocações para os atos públicos da classe trabalhadora tinham um posicionamento direcionado principalmente ao operário grevista, conforme pesquisado nos diversos jornais operários, em específico *A Plebe*.

Entretanto, havia mulheres conscientes da sua existência enquanto sujeitos históricos, protagonistas e não apenas coadjuvantes da luta de classe e de gênero, conscientes da sua luta contra a exploração do sistema capitalista, contra os preceitos machistas tão evidenciados na maneira com a qual foi tratado o movimento grevista de 1917.

Isso gerou um conflito no interior desses movimentos dominados pelo homem, pois o operário teve que aceitar e lidar com a inserção da mulher trabalhadora e grevista nas manifestações reivindicatórias da classe operária e nas associações de bairro.

---

<sup>313</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 6. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1577826>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Esta associação vae (sic) em franca prosperidade, pois durante estes últimos (sic) dias recebeu a adesão de mais de 600 operarios (sic) de ambos os sexos. Este facto (sic) demonstra que a classe operaria (sic) se preocupa das suas reivindicações e não espera senão de seus próprios (sic) esforços o seu direito à sua subsistência e à liberdade.<sup>314</sup>

A mulher esteve presente nas associações de bairro desde o começo de sua fundação, pois, “já no final de maio, a Liga Operária da Mooca, com poucos dias de existência, somava quase quatrocentos afiliados, na maior parte mulheres do Cotonifício Crespi.”<sup>315</sup>

Apesar de todo o preconceito existente em relação à mulher no espaço público, nas manifestações grevistas, nas associações de bairro, houve o anúncio de sua presença nesses atos públicos como uma ação que favorecia toda a classe operária, marcando a solidariedade de classe e de gênero que, naqueles idos de 1917, passava a constituir a classe operária paulistana. Ainda em relação à Liga Operária da Mooca, a presença feminina era crescente, “também as operárias já concorrem àquela sede, dando com isso a prova de que até as mulheres se vão interessando pela causa da libertação dos escravos modernos.”<sup>316</sup>

Ou seja, as operárias estavam presentes e em papel de destaque nessas associações de bairro, como foi o caso de Antonia Soares, secretária da Liga Operária do Belenzinho, uma importante militante que participou como oradora da manifestação de maio de 1917, incitando à greve geral.<sup>317</sup>

A leitura do periódico operário e anarquista *A Plebe* permite perceber que a mulher adentrou o mundo público reivindicando para si a mesma liberdade que o homem tinha ao discursar e ocupar o espaço político; exigia, também, condições mais humanitárias de vida e de trabalho. Houve não apenas o rompimento do silêncio nas fontes, ao confirmar sua existência, como também uma alteração no

<sup>314</sup> AÇÃO obreira. Sucedem-se as greves: Liga operária da Mooca. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 2, 16 jun.1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>315</sup> BIONDI, Luigi. A greve de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: Novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v.15, n. 27, 2009, p. 288.

<sup>316</sup> LIGA operária da Mooca. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 9, 11 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>317</sup> Cf. BIONDI, Luigi. A greve de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: Novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v.15, n. 27, 2009, p. 290.

cotidiano da cidade. A mulher pobre-trabalhadora-grevista apropriou-se do lugar público, dos atos públicos, das ações, tornando-se presença corriqueira na rotina da cidade.

A mulher pobre-trabalhadora-grevista teve um campo maior de liberdade em relação às mulheres de classe média esposas-mães-donas-de-casa que, por suas condições de dependência do homem-chefe-de-família, viveu confinada dentro do espaço privado do lar. De acordo a historiadora francesa Michelle Perrot, “as mulheres de classes populares”<sup>318</sup> tiveram maior liberdade ao ocupar a rua, a via pública. Seguindo sua linha de raciocínio, a historiadora brasileira Margareth Rago afirmou que as mulheres pobres ocuparam “[...] as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia telefônica [...]”<sup>319</sup>. Ou seja, a condição de pobreza das mulheres trabalhadoras foi um indicativo de sua inserção no mundo público e no trabalho remunerado. Dessa forma, essas mulheres tiveram a possibilidade de experimentar o cotidiano da cidade de forma mais autônoma.

Porém, dentre as mulheres que ocuparam paulatinamente o espaço público, como datilógrafas empregadas de escritório, mestras, operárias,

As únicas que em maior número se vão libertando, ou dispensando o auxílio material do homem e fugindo aos seus deveres humanos de propagadoras da espécie, conservando-se em celibatário condenável, ou repelindo os companheiros que lhe não satisfazem as aspirações e não estão nas condições de lhes ajudar a procurar a felicidade indispensável à vida, são as professoras primárias, funcionárias públicas.<sup>320</sup>

As funcionárias públicas, professoras, eram as que de fato possuíam maiores possibilidades de livrarem-se do julgo social, dos determinismos de seu sexo, isto é, da reprodução, tendo em vista a sua própria função no mercado de trabalho, a de “cuidadora de criança”. Dispunham de maiores liberdades de circular no espaço

---

<sup>318</sup> PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998, p. 38.

<sup>319</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. (Brasil 1890-1930). São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra 2014, p. 88.

<sup>320</sup> CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p.467-468.

público, como também de escolher ser mãe, se casar ou abdicar desses papéis, pois, em decorrência da sua profissão, não havia tanta pressão da sociedade.

Embora o espaço público, teoricamente, pertencesse ao sexo masculino, teve que ser dividido com a mulher trabalhadora. O espaço privado era visto como pertencente à mulher, mas nem todas puderam ficar em casa realizando as atividades atribuídas a elas. A mulher pobre teve a necessidade de trabalhar fora, pois as precárias condições sociais e materiais que experimentava cotidianamente a “empurravam” para o mundo do trabalho assalariado.

A partir do final do século XIX, a mulher foi presença corriqueira no mundo fabril, conforme analisou a historiadora Junho Pena ao demonstrar que, “desde 1872 as mulheres e as crianças constituíam 76% do trabalho assalariado nas fábricas”<sup>321</sup>. Portanto, a entrada da mulher operária no mundo público não constituía novidade, apesar disso, sua existência no cotidiano da cidade ainda era considerada um fato singular, particularmente quando ocupava o espaço público para protestos e reivindicações de qualquer natureza, fossem eles relativos ao trabalho remunerado e suas especificidades, fossem relativos a outros movimentos políticos, buscando a sua emancipação econômica, política, social e sexual.

---

<sup>321</sup> PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.14.

### CAPÍTULO 3. DA FÁBRICA AO LAR: A TRIPLA JORNADA

O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum.<sup>322</sup> A exploração da classe operária por grupos de industriais levou-a a cruzar os braços e lutar por condições de vida e de trabalho mais dignas, conforme apontado no primeiro capítulo.

As greves de 1917 foram um marco na História da cidade de São Paulo e da classe trabalhadora, pois, devido à sua visibilidade na imprensa e à conquista de boa parte de suas reivindicações, resultaram em um espelho para outros movimentos paredistas fora de São Paulo, como foi o caso das greves que se sucederam no Rio de Janeiro e em várias outras cidades do país. Embora as greves de 1917 tenham tido uma maior visibilidade na cidade de São Paulo, as condições de trabalho e as reivindicações da classe operária eram análogas a outros estados, como no Rio de Janeiro, por exemplo, e, no concernente às operárias, isto é, às costureiras de saco, havia uma reivindicação específica: preços mais justos por peça produzida. Neste capítulo, tomou-se como objeto de análise a greve encetada por esta categoria – notoriamente composta por mulheres e cuja paralização ocorreu entre os dias 16 e 18 de junho de 1917 –, para demonstrar como a extensão da jornada de trabalho praticada por elas configurava uma tripla jornada.

Quando as operárias da sacaria entraram em greve no Rio de Janeiro reivindicando um aumento na remuneração pelos cortes de saco, o fato suscitou interesse do jornal *Gazeta de Notícias*, órgão que cobriu as manifestações dessas operárias. Ademais, as paralisações causaram incontestável furor nos transeuntes daquela localidade, corroborando a afirmação da historiadora Maria Izilda de que “as

---

<sup>322</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 254.

greves femininas eram incompreendidas pela sociedade, que via a feminilidade como incompatível com a situação operária, ainda mais com a de grevista.”<sup>323</sup>

### 3.1. O caso (da greve) como o caso foi

Em 17 de julho de 1917, no Rio de Janeiro, saiu na imprensa *Gazeta de Notícias* a informação de que um grupo de costureiras de saco havia entrado em greve. No jornal, esse movimento apareceu como “um empecilho ao mundo da moda, uma vez que ele estourou nas proximidades dos palacetes, na época dos preparativos para a festa do Municipal.”<sup>324</sup> De acordo com a fonte, “a notícia impressionou o ‘grand Mond’, tanto pela confusão provocada quanto pela maneira como ela foi divulgada, de sobressalto e sem muitas explicações.”<sup>325</sup>

Esse movimento paredista teve início no dia 16 de julho de 1917, portanto, no momento final das greves da cidade de São Paulo, logo, conjectura-se que a manifestação das costureiras do Rio tenha sido influenciada pela paulista e, particularmente, pela luta das mulheres, das trabalhadoras têxteis, que haviam paralisado em decorrência das péssimas condições de trabalho a que estavam submetidas. A fim de esclarecer os motivos dessa greve, o jornal dedicou toda a primeira página aos relatos colhidos por meio das entrevistas realizadas, tanto com as costureiras quanto com os donos das casas de costura. Trazendo como manchete o título *Porque se declararam em greve*, relata o evento nos seguintes termos:

Esse caso singular de costureiras em greve aguçou-nos a curiosidade. Procurando saber dos motivos que as levaram a declarar-se em greve, soubemos, por ouvi-las que alguns negociantes, seus patrões, as haviam enganado, pois que, depois de ter concordado em aumentar (sic passim) o preço pelo que estavam pagando o corte de saco, acabaram fazendo-se de esquecidos, menos um, que cumprira o que havia prometido às costureiras.<sup>326</sup>

<sup>323</sup> MATOS, Maria Izilda. **Trama e Poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo-1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 119.

<sup>324</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>325</sup> Ibid.

<sup>326</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

De fato, naquele espaço da burguesia, onde circulavam as “pessoas de bem”, com poder aquisitivo suficiente para adquirir os produtos expostos nas vitrines, a reunião de um bando de mulheres mal trajadas, gritando em público palavras de ordem como se fossem homens “desordeiros”, tornava o caso singular.

As oficinas de costura para as quais as grevistas trabalhavam ficavam na Rua de S. Bento com a Rua Acre, centro antigo do Rio de Janeiro, sendo que, essa última, surgiu em decorrência da reforma urbanística de Pereira Passos<sup>327</sup>, no início do século XX. A nova rua “retificada, alargada e pavimentada substituiu parcialmente a Rua da Prainha, atual Praça Mauá, que margeava os Morros da Conceição e São Bento”<sup>328</sup>, fazendo esquina com a Rua de S. Bento. Portanto, uma relevante área na história do Rio de Janeiro. Essas ruas, inclusive, fizeram parte de um roteiro geográfico que percorreu as vias batizadas em homenagem às mulheres que marcaram a história do Rio e do país. Exemplo disso é a rua Imperatriz Leopoldina<sup>329</sup>, nome da esposa de Dom Pedro I que, na sua chegada ao Brasil, desembarcou no sopé do Morro de São Bento<sup>330</sup>.

A imprensa já devia estar acostumada com a luta feminina, sobretudo porque ela acabava de noticiar uma greve geral que, da principal cidade do Brasil, se espalhara por todo o país e que fora declarada por um grupo de tecelãs. No caso das operárias do Rio, a greve foi impulsionada em protesto contra as falcatruas dos patrões, pois eles não cumpriram o acordo feito com as trabalhadoras de aumentar o valor pago pelos cortes de sacos. Na realidade, tratava-se de um último recurso em face às condições de trabalho a que eram submetidas. Uma das grevistas, ao ser entrevistada acerca da sua jornada de trabalho, afirmou:

---

<sup>327</sup> Francisco Pereira Passos foi um engenheiro que também se tornou prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906.

<sup>328</sup> DECOURT, André. **Foi um Rio que passou**: Rua do Acre, obras de abertura. 13 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2006/12/13/rua-do-acre-obras-de-abertura/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

<sup>329</sup> A austríaca Maria Leopoldina foi a primeira esposa de D. Pedro I. Grande simpatizante do projeto de libertar a Colônia de Portugal, em 1822 exerceu a regência na ausência do príncipe

<sup>330</sup> TOUR 0800 conta história de mulheres que marcaram o Rio. **Catraca Livre**. 6 out. 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/.../tour-0800-conta-historia-de-mulheres-que-marcaram-o-r>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

- Eu, o mais male que fiz, com um grande trabalho, foram cento e cinquenta, isto por duas vezes. A maior parte, porém, não faz um cento. Mas quando há necessidade, fazemos até duzentos, mas isso, trabalhando pela noite adentro. Muitas vezes eu e minhas companheiras temos trabalhado até às 5 horas da manhã, quando começamos a marrar os sacos prontos, para conduzi-los à cabeça as casas dos patrões que se abrem às 7 horas da manhã.<sup>331</sup>

Conforme apontado na entrevista ao *Gazeta de Notícias*, essas costureiras vivenciavam uma jornada exaustiva, tendo que conciliar o trabalho na casa de costura com os trabalhos extras, pois, de acordo com a entrevistada, elas “trabalhavam pela noite adentro”, ou seja, levavam os cortes de sacos para suas casas, onde davam continuidade aos serviços prestados às fábricas. Além disso, conjectura-se que pelo fato de ser mulher, essas costureiras tinham que enfrentar, também, a rotina dos serviços domésticos, configurando assim, numa tripla jornada de trabalho.

Ademais, mesmo transportando o trabalho da fábrica para as suas casas e produzindo até de madrugada, o valor percebido pela produção era insuficiente à sobrevivência humana, razão pela qual essas mulheres pleitearam junto aos seus empregadores um aumento no preço dos cortes de saco. Entretanto, após aceitar aumentar o valor da mão de obra das costureiras, os empregadores voltaram atrás, pois acreditavam poder burlar o compromisso sem grandes consequências para a sua empresa, achavam que as trabalhadoras não reivindicariam o valor acordado e aceitariam receber a quantia anterior ao combinado, conforme apontado pela citação “acabaram fazendo-se de esquecidos”. Fazendo isso, depreciavam a força coletiva dessas mulheres. Porém, eles tiveram que encarar, a contragosto, a organização política dessas trabalhadoras ainda inseridas em uma etapa do processo produtivo anterior ao da indústria, ou seja, o da produção doméstica.

As costureiras de saco, como meio de protestar contra as fraudes cometidas pelos donos das casas de costura, reuniram-se em frente à Rua de S. Bento, onde ficava a sede da firma Domingos Maia & Cia e aí declararam sua greve.

Ante a irredutibilidade desses patrões, a mobilização continuou no dia

---

<sup>331</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

seguinte, dessa vez com as costureiras adotando uma nova estratégia de conversação: alertaram os donos da Domingos Maia que havia outras firmas para as quais poderiam oferecer seu trabalho, como noticiava o jornal *Gazeta de Notícias* no dia 18.<sup>332</sup>

A casa Domingos Maia &C., causa da greve, não queria ceder às justas ponderações das costureiras, logo, as operárias como razão mais forte para compelir os proprietários daquela casa a pagarem o cento de sacos cozidos a 3\$, citam o fato de haverem outras duas casas, Alves Vieira & C. e Cruz Lamos & C., consentido às suas justas pretensões do aumento de \$0.10 por saco.<sup>333</sup>

As operárias procuraram fazer com que os seus empregadores reconsiderasse a proposta anterior, isto é, conceder o aumento de \$0, 10 por saco, apontando que as outras duas casas para as quais elas trabalhavam já haviam “consentido as suas justas pretensões”. A notícia destacou ainda que a greve despertara a “atenção não só das grevistas, mas de todos que estavam acompanhando o movimento a que elas se envolveram.”<sup>334</sup> O jornal, ao noticiar cada passo dado pelas grevistas, contribuiu para dar maior visibilidade ao movimento e, assim, ainda que não fosse seu objetivo,<sup>335</sup> fazer pressão aos patrões.

As costureiras, por seu turno, não tendo obtido resposta às suas demandas, passaram a desenvolver outras estratégias de luta, como a descrita abaixo, ocorrida, ainda segundo o jornal, antes das 10 horas da manhã do dia 18 de julho de 1917,

[...] encostaram ao meio fio e observaram uma carroça que tinha ido buscar aniagem para o fabrico dos sacos numa rua pouco abaixo da rua de S. Bento. Quando o veículo parou, as grevistas se encaminharam para perto da carroça e tentaram impedir que fosse carregada, promovendo uma grande confusão.<sup>336</sup>

Apesar da paralisação de suas funções e do boicote à tentativa do patronato de manter o estabelecimento funcionando, como foi o caso da “barreira” imposta por essas mulheres ao carregamento dos sacos de aniagem para a fábrica na qual elas

<sup>332</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>333</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>334</sup> Ibid.

<sup>335</sup> Sobre a posição ideológica dessa fonte, ver a introdução dessa dissertação.

<sup>336</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede., op. cit.

havam declarado greve, o jornal concluiu a matéria informando que “tratava-se de algo sem importância, pois que alguns representantes da autoridade, que ali estavam aconselharam calma às manifestantes, que logo cessaram o vozerio.”<sup>337</sup>

Apesar da maneira com a qual a imprensa lidou com essa greve, muitas vezes desenhando-a como algo sem importância, o fato desse movimento desencadear o interesse do jornal, da população e mesmo da polícia, demonstrou o quão incomodados eles estavam com a persistência dessas mulheres. Nesse sentido e, segundo ainda a matéria, as costureiras, na tentativa de alcançar o acordo desejado, formaram uma comissão de grevistas.<sup>338</sup>

À medida que o movimento continuou em frente ao depósito da casa Domingos Maia, a polícia compareceu ao local visando conter aquelas “grevistas desatinas”, “aconselhou-as que procurassem o chefe de polícia, no palácio central a rua da Relação e lhe pedissem a sua interferência no caso.”<sup>339</sup> É possível que o policial tenha usado a palavra “desatinadas” porque tratavam-se, na opinião dele, de pessoas desprovidas de juízo, sem tino, fora de si, loucas; atributos que denotam exatamente a desqualificação das mulheres, pois a utilização de tal termo não ocorreu quando o sexo masculino saiu às ruas para reivindicar seus direitos. Posto isto, os policiais aconselharam e “as operárias concordaram em pedir auxílio ao chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, sendo assim, as costureiras organizaram uma comissão representativa da classe e foram conversar com o chefe de polícia a respeito do caso.”<sup>340</sup>

As interferências da polícia nas manifestações trabalhistas eram corriqueiras, quer fosse para reprimir – conforme sucedido nas manifestações das greves paulistanas –, quer fosse para agir como conciliadores entre empregadas e patrão, como foi o caso das costureiras, ainda que, no primeiro momento, a polícia tenha se deslocado até o local da parede com a intenção de dispersar o ato, provavelmente com o uso da força. Assim é que o Dr. Aurelino Leal, chefe de polícia, foi procurado

---

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>339</sup> Ibid.

<sup>340</sup> Ibid.

por uma comissão de costureiras e aí foram

Recebidas imediatamente pelo chefe, as operárias foram pedir ao S. Ex. a sua interferência para que elas conseguissem o aumento de \$010 por saco. Valor já concedido pelas outras firmas, mas que até o momento a casa Domingos Maia & C., se negava a conceder. O chefe em resposta às grevistas, declarou-lhes que com a maior boa vontade, procuraria os proprietários da casa, com quaes (sic) falaria, para ver se era possível conciliar os interesses de ambas as partes.<sup>341</sup>

Ou seja, o delegado cumpriu com a função de acabar com o movimento ao colocar-se à inteira disposição para intermediar as demandas junto aos patrões.

Como não poderia deixar de ser, o jornal abriu também espaço para a versão dos donos, não apenas daquele estabelecimento, mas também dos de outras duas fábricas congêneres e concorrentes entre si: as Casas Alves Vieira e a Cruz Lamos. Aí, a partir de entrevistas realizadas com os chefes das respectivas seções, os repórteres atuaram, eles sim, como mediadores, pois obtiveram a informação dos concorrentes de que eles “achavam razoável” pagar o valor solicitado pelas costureiras. Em 17 de julho, a imprensa visitou as casas Alves Vieira, Cruz Lamos e Domingos Maia.

Na primeira daquelas casas o chefe respectivo informou que vem pagando o preço de 3\$ o cento de sacos costurados, o que achava razoável, pois que, em uma época em que tudo estava mais caro, nada mais justo conceder o aumento de dez réis por saco, que as costureiras reivindicavam. Da mesma sorte os seus colegas, Cruz Lamos também acordaram em pagar o mesmo preço, o que estavam fazendo.<sup>342</sup>

Fazendo valer a lei da concorrência, os representantes das duas Casas fizeram deboche do valor pago pela Casa Domingos Maia, inclusive, admitindo que, “numa época em que tudo estava mais caro, nada mais justo do que conceder o aumento”. Assim, os dez réis por peça equilibrariam a defasagem entre os valores pagos pelo trabalho e o valor gasto no consumo de produtos de primeira necessidade. Entretanto, apesar de haverem inicialmente concordado com o

---

<sup>341</sup> Ibid.

<sup>342</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

aumento e tendo-o concedido efetivamente, as duas fábricas jogaram sobre os ombros das costureiras a viabilidade dele.

Mas diante da pertinácia da firma Domingos Maia em não conceder o aumento pedido, de acordo com os outros confeccionadores, se as costureiras continuassem a coser sacos para esta firma pelo mesmo preço, eles sentir-se-iam obrigados a voltar ao preço anterior, pois do contrário seriam prejudicados. A terminação da greve dependia, pois, da casa Domingos Maia & C.<sup>343</sup>

As duas fábricas, “sugeriram” às costureiras que deixassem de trabalhar para a casa Domingos Maia & C., a única que resistia em conceder o requerido aumento, do contrário, o acordo seria quebrado, voltando-se à remuneração anterior. Ou seja, o que preocupava as duas casas era a concorrência, pois a famigerada casa, mantendo o valor da mão de obra mais baixo, poderia vender os sacos a um preço inferior no mercado. Dessa forma, constituir-se-ia numa forte concorrente, obrigando os outros proprietários a baixar o seu preço, diminuindo, conseqüentemente, sua taxa de lucro.

Após deixar as casas, o jornal *Gazeta de Notícias* foi até a matriz da Domingos Maia & C. entrevistar o proprietário acerca da não concessão do aumento no preço dos sacos.

Deixando as casas da rua do Acre, o jornal foi à casa matriz de Domingos Maia & C., à rua S. Bento, n 5, sendo recebidos por um representante, pois o chefe da casa estava ausente. Pedindo informações a respeito das reivindicações das operárias, o nosso interlocutor disse-nos o seguinte: - As nossas costureiras vinham trabalhando calmamente, sem que até agora se lembrassem de pedir aumento ou de fazer greve, porque sempre tiveram muito trabalho e este nunca lhes faltou. [...] Afastadas do trabalho, as nossas operárias, apenas por influencias (sic) estranhas, se recolheram às suas casas, onde estão. Essas que o senhor vê ahi (sic) pelas ruas não são nossas costureiras, são de outras casas, continuou.<sup>344</sup>

Nota-se que o representante da casa pressupunha não haver motivos para uma greve, uma vez que, de acordo com ele, as costureiras sempre tiveram trabalho. Dessa forma, ele considerava que a quantidade de sacos a serem cortados

---

<sup>343</sup> Ibid.

<sup>344</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

era um privilégio, não levando em consideração o valor pago às operárias pela produção. Por outro lado, o jornal não se preocupou em indagar criticamente a relação entre o custo da produção e o valor dele no mercado, como também não houve menção à exploração da força de trabalho, como era de se esperar, haja vista que a quantidade das atividades produtivas enriqueceu apenas os donos dos meios de produção. Para a trabalhadora conseguir o mínimo para sua subsistência e a da sua família, era necessário mais do que trabalho, era também necessário um preço justo pelo que estava sendo produzido.

Ainda conforme apontado na entrevista, houve resistência do representante da Domingos Maia & C. em admitir que as costureiras da casa estivessem em greve e, tentando passar para a imprensa a imagem de que tudo estava em ordem naquela casa, afirmou que as grevistas não eram suas funcionárias, mas de outros estabelecimentos. O jornal, prosseguindo com a entrevista, indagou:

- E, relativamente ao aumento, os senhores estão dispostos a fazê-lo (sic)?
- Não, não pagaremos mais do que pagávamos. Hoje já estiveram aqui em busca de trabalho, as costureiras da casa. Mas resolvemos nada lhes dar, à espera que termine este estado de cousas.<sup>345</sup>

De acordo com o representante da Domingos Maia & C., não havia intenção do patronato em aumentar o valor dos sacos, sob alegação de que sempre havia operárias em busca de trabalho naquela casa. Ainda segundo sua fala, os proprietários resolveram “punir” as costureiras não lhes dando sacos para serem costurados até o fim deste “estado de cousa”. Ademais, o representante da famigerada casa de costura proferiu uma série de acusações às costureiras na tentativa de menosprezar sua causa dizendo que

[...] as costureiras de sacos que estavam em greve não tinham o que fazer, pois não recebendo as encomendas que na casa Domingos Maia & C., todas recebem, entenderam ir lá impedir que as operárias daquela casa continuassem a trabalhar pelo preço que sempre foi pago [...].<sup>346</sup>

<sup>345</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>346</sup> Ibid.

O interlocutor persistiu investindo na descaracterização do movimento paredista dizendo que “as grevistas não tinham o que fazer”, caluniando suas protagonistas, além de continuar argumentando a favor do estabelecimento, alegando dispor de mercadorias para todas as suas operárias, distorcendo, assim, o verdadeiro motivo pelo qual elas estavam em greve, isto é, para obter um valor mais razoável pelos cortes de sacos.

O jornalista do *Gazeta de Notícias* notou um grupo de homens que estava realizando a costura dos sacos, função majoritariamente feminina, o que pressupõe que eles estivessem ali para cobrir as grevistas.

Na ocasião em que a imprensa esteve na casa Domingos Maia & C., observaram que lá havia muitos homens que costuravam sacos. Logo após deixar a casa Domingos Maia o jornal se dirigiu para a rua Acre, onde havia cerca de 50 mulheres ao longo das calçadas e que trocavam ideias sobre o assunto.<sup>347</sup>

Em vez de ceder às reclamações das operárias, o dono do estabelecimento substituiu a mão de obra feminina pela masculina, numa tentativa de fragilizar o movimento das costureiras. Essa atitude demonstrou a intensa resistência das grevistas em prol da conquista de suas reivindicações, não deixando alternativa para o patrão senão substituir sua força de trabalho por outra que, conjectura-se, era mais onerosa para eles, tendo em vista que era “natural” que o sexo masculino conquistasse uma remuneração superior à feminina.

A indignação dessas operárias expressou-se não apenas pelo valor ridículo pago pelo corte de saco, mas também pela indiferença do proprietário da fábrica ao refutar que o valor era risível, negando-se a conceder esse pequeno aumento. Após a entrevista

[...] pedimos-lhes para “posarem”, a fim de tirar uma chapa, a maior parte, porém, fugiu, enquanto outras operárias, principalmente as meninas, se deixaram ficar. Sendo assim, estava terminado o nosso serviço a respeito da greve das costureiras de sacos.<sup>348</sup>

---

<sup>347</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>348</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

Com essa informação, o citado periódico encerrou o caso da greve das costureiras de saco na imprensa, pois, depois disso, não houve mais menção a esse fato ou quaisquer relatos sobre as conquistas e/ou derrotas dessas operárias. Entretanto, conjectura-se que elas tenham saído vencedoras porque, no primeiro dia em que foi noticiada a greve, em 17 de julho de 1917, o título da matéria anunciava que “As costureiras de saco conseguem um aumento.”<sup>349</sup> Logo mais abaixo do título, um subtítulo trazia os seguintes dizeres: “As operárias que reclamaram o aumento, no que foram atendidas, esperando a resposta da comissão que fora confabular com os proprietários.”<sup>350</sup>

Apesar da indicação de conquista do aumento no corte de saco, no corpo da matéria não houve vestígio de que isso tivesse persistido, pois as duas casas que haviam concedido o aumento ameaçaram voltar atrás em decorrência da obstinação da casa Domingos Maia & C. em não concedê-lo, demonstrando o quão frágil eram os acordos entre patrão e trabalhadoras(es). Logo, ficou a incerteza quanto à efetivação da conquista. Além disso, exceto nas duas publicações do *Gazeta de Notícias*, não se encontrou nenhuma outra alusão à greve dessas costureiras. Mesmo assim, observou-se, pelo teor da notícia, que tal fato ganhou espaço naquele jornal em decorrência da atenção que despertara nos transeuntes que, conforme apontado acima, eram pessoas com poder aquisitivo suficiente para frequentar lojas de modas. Assim, de acordo com o periódico “o fato despertou a curiosidade de toda a gente que ficou então sabendo que estavam em greve”.<sup>351</sup>

A curiosidade dos que passavam nas proximidades do local da manifestação decorria, primeiro, do fato de ter sido um protesto de mulheres adultas e também de meninas e, segundo, da categoria em questão, a de costureiras, uma profissão quase invisível no mundo do trabalho. O caso abalou inclusive o segmento burguês, tão desacostumado a observar simples costureiras em papel reivindicativo, conforme registrado no periódico: “o mundo da moda estremeceu com a nova que lhe

---

<sup>349</sup> Ibid.

<sup>350</sup> Ibid.

<sup>351</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

penetrou portas adentro, as costureiras de sacos haviam se declarado em greve.”<sup>352</sup> Na mesma matéria, percebe-se o quanto esse caso era visto como algo distinto e inusitado, pois, conforme divulgado “o caso singular de costureiras em greve aguçou-nos a curiosidade.”<sup>353</sup>

Algo tão “feminino” e tão “simples” quanto costurar não deveria desencadear uma manifestação, sobretudo por tratar-se de trabalhadoras que exerciam a função também em domicílio. Dessa maneira,

Há fatos históricos que desvendam caminhos particulares, pessoais, da variedade/exiguidade de opções profissionais da força de trabalho feminina e que, de forma tênue, tangencial, estabelecem elos de ligação entre o caseiro da costura-vocação/talento da mulher- e alternativas possíveis de sobrevivência.<sup>354</sup>

Embora o trabalho com a costura fosse naturalizado como algo inerente à vocação da mulher, esse ofício era realizado tanto dentro da economia doméstica quanto para estabelecimentos fabris, consubstanciando-se, dessa maneira, como uma possibilidade de renda, ainda que fosse subvalorizado, à semelhança do que ocorria com tudo que era exercido, principalmente, pelo sexo feminino.

As mulheres foram contratadas massivamente nas indústrias têxteis também por julgarem que “a mão de obra feminina era mais apropriada: considerando sua dupla jornada de trabalho, restava-lhe pouco tempo e energia para uma ação sindical.”<sup>355</sup> Ledo engano, pois a pouca associação das operárias em um organismo sindical não implicou desorganização ou indiferença em relação às manifestações sociais e, conforme explicitado, a sua presença nos protestos reivindicativos foi constante. Seu comparecimento foi requerido nas greves mistas pelo fato “das mulheres e crianças, segundo o censo de 1920, constituírem mais da metade do operariado”<sup>356</sup>, principalmente nas indústrias têxteis. Conseqüentemente, quando essa mão de obra parava, o patronato sentia os prejuízos com afinco, assim como o

<sup>352</sup> Ibid.

<sup>353</sup> Ibid.

<sup>354</sup> TEIXEIRA, Amélia Sá Rosa Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 116.

<sup>355</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 74.

<sup>356</sup> Ibid., p. 69.

movimento grevista tomava outras proporções em termos de quantidade de manifestantes e máquinas paradas.

Portanto, sua participação, bem como a dos menores, era importante para o fortalecimento do movimento paredista. Nas greves mistas, no entanto, a classe e, sobretudo, os pais ou maridos podiam “proteger” essas mulheres e resguardar sua imagem, fazendo com que retornassem ao lar tão logo cessasse a manifestação. Isso não ocorria nas greves femininas, nas quais eram senhoras de todas as decisões tomadas e tinham o poder de decidir quando começar a greve e quando terminar, se aceitariam ou não as propostas do patronato, etc.

Na greve das costureiras de saco, essas mulheres foram senhoras das manifestações, o que fica comprovado no momento em que um veículo parou e descarregou uma carroça que deveria buscar aniagem para a fábrica de sacos, mas, em uma atitude de efervescente combatividade, as costureiras se encaminharam para perto do veículo e tentaram impedir que o mesmo carregasse, conforme destacado anteriormente. Essa foi mais uma expressão da combatividade dessas mulheres e, dessa forma, o interesse que as grevistas causaram à população era quase condizente à provocada à própria imprensa, fosse operária ou não. Essa curiosidade decorria da incompreensão em testemunhar mulheres liderando um ato tão político quanto uma greve.

A divulgação da participação da mulher nesse momento histórico da classe trabalhadora foi feita de formas distintas pelos periódicos em análise (*A Plebe*, *O Debate*, *O Graphico* e *Gazeta de Notícias*). *A Plebe* invisibilizou a participação feminina no início das greves de 1917 em São Paulo, mas, conforme o movimento avançou e por causa da obstinação das mulheres em manter a luta ao pararem um setor importante do ramo industrial como o têxtil, na qual elas eram a maioria, o jornal rompeu com a costumeira maneira de tratar o movimento paredista “tornando-o” um movimento de homens e mulheres combatentes. Por outro lado, a grande imprensa do Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, divulgou a greve das costureiras de saco devido ao interesse que esse grupo de mulheres causou ao sair às ruas reivindicando um preço justo pelo seu trabalho. Ou seja, foi o inusitado do fato que motivou esse órgão a denunciar em suas páginas tal greve.

Conquanto a greve continuasse, no segundo dia de manifestações, o jornal insistiu em tratar tal ato como um caso peculiar, chegando a usar a expressão “romaria” para notificar a continuidade da paralisação, possivelmente em tom depreciativo.

Ontem, a romaria das grevistas seguiu para as proximidades dos depósitos da casa Domingos Maia & C., à rua São Bento, com a esquina da rua Acre, e ali permaneceram algum tempo à espera de uma resposta dos proprietários daquela casa.<sup>357</sup>

Apesar de relegadas ao descaso e aos abusos do patronato no que diz respeito às questões salariais, jornadas etc., as mulheres tornaram-se visíveis quando reclamaram pequenas melhorias. A sociedade patriarcal então chocou-se e espantou-se com essa “nova” personagem habitando lugares “impróprios” e agindo de forma inesperada. Esse choque foi tamanho que alguns quiseram saber quem eram aquelas mulheres, o que elas desejavam e o que reclamavam.<sup>358</sup>

A greve foi um dos poucos, se não o único, mecanismo que o operariado encontrou para fazer-se ouvir, um meio de conseguir alguns avanços, mesmo que pequenos, no mundo do trabalho. Para a mulher trabalhadora, ela serviu a dois mecanismos: de reivindicação e de visibilidade. Mulheres como protagonistas desse tipo de movimento não era um fato incomum, todavia, devido os preceitos machistas da época, quando isso ocorria, era tratado como um assunto menor pela imprensa, ou de uma maneira muito particular, porque inusitada. Essa greve de mulheres evidenciou a maneira como operou o capital que, em união com o patriarcalismo, subvalorizou a força de trabalho feminina, logo, em decorrência dessa “junção”, as trabalhadoras denunciaram a opressão de classe e de gênero. Enquanto classe de trabalhadoras pobres, eram exploradas e, em razão disso, puseram-se em parede para pleitear direitos no trabalho. Enquanto gênero feminino, lutavam contra o descaso e as arbitrariedades do patronato e impunham-se contra a opressão e a dominação do sexo masculino em vários espaços, fosse do trabalho ou não.

---

<sup>357</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>358</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

A presença feminina nos movimentos grevistas sempre foi recorrente. Na qualidade de mulheres pobres e trabalhadoras, suas necessidades reivindicativas misturavam-se às de toda a classe de explorados, entretanto, suas experiências no cotidiano das oficinas obrigaram-nas a reclamar demandas mais específicas, tendo em vista que a sua exploração ia além da experimentada pelo setor masculino.

Na greve das costureiras de saco, o motivo que as levou às ruas foi o mesmo que levou toda a classe trabalhadora: a questão econômica. Porém, devido à sua condição de mulher, suas manifestações de “descontentamento” em espaços públicos causaram certa estupefação e admiração na população em geral, provocadas não apenas por tratar-se de mulheres e meninas, conforme apontado, mas também em decorrência de função de costureira, uma profissão que, por ser considerada de âmbito doméstico, sequer era reconhecida enquanto um trabalho merecedor de assalariamento.

### **3.2. Para operários, salário por jornada; para as costureiras, remuneração por peça produzida.**

Foi conhecido que o valor pago à classe operária pelo seu trabalho era insuficiente para manter até as necessidades mais básicas, tais como alimentação, moradia e vestimenta. Os patrões pagavam aos operários somente o suficiente para não morrerem de fome. Segundo constou no periódico operário da época, *A Plebe*, o operário que labutava de 12 a 14 horas por dia para ganhar 3\$000 ou 4\$000, no fim do mês não tinha o suficiente para pagar sequer o aluguel do local onde morava.<sup>359</sup>

Embora o tempo dispensado ao trabalho se convertesse em lucro para o capitalista, tendo em vista as longas jornadas que o operariado dedicava à produção de mercadorias, o valor pago pela sua força de trabalho não condizia com o que era gerado pelo capital, ou seja, ficou evidenciada a exploração à qual o proletariado era submetido.

---

<sup>359</sup> MOTA, Benjamin. O pobre é um vadio? *A Plebe*. São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

Não importava o quanto esse operário produzisse, não importava o quanto, por meio de seu trabalho, ele aumentasse o capital do seu patrão; ao fim do mês, seu salário era o mesmo, salvo nos casos em que o operário chegava atrasado na fábrica ou quebrava alguma máquina, já que isso era descontado do pagamento final. Seu salário era percebido ao fim do mês em consonância com a sua jornada. Conseqüentemente, os operários que ganhavam pela jornada de trabalho não sentiam a necessidade de acelerar a produção ou o ritmo com o qual haviam se acostumado a operar a máquina. Em relação ao trabalhador que recebia por dia ou por jornada, Thompson deu o seguinte exemplo.

Mantínhamos um velho criado, cujo nome era Wright, trabalhando todos os dias, embora fosse pago por semana, mas ele fazia rodas por ofício [...] certa manhã acontece que, tendo uma carroça quebrada na estrada [...], o velho foi chamado para consertá-la no lugar em que o veículo se encontrava; enquanto ele estava ocupado fazendo o seu trabalho, passou um camponês que o conhecia, e o saudou com o cumprimento de costume: Bom dia, velho Wright, que Deus o ajude a terminar logo o seu trabalho. O velho levantou os olhos para ele [...] e, com uma grosseria divertida, respondeu: Pouco importa se ele ajudar ou não, trabalho por dia.<sup>360</sup>

Assim, em princípio, o operário que ganhava por jornada não carecia de urgência para com suas ocupações, o que não era o caso das operárias de sacarias, pois recebiam por peça produzida.

Dessa forma, no caso delas, a condição de trabalho e de pagamento era, por vezes, ainda mais precária, porque indefinida. Ainda que permanecessem 14 horas dentro do local de trabalho, isso não constituía um fator para o recebimento do seu salário, já que elas ganhavam pelo corte de saco. Sendo assim, o ritmo com que essas mulheres trabalhavam era apressado, urgente, pois indispensável para a produção em grande quantidade, uma vez que era a produção que determinava o quanto ganhariam ao fim do mês.

Em decorrência desse quadro, essas mulheres trabalhadoras viam-se impelidas a levar o trabalho para suas casas e, além disso, pelo fato de serem mulheres, a sociedade lhes impôs a obrigatoriedade do cuidado com a casa e os

---

<sup>360</sup> THOMPSON. E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

filhos, caracterizando, assim, uma tripla jornada de trabalho, conforme indicado anteriormente.

Ainda que, costumeiramente, essas costureiras levassem trabalho para o lar, a sua remuneração continuava a ser muito ínfima, impulsionando essas trabalhadoras a impor uma greve por aumento nos preços do corte de saco.

A greve fora declarada pelas costureiras de sacos, essas que, às tardes, são vistas passando pela Rua São Bento, trazendo à cabeça, não um chapéu artístico, última criação do atelier, mas cortes de sacos, que vão conduzindo para a suas casas, onde os costuram.<sup>361</sup>

Nota-se um antagonismo de classe nesse espaço público, pois na mesma rua em que “desfilavam” algumas mulheres com poder aquisitivo suficiente para adquirir os acessórios da moda, tal como o chapéu artístico que segundo demonstrado na citação era a “ultima criação do atelier”, transitava também as costureiras, porém, ao invés de trazer a cabeça o tal adorno, elas transportavam os cortes de sacos, fruto do seu sustento, mas também do seu “infortúnio”, haja visto a desvalorização desse produto. O trabalho das costureiras foi subvalorizado em termos de remuneração e de reconhecimento, pois produzia mercadorias vendidas a baixo preço no mercado.

Em relação ao valor das mercadorias, Marx fez o seguinte questionamento: “como medir a grandeza de seu valor?” A ele, respondeu categoricamente:

Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nela contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc...<sup>362</sup>

Quanto maior era o grau de complexidade de um trabalho, maior era o seu valor. Logo, o trabalho com a costura de sacos não era considerado necessariamente um trabalho complexo, portanto, era desvalorizado. Mas demandava um tempo longo de dedicação para que essas operárias conseguissem extrair do seu trabalho o suficiente para poderem subsistir. Assim, conjectura-se que

<sup>361</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>362</sup> MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**, Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 116.

a quantidade de trabalho contida na costura dos sacos era medida pela quantidade de produção, quer dizer, quanto maior a produtividade, maiores seriam as possibilidades de uma remuneração minimamente necessária ao sustento das trabalhadoras. O valor recebido pela costura dos sacos dependia não do tempo dispensado em cada peça, mas, sim, do tempo que se viam obrigadas a trabalhar – por vezes, até 18 horas diárias.

Dessa forma, levavam trabalho para casa, dividindo o tempo entre a costura e os afazeres domésticos. Somente depois de vivenciarem uma jornada superior às forças humanas, tendo em vista que elas tinham de abdicar do tempo de sono, por exemplo, é que as trabalhadoras alcançavam um provento relativamente adequado às suas necessidades, embora, como uma delas havia colocado, isso fosse algo raro no trabalho. Em razão da exploração experimentada por essas operárias e da consciência desse fato é que elas impuseram uma greve reivindicando um aumento de “\$0,10 por saco”.<sup>363</sup>

### 3.3. A tripla jornada

O trabalho da operária não terminava quando ela saía da fábrica, ao contrário, estendia-se ao lar. De acordo com Maria Izilda Matos,

A dupla jornada de trabalho, a repetição infinita de pequenos gestos, a pressa, a desordem, a superposição dos tempos e dos espaços (a fábrica e a casa) caracterizaram o trabalho feminino, provocando uma osmose entre o trabalho fabril e o doméstico, sendo que, reciprocamente, a cadência de um influenciava o outro.<sup>364</sup>

Conforme mostrado, não se tratava de uma dupla, mas, sim, tripla jornada. Em razão dessa tripla jornada, comum às costureiras de saco, consumou não haver separação entre o trabalho e a vida social. Por isso, a redução das longas jornadas visando fixá-las em oito horas de trabalho para toda a classe operária, foi uma das principais reivindicações dos movimentos paredistas desde o início do século XX e

<sup>363</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroht.

<sup>364</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 79-80.

um dos principais objetivos das greves de 1917.

Nesse contexto, a *Federação Operária de São Paulo* (FOSP), lançou uma *Base de Acordo*, que tinha como princípios fundamentais o axioma da *Sociedade Internacional dos Trabalhadores*: “A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores.” Como resultado do referido, surgiu o *Comitê de Defesa Proletária* para unir os trabalhadores e coordenar as suas ações. Reunindo-se no dia 11 de julho de 1917, tornou público os fins imediatos que a greve operária propunha, entre eles: “6) Que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; [...]10) Jornada de 8 horas e semana inglesa.”<sup>365</sup> Por semana inglesa, entende-se o regime de compensação de horas semanal, pelo qual o excesso de horas em um dia é compensado pela diminuição em outro dia da mesma semana, de modo a ser observado o limite de quarenta e quatro horas semanais.

As operárias eram as mais prejudicadas pelo excesso de horas de trabalho, entretanto, na prática, cabe questionar o que realmente significava a abolição do trabalho noturno da mulher e quais eram os benefícios conquistados com essa medida.

Como a labuta no lar não era considerada trabalho, mas, sim, “afazeres domésticos”, o resultado da abolição do trabalho noturno, para as mulheres, foi mais tempo para as tarefas da casa e da família. Além disso, ganhavam um tempo a mais para compor o ordenado familiar, levando para casa as peças que eram confeccionadas por elas dentro das oficinas, haja vista que, após o encerramento do turno, elas davam continuidade ao trabalho dentro de sua própria residência. Assim, tal trabalho passou a ser um serviço não visto e, portanto, ainda mais desvalorizado, mas, mesmo sendo inexpressivo o valor pago pelos cortes das peças, era com ele que muitas mulheres somavam à renda doméstica.

Nesse árduo trabalho se empregam muitas mulheres, moçoilas e meninas e casos há em que, em uma só família, várias pessoas vivem exclusivamente desse trabalho.<sup>366</sup>

---

<sup>365</sup> O QUE reclamam os operários. **A Plebe**. São Paulo. ano 1, n. 6, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 2.

<sup>366</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O trabalho dessas costureiras estendeu-se até os seus lares, significando que, além de não serem donas dos produtos confeccionados e/ou do tempo dispendido nas oficinas, elas também não conseguiam ter o controle do tempo dentro de sua própria casa e tinham que dividi-lo entre o cuidado com o lar, com os filhos e com a costura, sua única forma de sustento. Portanto, o trabalho da mulher, fosse ela costureira, fiandeira, etc., não acabava quando cessava o expediente nos estabelecimentos fabris, ao contrário, dava-se início a uma nova jornada.

Como um dos suportes da reprodução do capital, permanecerá o trabalho fabril a domicílio como alternativa de ocupação de parcela da força de trabalho; uma faceta das relações de produção que escamoteia a subutilização da força de trabalho pelo capital que, ao mesmo tempo, é o reverso do trabalhador, em suas múltiplas estratégias de sobrevivência e reprodução de sua própria vida e de sua família.<sup>367</sup>

O trabalho em domicílio constituiu-se em uma alternativa para a trabalhadora, que foi capaz de dividir com maior “flexibilidade” o tempo entre a costura e os serviços domésticos. Todavia, apesar da subutilização da força de trabalho feminina nas relações de produção conferindo-lhes uma parca remuneração e explorando-a com longas jornadas, a possibilidade do trabalho em casa foi aproveitada como “estratégia de sobrevivência”. Dessa forma, o trabalho em domicílio pôde ser considerado uma importante fonte de renda para as operárias e desempenhou um papel fundamental na luta pela manutenção do “nível de vida familiar”.<sup>368</sup>

Todavia, o trabalho que as costureiras de saco realizavam em casa transformou-se em produtos com os quais lucravam ainda mais os donos das oficinas.

Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal de a trabalhadora empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho.<sup>369</sup>

<sup>367</sup> TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 119.

<sup>368</sup> PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 31.

<sup>369</sup> MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 640. apud TEIXEIRA, Rosa Sá Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher**

Em virtude da situação de miserabilidade em que vivia a classe trabalhadora e o preço irrisório pago às costureiras, elas necessitavam aumentar o ritmo do seu trabalho, levando uma quantidade maior de peças para serem confeccionadas em casa, o que, conseqüentemente, contribuiu também para o aumento do capital dos industriais. Os trabalhos realizados pelas costureiras fora do ambiente fabril constituíram, assim, uma fonte importante de sobrevivência à custa do aumento de sua pecúnia ao estender a jornada de trabalho.

As costureiras de saco, mais do que qualquer outra mulher, experimentaram a difícil vida de trabalhadora-mãe-dona-de-casa. Sendo as que “percebiam os salários mais baixos entre as operárias”<sup>370</sup>, eram obrigadas a trabalhar à exaustão para conseguir o mínimo necessário à sobrevivência humana. A ausência de um código de leis que regulamentasse o trabalho contribuiu para que as costureiras ficassem à mercê das imposições do patronato, que pôde utilizar a mão de obra dessas trabalhadoras da maneira que lhe fosse mais conveniente, ou seja, da maneira que lhe concedesse maiores lucros.

Na inexistência de contrato de trabalho nos quais o trabalhador pudesse dispor de um mínimo de controle, as manipulações dos níveis salariais fixados nas “tabelas” e as arbitrariedades na própria determinação salarial, eram práticas rotineiras. Assim é que dentro da fábrica, as determinações, quer sobre as condições de trabalho (horário, disciplina, jornada), quer sobre as definições dos salários, partiam com exclusividade da direção”.<sup>371</sup>

A inexistência de um contrato legal entre proletariado e industrial, fez com que o patrão fosse o legislador absoluto, podendo fixar salários, “horário, disciplina jornadas” da maneira que melhor lhe agradasse, assim como, voltar atrás nos acordos quando desejasse, desse modo, o/a trabalhador/a ficava refém da autoridade dos seus empregadores. Em relação a mão de obra feminina em geral e das costureiras em particular, a falta de leis que assegurassem um mínimo de direito no mercado de trabalho foi ainda mais violenta, pois

---

**Mulheres.** São Paulo: Cortez, 1983,120.

<sup>370</sup> Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder:** trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 80-81; Cf. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930).** São Paulo: Hucitec/ UNICAMP,1988, p. 171.

<sup>371</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).** São Paulo: Hucitec/ UNICAMP,1988, p. 176.

[...] nada regulamentava o emprego das mulheres nos trabalhos fabris. No dizer de Evaristo de Moraes: “[...] as garantias dadas ao trabalho das operárias adultas ficam à mercê dos bons ou maus corações dos industriais e seus prepostos. É sua ganância ou sua generosidade que regula o pagamento de salário e a duração do trabalho”.<sup>372</sup>

A ausência de uma legislação do trabalho implicou em uma gerência abusiva, uma vez que as “garantias dadas ao trabalho das operárias”, poderia ser alterado “de acordo com a necessidade da produção”,<sup>373</sup> desse modo, as costureiras deveriam esperar o bom coração do patronato para que o valor pago fosse o mais justo possível, todavia, elas rebelaram-se contra a exploração à qual estavam submetidas no sistema capitalista.

Desde logo cedo, essas costureiras começaram a passar para o trabalho, mas ao invés de entrarem nas casas, onde eram empregadas, na rua de S. Bento, se foram agrupando às portas.<sup>374</sup>

Ainda que fossem sobrecarregadas com as atividades da costura dentro das oficinas e fora delas, ou ainda que as tarefas domésticas caíssem exclusivamente sobre seus ombros e apesar da sua tripla jornada de trabalho, essas mulheres trabalhadoras conseguiram um tempo para organizar-se politicamente. A greve estipulada por elas foi um forte indício do caráter organizacional desse grupo composto por mulheres jovens e adultas que, tendo experimentado cotidianamente a exploração patronal, instituiu uma manifestação social contra tal situação.

Por tratar-se de uma manifestação social e do trabalho, portanto, algo que fugia um tanto do “cotidiano da cidade”, bem como ao controle da ordem social vigente, sem demora a polícia foi acionada – “a polícia do 2º distrito foi avisada do fato e compareceu ao local por prevenção, mas não teve a menor alteração da ordem”<sup>375</sup> – conforme já constatado que ocorria no decurso das experiências históricas dos movimentos sociais, quase sempre tratadas como um caso de polícia.

<sup>372</sup> MORAES, Evaristo de. Apontamentos de direito operário. 1905, p.31-36. apud RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1988, p. 152.

<sup>373</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 78.

<sup>374</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>375</sup> AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

Por outro lado, segundo apontado, a solidariedade entre trabalhadoras e polícia também se mostrou presente ao longo desses protestos.

Para, além disso, o medo das repressões não foi um impedimento às manifestações acerca de reivindicações sociais e laborais. Ao contrário, as pautas reivindicatórias estiveram presentes ao longo de todo o início do século XX e envolviam o proletariado integralmente, independente da faixa etária e do sexo.

### 3.3.1. Jornada em casa: trabalho doméstico

Às mulheres foi dispensado o cuidado com o lar, os filhos e o marido. Constatase que a “promoção” do modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família<sup>376</sup>, isto é, o estereótipo que, a partir do século XIX, foi sendo social e historicamente construído, determinou a função da mulher na sociedade e os padrões que foram carregados com elas para o mundo do trabalho.

Sabe-se que as mulheres sempre trabalharam<sup>377</sup>, no entanto, sua força de trabalho era mal percebida na sociedade devido à ideia de sua dependência histórica em relação ao pai, marido e irmão. Esse julgamento constituiu-se em um empecilho à sua emancipação econômica. Diante disso, quando a mulher entrou efetivamente no mundo do trabalho assalariado, ou seja, quando adquiriu o “status” de mulher trabalhadora assalariada, ela o fez sob o estigma do preconceito, pois suas funções foram depreciadas, consideradas secundárias e tachadas como “trabalho de mulher”, o que levou ao rebaixamento salarial, pago como uma simples contribuição.

A mão de obra feminina foi comumente utilizada nos serviços considerados, pelo setor masculino, como característicos da mulher, funções que demandavam

---

<sup>376</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia disciplinar e a resistência anarquista** (Brasil 189-1930). 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 87

<sup>377</sup> Cf. RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História: descobrindo historicamente o gênero. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: <[http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)>. Acesso em 24 jun. 18.

cuidado, delicadeza, mas também visto como “desqualificados”. Tal percepção em relação à força de trabalho feminina fez com que as mulheres fossem sistematicamente subjugadas e exploradas no campo do trabalho.

Entre as funções desenvolvidas pelas mulheres estavam aquelas que podiam ser realizadas dentro das oficinas e também em casa, como é o caso do trabalho das costureiras de saco. “Em casa, seu tempo era preenchido plenamente pelas tarefas fabris, pelos afazeres domésticos, pela preparação e cuidado dos filhos”<sup>378</sup>, isto é, uma multiplicidade de tarefas que as levou a vivenciar um cotidiano escasso de lazer em decorrência da tripla jornada. Por outro lado, “a experiência de vida dessa mulher dentro de casa foi projetada para fora”<sup>379</sup> e associada aos problemas sociais, a saber, à carestia dos produtos de primeira necessidade, à alta nos aluguéis, entre outros.

Nota-se, assim, que as relações de trabalho permearam todas as esferas, atingindo, particularmente, as operárias que trabalhavam também em domicílio, haja vista o tempo maior que elas permaneciam em casa. Além disso, eram elas que sentiam com mais afinco o problema do abastecimento alimentício, pois eram as responsáveis pela compra e preparo dos alimentos, garantindo, assim, a sobrevivência da prole. Tinham, também, que multiplicar os trabalhos com a costura para poder, dessa maneira, somar ao ordenado familiar. Nesse sentido, “a mulher desempenhou o papel principal na preservação e renovação da força de trabalho através da maternidade, na responsabilidade pela realização dos serviços domésticos, na administração das despesas domésticas.”<sup>380</sup> A atividade em domicílio constituiu uma

---

<sup>378</sup> TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org) **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 123.

<sup>379</sup> Ibid., p. 123.

<sup>380</sup> TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org) **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 122.

[...] jornada que não termina regulada por obrigações inescapáveis, mulheres divididas entre a aspreza do cotidiano onde os serviços da casa e o serviço de fora disputam por sua dedicação e o anseio por tempo livre.<sup>381</sup>

As jornadas intermináveis das mulheres pobres foram um obstáculo ao tempo dedicado ao cuidado de si. Além disso, em razão das dificuldades financeiras comuns a toda classe trabalhadora, conjectura-se que o cotidiano voltado à sobrevivência fosse uma questão mais importante entre elas do que encontrar um espaço e tempo dirigidos às distrações, leituras, entre outros. Relativamente às costureiras de saco, em virtude da tripla jornada, as obrigações diárias eram ainda mais ásperas e rigorosas, pois sua rotina era dividida entre o trabalho nas casas de oficina, a continuidade do ofício no lar e os serviços domésticos, que, nesse caso, incluíam a educação e o cuidado com a prole, com o marido, a preparação das refeições, a lavagem das roupas, a faxina, etc., conforme apontado anteriormente.

Nesse sentido, a separação entre o espaço e o tempo do trabalho produtivo e do reprodutivo apresentava limites difusos no cotidiano dessas costureiras. Em casa, elas realizavam tanto o trabalho dotado de valor mercadológico quanto o trabalho doméstico – que também é dotado de valor, mas não era reconhecido e nem remunerado, exceto quando se transformava em serviço realizado para terceiros. Assim, a experiência cotidiana das mulheres foi vinculada à divisão sexual do trabalho, “mas o que marcou as jornadas foram as atividades de trabalho remunerado”<sup>382</sup>, conforme apontado na fala de uma das costureiras quando ela disse que “trabalhava pela noite adentro”<sup>383</sup>. Em razão disso, calcula-se que o trabalho com a costura absorvia a maior parte do tempo/vida dessas operárias, logo, era “a partir do horário de trabalho assalariado que os outros tempos do dia a dia

---

<sup>381</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher: In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2014, p. 8. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>382</sup> ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2014, p. 34. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>383</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

eram organizados”.<sup>384</sup>

Uma análise dos trabalhos domésticos como atividades que não entravam no circuito monetário de produção social, foi realizada pela socióloga Arakcy Martins Rodrigues<sup>385</sup>, para quem o trabalho realizado em casa possuía um caráter exclusivo, isto é, para além de oferecer condições para que os integrantes da sua casa ou de outras pudessem vender a sua força de trabalho, ele tinha um valor em si, como produção humana.

### 3.3.2. Jornada na fábrica e disciplinarização do trabalho

A grande maioria do operariado das indústrias têxteis, entre 1910 e 1920, era constituída por mulheres e menores (as cifras giram em torno de 74% a 84%).<sup>386</sup> A concentração maciça da mão de obra feminina e infantil foi um indicativo da forma como se estruturou a base salarial desse setor. De acordo com Maria Izilda Matos, em 1912, a média salarial feminina representou 65% da masculina e a do menor chegou a representar menos da metade da remuneração adulta masculina.<sup>387</sup>

Apesar dos salários pagos às mulheres e aos menores constituírem-se como um dos mais baixos da classe operária, as suas jornadas não condiziam com a desqualificação salarial, ao contrário, tanto as mulheres quanto as crianças cumpriam, dentro das fábricas, a mesma longa e exaustiva jornada de trabalho que seus companheiros, chegando até 14h por dia. Durante as 14 horas trabalhadas, o operário, no geral, tinha um intervalo de 15 minutos para o café e 1 hora para o almoço, conforme atesta Edgar Carone.<sup>388</sup>

Essa jornada árdua imposta àqueles que experimentaram o trabalho fabril, bem como o ritmo com o qual as tarefas eram realizadas, levaram a um

---

<sup>384</sup> ÁVILA, op. cit., p. 34

<sup>385</sup> RODRIGUES, Arakcy Martins. **Operário, operária**: estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 18.

<sup>386</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**. trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras. 1996, p. 69.

<sup>387</sup> Ibid., p. 80.

<sup>388</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 53.

condicionamento do corpo do(a) operário(a) e a uma disciplina de trabalho nas fábricas.

A execução e a repetição de tarefas simples previstas na organização do processo produtivo durante 12 horas diárias, semana após semana, mês após mês, ano após ano, sem interrupção (porque os operários não tinham férias) terminaram por moldar gestos, por automatizar posturas e procedimentos e por internalizar a disciplina a nível fisiológico. Influíram no desenvolvimento de determinados membros (mãos, dedos) ou órgãos (visão) para executar algumas tarefas que requeriam habilidade manual e acuidade ótica, conformando a expressão corporal da maior parte dos operários dentro e fora da fábrica.<sup>389</sup>

O corpo do operário e da operária foi sendo moldado de acordo com as necessidades das funções exercidas no campo do trabalho. A repetição das tarefas rotineiramente realizado dentro das fábricas e oficinas resultou em uma automatização de “posturas e procedimentos”, isto é, influíram no comportamento da/o trabalhadora/or, também, fora do ambiente de trabalho. Assim, os ritmos a que foram submetidos no cotidiano fabril, desencadearam uma docilidade corporal que, nos dizeres de Foucault, pôde ser submetida, utilizada, transformada e aperfeiçoada.<sup>390</sup> Na fábrica, foi construída uma disciplina a fim de adequar o corpo à máquina e ao espaço fabril, visando à domesticação e ao controle do operariado e do tempo despendido à produção. O surgimento das disciplinas foi analisado como

O momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.<sup>391</sup>

Dessa forma, a disciplina imposta no mundo do trabalho fabril pôde ser considerada como um dos mecanismos de exploração ao qual o proletariado estava sujeito uma vez que, por meio desse método de controle do corpo, o industrial realizou seu objetivo de ter funcionários ainda mais produtivos, seguindo, obedientemente, um ritmo de trabalho frenético, tendo em vista que, quanto mais

---

<sup>389</sup> GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, Convento, Disciplina**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 144.

<sup>390</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 134.

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 135.

rápidos eram os seus movimentos, mais mercadorias eram confeccionadas e, conseqüentemente, maiores os lucros. “Formou-se então uma política de coerções que eram um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.”<sup>392</sup> A disciplina no ambiente fabril, característica do sistema taylorista<sup>393</sup>, gerou “exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho.”<sup>394</sup>

Numa inquirição feita no Cotonifício Crespi, em 1917, foi constatado que ali trabalhavam em torno de “setenta menores sem conforto e sob um regime de exagerado rigor, aumentado pelos castigos que a eles são aplicados pelos dirigentes do serviço noturno daquele estabelecimento industrial.”<sup>395</sup> Entende-se por “regime de exagerado rigor”, conforme expresso na denúncia, o movimento acelerado dos corpos desses operários, visando uma produção elevada de mercadorias em um espaço de tempo menor, o que implicou, conseqüentemente, um controle do tempo que os(as) trabalhadores(as) usavam para atender às necessidades próprias do organismo humano, como ir ao banheiro, dormir, etc. Deste jeito, “quando um menino vem a ter muito sono e larga o trabalho indo dormir alguns minutos escondido, acordam-no com um banho de água fria.”<sup>396</sup>

Em relação ao dispositivo disciplinar, verificou-se também que, quando o(a) operário(a) estava há “mais de cinco minutos na latrina, o guarda começava a dar pontapés na porta.”<sup>397</sup> Sendo assim, o controle do tempo foi uma maneira de adequar o corpo às atividades produtivas fabris e ao ritmo exigido pelo sistema. Nesse sentido, o(a) trabalhador(a) que ficava muito tempo no banheiro, na visão do empresário, desperdiçava um momento que, obrigatoriamente, deveria ser gasto na produção, ou seja, o tempo medido e pago, devia ser de boa qualidade e, durante

---

<sup>392</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 135.

<sup>393</sup> Sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, com o qual se pretende alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo.

<sup>394</sup> DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992, p. 19.

<sup>395</sup> KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 105-106.

<sup>396</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>397</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 52

todo o seu transcurso, o corpo devia ficar aplicado a seu exercício.<sup>398</sup> Fica evidente que “os patrões procuraram subtrair aos empregados a mais elevada soma de energia produtiva que puderem e pagar-lhes o mais mesquinho salário.”<sup>399</sup> Deste modo, entendeu-se que

Não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando.<sup>400</sup>

O corpo que foi disciplinado por meio do sistema de trabalho fabril manteve-se, assim, “prisioneiro”, não apenas de uma hierarquia dentro do estabelecimento, mas, principalmente, de um processo de produção cujo maquinário “impôs” uma sequência de gestos a que foi impelido adequar-se. Dessa maneira, o corpo do(a) trabalhador(a) passou a ser controlado não por eles próprios(as), mas, sim, pela máquina com a qual trabalhavam.

A constituição física do operariado foi utilizada de acordo com as funções vistas como as que melhor se adequavam ao seu sexo, isto é, com o biótipo dos homens e mulheres trabalhadoras. Sendo assim,

A concentração da força masculina dava-se em tarefas bem específicas, notadamente nas funções de contramestre (82,24%), no mando, controle e vigilância do trabalho, em serviços que exigiam algum esforço físico, como no enfardamento, na sacaria, (90,51%) e no carregamento (100%). Era, entretanto, particularmente naquelas funções que exigiam maior especialização, maior conhecimento técnico, mecânico, químico, que se encontrava a força de trabalho masculina: na oficina de reparação de máquinas (100%), na serralheria (100%), na tinturaria e alvejaria (70,60%), na carpintaria (100%) e nos serviços elétricos (100%).<sup>401</sup>

Enquanto o corpo do operário foi adequado a funções que demandavam maior força física, conhecimento técnico e liderança, a operária

---

<sup>398</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 142.

<sup>399</sup> COSTA, Ornazi. Verdades que não se dizem. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>400</sup> DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992, p. 19.

<sup>401</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP, 1988, p. 134.

Encontrava-se em atividades [...] que exigiam agilidade manual e atenção: cuidar da máquina, remendar fios que se partiam, atentar para a alimentação do tear ou outra máquina com o algodão, costurar panos para fazer sacos para o enfardamento das peças.<sup>402</sup>

As mulheres, portanto, ocupavam funções que requeriam maior habilidade manual, zelo e responsabilidade. Dessa maneira, o corpo feminino foi-se adequando à disciplina que o seu trabalho exigiu, como destreza e atenção. Igualmente, as costureiras do Rio de Janeiro também tiveram seus corpos domesticados, pois a disciplina exigida no trabalho com a costura de saco implicou o domínio do corpo, “que se refletiu nos gestos, na postura, na escolha da melhor maneira de se fazer, de agir, de operar, de usar e canalizar as energias.”<sup>403</sup> Seus gestos também foram moldados e adaptados às necessidades da função porque o corte e a costura obrigaram a operária a seguir movimentos simples e repetitivos que exigiam atenção e agilidade para a consumação da atividade.

Entretanto, os(as) trabalhadores(as) rebelaram-se diante da domesticação que se pretendia construir dentro da organização industrial, conforme destacado pela historiadora Margareth Rago.

Contra as estratégias de enquadramento do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelos dominantes, a criatividade operária opõe inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes, efetivadas no interior do espaço da produção.<sup>404</sup>

Observaram-se práticas de resistência ao longo da tentativa de disciplinarização dos corpos humanos dentro espaço fabril, a saber, “o roubo de peças, a destruição de equipamentos, a sabotagem, o boicote e as greves.”<sup>405</sup> Identificou-se a greve como principal “arma” contra o sistema de enquadramento implantado nos estabelecimentos industriais; ela foi imposta visando pôr fim a um sistema de desumanização da classe trabalhadora. Nesse sentido, ponderou-se que no ano de 1917, em São Paulo, “alguns movimentos grevistas já haviam se manifestado, ao mesmo tempo em que estavam tratando de constituir associações

<sup>402</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP, 1988, p. 134.

<sup>403</sup> GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2. ed. Brasília: UNB, 2002, p. 186.

<sup>404</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 44.

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 44.

de resistência e de acentuada luta social”<sup>406</sup> contra as condições deploráveis em que se encontravam.

Apesar do sistema disciplinar implantado nos estabelecimentos industriais, a classe trabalhadora construiu, igualmente, mecanismos de resistência para driblar e/ou acabar com a domesticação dos seus corpos e com a exploração e desumanidade inerente ao sistema capitalista.

Os modos de organização do trabalho, assim como os donos dos estabelecimentos fabris - por meio de seus “representantes” dentro das fábricas e/ou oficinas -, sujeitaram a constituição física do proletariado às necessidades da linha de produção e, nesse sistema, não coube ao operário(a) o controle de seu próprio corpo, pois esteve submetido às exigências de um método que o despersonificava, isto é, que o privava de sua individualidade. Assim, em decorrência da “atenuação” das características individuais e da condição de miserabilidade experimentada pelo proletariado, houve uma mobilização da classe operária em direção a uma organização que fizesse frente à situação à qual estava exposta. Nesse sentido, verificou-se que

[...] Prossegue e é de esperar que no mais breve tempo possível, o proletariado de S. Paulo possa dispor de uma potente organização de luta para fazer frente com vantagem aos miseráveis que, pavoneando-se estupidamente com títulos e comendas comprados a peso de ouro, vão acumulando fortunas colossais à custa de indefesas crianças, de pobres mulheres, da velhice alquebrada e de uma multidão de homens que a miséria contínua do seu triste viver amorteceu a noção da dignidade e da altivez [...].<sup>407</sup>

A sistematização do trabalho e a disciplinarização decorrente dela tinha como finalidade a domesticação dos corpos da classe trabalhadora, adaptando-a ao modelo disciplinar imposto nas fábricas, fragilizando, desse modo, a hombridade da classe operária e a sua consciência de valor. Entretanto, a greve geral declarada pelas(os) trabalhadoras(es) em prol da dignidade humana demonstrou manifestações de resistência às imposições de um modelo disciplinar. Dessa forma,

---

<sup>406</sup> AÇÃO obreira. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>407</sup> O OPERÁRIO de São Paulo parece despertar para a luta. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

[...] premidos pelas condições intoleráveis a que o sujeita a exploração capitalista, agora levada ao paroxismo, vai pouco a pouco, dando demonstrações de sua grande inquietação, que se manifesta, aqui, em queixas pronunciadas medrosamente, em surdina, ali em reclamações cautelosas e além em movimentos grevistas mais ou menos irrequietos e já inspirados por princípios de dignidade social.<sup>408</sup>

Supôs-se que o periódico julgou ser “princípios de dignidade social” a luta da classe operária por melhores salários, condições de moradia, redução de jornada, entre outros, todas essenciais à construção de uma existência mais humana e mais prazerosa.

Dentre os trabalhadores, conjectura-se que os do sexo feminino eram o mais prejudicado pelo descaso com a classe em razão da própria forma pela qual foram inseridas no sistema fabril: como “exército industrial de reserva”,<sup>409</sup> portanto, mal remuneradas, marginalizadas no mundo do trabalho e subjugadas no que concernia à sua combatividade em prol de uma vida mais digna.

Contudo, conforme apontando ao longo dessa dissertação, o sexo, outrora subestimado em virtude de uma construção social e cultural de inferioridade, foi presença constante nos movimentos de reivindicação por melhores situações de trabalho, assim como de resistência contra um sistema que as oprimia, demonstrando a sua vivacidade e militância nas greves que continuaram a surgir ao longo do ano de 1917 em São Paulo.

Os movimentos grevistas despontados em 1917 surgiram como ação de luta direta contra a indignidade em que vivia o proletariado. Após a greve ter deslanchado no Cotonifício Crespi, foram observadas práticas de toda a classe a favor da luta dessas(es) trabalhadoras(es) como, por exemplo, o comício realizado no Largo S. José, promovido pela liga operária do Belenzinho, em que esses(as) operários(as) demonstraram apoio ao grupo de grevistas que se impôs contra as explorações e a ganância do empresário Rodolpho Crespi. Nesse comício, subiram “à improvisada tribuna cinco companheiros e uma companheira que, com

---

<sup>408</sup> NÃO TARDARÁ a vindicta da plebe. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 1.

<sup>409</sup> Cf. PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

desassombro declararam o infame proceder do ganancioso argentário em questão e toda a corja burguesa.”<sup>410</sup>

O sexo feminino marcou presença na luta social contra a situação de miséria e de desumanidade vivenciada no ramo industrial. Assim sendo, as mulheres trabalhadoras foram, também, protagonistas de suas próprias lutas contra os sofrimentos infligidos a elas no cotidiano do trabalho, conforme verificou-se na greve de costureiras de São Paulo, onde uma delas discursou acerca dos problemas enfrentados nas fábricas.

[...] pensai, companheiras, no vosso futuro de mãe, e que, se continuarmos a consentir que nos depauperem, nos tirem o sangue deste modo, depois, tendo perdido a nossa energia física, a maternidade será para nós um martírio e nossos filhos serão pálidos e doentes.<sup>411</sup>

A sistematização do trabalho fabril foi responsável, também, pelo adoecimento dos corpos das suas funcionárias, cuja disciplinarização corriqueira, pautada na adaptabilidade do corpo à máquina e/ou ao ritmo frenético do trabalho, bem como às jornadas exaustivas, pôs em risco não apenas a sua saúde física, mas sobretudo, a sua função maternal.

Assim como as costureiras de São Paulo, as costureiras de saco do Rio de Janeiro, em 1917, também protagonizaram uma luta particular, no caso delas, contra a má remuneração à qual estavam submetidas. O valor irrisório pago pelos sacos costurados pode ser percebido como a causa do sofrimento e pauperização do corpo dessas operárias, pois, sendo obrigadas a levar os sacos das oficinas para as suas casas, “obrigavam-se” a suportar uma jornada superior à capacidade do organismo humano. De acordo com uma das costureiras, muitas delas trabalhavam até “às cinco da manhã, quando começavam a amarrar os sacos prontos para conduzi-los à cabeça as casas dos patrões, que se abriam às sete horas”<sup>412</sup> e

---

<sup>410</sup> CONTRA a escravidão industrial. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 4, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>411</sup> FABRI, Tecla; CARI, Teresa; LOPES, Maria. Movimento feminino e greve: às jovens costureiras de S. Paulo (1906). apud. CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 471.

<sup>412</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917.

viravam noites inteiras driblando o sono e o cansaço físico para conseguirem confeccionar sacos suficientes a uma remuneração mais digna.

Dessa forma, conjectura-se que a exaustão decorrente do trabalho com a costura e a baixa remuneração foram responsáveis pela aflição em que viviam essas mulheres, pois, como divulgado pelo periódico *Gazeta de Notícias* a respeito de uma das operárias entrevistadas, ela “parecia desolada sem esperanças de ver realizadas as suas ambições, que eram as mesmas de suas colegas.”<sup>413</sup> Expôs-se, assim, que a condição de exploração vivenciada por essas trabalhadoras pode ser apontada como causa dos problemas físicos e mentais enfrentados por elas.

Nessa lógica, as condições materiais, econômicas, bem como a organização do trabalho eram as principais causas do sofrimento das(os) trabalhadoras(es). Esses três elementos formaram o arcabouço propulsor dos movimentos de resistência, uma vez que, sem uma organização, o(a) operário(a)

[...] se obscurece e os seus sofrimentos, cada vez mais agravados (sic), acabam por embrutece-lo totalmente tornando-o incapaz até de compreender porque vive e muito menos discernir os direitos que lhes assistem como classe fatora de toda a riqueza social.<sup>414</sup>

A constituição de movimentos sociais que visavam às melhorias na vida do proletariado foi fundamental para impulsionar esses(as) trabalhadores(as) à luta contra o sistema de exploração. Logo, a formação de uma consciência coletiva em que havia uma identidade de classe foi de suma importância para o fortalecimento da luta proletária, porém, foi necessário, também, preservar a individualidade de cada trabalhador(a) para que não corresse o risco de “se perder”, logo, o autoconhecimento foi primordial na luta contra um sistema que aprisionou os corpos e também a mente. Assim sendo, o

---

<sup>413</sup> AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917.

<sup>414</sup> OS TRABALHADORES continuam em atividade. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 13, 8 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

[...] choque entre um indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de uma injunção despersonalizante, emergem uma vivência e um sofrimento que podemos tentar esclarecer.<sup>415</sup>

A longa jornada nas fábricas, característica do modo de organização fabril, impediu a classe trabalhadora de um cotidiano mais prazeroso, dedicado ao lazer, à família e aos amigos. Essa privação ocorreu, também, devido a outros fatores, tais como a disciplinarização dos corpos e a baixa remuneração desses(as) trabalhador(as). Nesse contexto, a classe operária, carecendo de um tempo hábil, bem como de uma pecúnia para custear seus momentos raros de descanso, acabou sofrendo ao perceber que não podia usufruir um tempo devotado a si mesmo, um momento que não carecesse de normas ou alguém indicando-lhe o que fazer, logo, a dor adveio também da compreensão de que “moralmente a sua personalidade está por terra e a sua grandeza é a de verdadeiros pigmeus.”<sup>416</sup>

No que diz respeito ao caso específico das mulheres trabalhadoras, a falta de acesso a recursos materiais, econômicos e a momentos de descanso era um fato ainda mais problemático, pois, ao libertarem-se do presídio fabril, muitas dessas operárias acabavam entrando em um outro tipo de “prisão”, isto é, o lar, cuja disciplina era quase tão difícil quanto das indústrias. A organização da vida doméstica requereu uma rotina em que a dona de casa tivesse tempo suficiente para lidar com os afazeres domésticos, proporcionando o conforto e a sobrevivência dos integrantes familiares. Desse jeito, o fardo da mulher trabalhadora foi superior ao do operário, que conheceu apenas um tipo de confinamento. Com isso, indica-se que o sofrimento físico e psíquico afetou as mulheres de maneira mais profunda, uma vez que elas tinham de lidar com a rotina fabril e a do lar, não restando tempo suficiente em que pudessem dedicar-se ao cuidado de si e ao autoconhecimento.

Logo, o *modus operandi* provocou sofrimento físico e psíquico ao proletariado como um todo. Seguindo essa linha de raciocínio, “quanto mais a divisão do trabalho foi acentuada, menor era o conteúdo significativo do trabalho e menores eram as

---

<sup>415</sup> Cf. DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992, p. 43.

<sup>416</sup> PRIMITIVO Soares. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 4.

possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumentou.”<sup>417</sup>

Para além disso, suspeitou-se que a causa do sofrimento estivesse ligada, também, ao estranhamento que a classe operária experimentava em relação ao produto do seu trabalho, já que o(a) trabalhador(a), costumeiramente, não tinha acesso aos bens que ele mesmo produzia por causa do alto custo da mercadoria e porque “os patrões procuraram subtrair aos empregados a mais elevada soma de energia produtiva, e pagar-lhes o mais mesquinho salário.”<sup>418</sup>

Nesse contexto, aponta-se que “as habitações, os alimentos, as vestes, tudo o que existia e que era necessário à humanidade, foi e era criado pelo braço do homem. Sem o trabalho nada existiria.”<sup>419</sup> Porém, não foram apenas os gêneros necessários à sobrevivência humana que a classe trabalhadora produziu, uma vez que, o sistema capitalista, imperando em várias partes do mundo, elaborou diversas mercadorias cuja finalidade única era conferir lucros aos grandes donos dos meios de produção, isto é, o empresariado. Nessa perspectiva, “o capital açambarcou o que o proletariado produziu, afim de que vá uma parte apodrecer nos celeiros comerciais, enquanto a outra quintuplicava de preço”<sup>420</sup>, enchendo o bolso dos empresários à custa do “trabalho insano”<sup>421</sup> da classe operária.

O(a) operário(a), que mal podia pagar pelos gêneros de primeira necessidade, tinha de enfrentar uma rotina exaustiva na fábrica forjando mercadorias que serviam a propósitos especulativos de seus patrões e chegavam a um preço final tão alto quanto estranho à realidade de quem as produzia. Nesse sentido,

---

<sup>417</sup> DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992, p. 52.

<sup>418</sup> COSTA, Ornazi. Verdades que não se dizem. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>419</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>420</sup> HORA propícia. **A Plebe**. São Paulo. ano 1, n. 2, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leueronh, p. 3.

<sup>421</sup> AÇÃO obreira. **A Plebe**. São Paulo. ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

A exteriorização (Entäußerung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna objeto, uma existência externa (äußern), mas sim que existe fora dele (ausser ihm), independente e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma frente a ele, [significa] que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.<sup>422</sup>

A classe trabalhadora exercia suas funções cotidianamente dentro das fábricas e/ou oficinas produzindo mercadorias que confeririam lucros aos donos dos meios de produção, mas que, de modo simultâneo, se tornariam estranhas a ela. Em relação à alienação do trabalho, Marx afirma

[...] que o trabalho é externo (äußertech) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua Physes e arruína o seu espírito.<sup>423</sup>

Portanto, destaca-se que o sofrimento do(a) trabalhador(a) esteve relacionado tanto a fatores físicos - uma vez que sofriam com as jornadas exaustivas dentro do ambiente fabril e com a disciplina que decorria da organização do trabalho - quanto à afetação mental a que esteve sujeito em decorrência das condições de miserabilidade cotidianamente vivenciada pela classe. Posto isso, evidenciou-se que o sofrimento se originou, também, da percepção de uma atividade cujo produto era estranho ao seu ser, configurando-se, desse jeito, em um trabalho estranhado.

### 3.4. Condições de trabalho - como era a fábrica

A exigência de uma disciplina que adequasse o corpo do operário e da operária às atividades na fábrica, tal como a longas jornadas, também foi imperativo

---

<sup>422</sup> MARX, Karl. Okonomish-philosophische Manuskripte, p. 365. apud RANIERE, Jesus José. **Alienação e Estranhamento em Marx:** dos manuscritos econômico-filosófico de 1844 à ideologia alemã. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Campinas, Campinas, 2000, p. 86. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1350095>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>423</sup> MARX, Karl. Okonomish-philosophische Manuskripte, p. 365. apud RANIERE, Jesus José. **Alienação e Estranhamento em Marx:** dos manuscritos econômico-filosófico de 1844 à ideologia alemã. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Campinas, Campinas, 2000, p. 87. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1350095>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

na forma como a classe operária experimentou os espaços físicos do ambiente de trabalho. “Eles acabavam por ter de adaptar-se ao local de trabalho, suportando altas temperaturas, ruídos excessivos, calculando riscos no manejo das máquinas, aspirando poeiras prejudiciais.”<sup>424</sup>

A fábrica, comumente, tinha um espaço diminuto e com pouca ou nenhuma janela, o que tornava o ambiente anti-higiênico, pois obrigava os trabalhadores(as) a partilharem do mesmo ar. Além disso, era pouco iluminada, razão pela qual o operariado que trabalhava nesses espaços ficava suscetível a uma perda considerável da visão. É importante frisar que, dentre as fábricas nas quais trabalhava o operariado, a têxtil é a que mais frequentemente foi analisada nesse estudo, tendo em vista a porcentagem de mulheres que ocupavam seus postos de ofício. Deste modo, destaca-se que

A poeira da fiação, o calor úmido da engomagem, da tinturaria e estamperia, os gases exalados pelas substâncias corantes e de branqueamento, o barulho incessante dos teares eram elementos que melhor caracterizavam o ambiente de uma fábrica têxtil.<sup>425</sup>

As mulheres e as crianças eram a parcela do operariado mais afetada pelo ambiente nocivo que a indústria têxtil oferecia, visto que elas representavam mais de 50% do proletariado que trabalhava nessas fábricas e oficinas. Deste modo, é

No interior das fábricas, pela boca chamejante das fornalhas, pela mortalha letífera dos gases venenosos, pelo ranger frio das engrenagens, que despedaçam os ossos e que dilaceram os músculos pela ronda sinistra das enfermidades mortais, que devastam o seu organismo e arrebatam do seio de seus lares a esposa e os filhos.<sup>426</sup>

Situa-se que a fábrica, sendo um local quente e tóxico, propiciava uma série de enfermidades e debilidades entre a classe trabalhadora e, particularmente, entre mulheres e crianças, pois trabalhavam diretamente com a fiação e a tecelagem. Os fios e a poeira advindos dos tecidos eram inalados por elas, o que provocava

---

<sup>424</sup> MATOS, Maria Izilda. **Trama e Poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo-1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p.86.

<sup>425</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na Indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP. 1988, p. 124.

<sup>426</sup> O OPERÁRIO. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 2, 28 jun. 1917, p. 2.

indisposição, falta de ar e diversas moléstias. Nesse sentido, a combinação de elementos tais como, “poeira, barulho, gases tóxicos, altas temperaturas e umidade conformavam o terreno propício à tuberculose, às dermatites, às dispneias, às cefaleias, à pneumonia, às anemias que atacavam o operariado têxtil.”<sup>427</sup>

As doenças que acometiam os/as trabalhadores/as em decorrência da falta de higiene nos espaços, bem como da própria estrutura das fábricas e oficinas – construídas sem levar em conta as necessidades do organismo humano para manter-se saudável – motivaram a imprensa operária a denunciar os prejuízos de se ter mulheres e crianças “presas” ao ambiente fabril.

Devemos limitar o trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas, só o permitido em certas e determinadas circunstâncias, para evitar que mães de família sacrifiquem a prole e que organismos em formação se atrofiem respirando ar atrofiado e executando tarefas superiores às suas forças.<sup>428</sup>

Limitar o trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas era uma maneira de, primeiro, preservar a maternidade, porque, assim, elas disporiam de tempo para dedicar-se aos filhos; segundo, de preservar a infância, porque isso impediria que “organismos em formação se atrofiassem”. Nesse contexto, é relevante apontar a preocupação da sociedade em geral e, particularmente, do operariado em zelar pela posição de “mulher-mãe”, tendo em vista o papel atribuído à mulher na sociedade de então.

Os edifícios dos estabelecimentos fabris geralmente acanhados, mal construídos, sem ventilação razoável, escuros, abrigando número considerável de operários trazem à baila o ar confinado e poluído pelas trocas respiratórias, a luz.<sup>429</sup>

Além dos problemas citados, tais como, a ausência de iluminação (fator que , conjecturasse, prejudicou a acuidade ótica do/ao trabalhador/a) e de ventilação, obrigando o proletariado a compartilhar o mesmo “ar confinado e poluído”, os/as operários/as fabris estavam sujeitos a acidentes, no geral graves, como, por exemplo, ser apanhado por uma máquina, ocasionando a perda de um de seus

---

<sup>427</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na Indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP. 1988, p. 129.

<sup>428</sup> KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 56.

<sup>429</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 116.

membros ou até mesmo a morte. Não era raro que acidentes desse tipo ocorressem. Conforme indica o *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, de 1913,

Um operário que passando com um saco às costas ao pé de certa máquina, foi apanhado por uma peça da mesma que lhe fraturou o crânio, determinando-lhe a morte. Esse operário tinha 13 anos. Executava um serviço que talvez pudesse parecer leve: conduzia um saco cheio de carretéis.<sup>430</sup>

O espaço fabril, inapropriadamente construído para abrigar trabalhadores e máquinas, foi responsável por tornar os acidentes de trabalho algo comum entre os operários, fossem homens ou mulheres, adultos(as) ou menores. Assim sendo, verificou-se que nas maçarqueiras, por exemplo, “era frequente rasgarem os operários as suas vestes. Em certa ocasião um deles teve a cabeleira arrancada, fato este sucedido antes de serem as engrenagens protegidas.”<sup>431</sup>

Portanto, em razão dos prejuízos à saúde do proletariado, a questão da segurança e da higiene nos espaços fabris configurou-se em uma das reivindicações da classe operária na greve de 1917, conforme verificado na orientação da *Federação Operária de São Paulo*, no item J, no qual se lê:

J) [...] que os lugares de trabalho ofereçam todas as necessárias condições de segurança, de higiene e comodidade para evitar os acidentes e as moléstias hoje tão habituais e que determinam o agravamento da penúria operária.<sup>432</sup>

Entende-se que as greves que despontaram em São Paulo em 1917 e as reivindicações advindas delas aceleraram a criação de leis objetivando melhorias no funcionamento fabril. Passados dois anos da greve geral, foi criado, no *Departamento Estadual do Trabalho*, a Lei Federal nº 3.724/1919 em que, na alínea a do artigo 1º, estabeleceu-se o que era considerado acidente de trabalho<sup>433</sup>,

<sup>430</sup> BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, n. 6, p. 139, 1. trimestre de 1913. apud RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP. 1988, p. 118-119.

<sup>431</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 86.

<sup>432</sup> BASES de acordo da Federação Operária de São Paulo. **A Plebe**. São Paulo. ano 1, n. 10, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

<sup>433</sup> É considerado acidente de trabalho “o produzido por uma causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituem a causa única da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária da

ampliando e integrando, depois, na alínea *b* do mesmo artigo, a doença profissional ao acidente de trabalho<sup>434</sup>, a saber:

[...] o envenenamento pelo chumbo, mercúrio, cobre, fósforo, arsênico e seus derivados, a pneumoconiose, a tabacose pulmonar, a oftalmia amonical, o sulfocarbonismo e o hidrocarbúrico.<sup>435</sup>

Isto posto, pondera-se que a situação precária em que viviam os homens e as mulheres trabalhadoras das fábricas e oficinas ia muito além da exploração salarial e da jornada longa; a relação com o mundo do trabalho fabril acarretava consequências mais danosas à classe operária como, a perda da boa disposição física, isto é, da saúde, bem como, em alguns casos, da capacidade total ou parcial para o trabalho.

---

capacidade para o trabalho”.

<sup>434</sup> Cf. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Higiene e Segurança do Trabalho em São Paulo na Primeiras Décadas republicanas: em torno da definição de acidente de trabalho. **Revista de História**. São Paulo. n. 127-128, p. 163-179, ago.-dez. 1992 a jan.-jul. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18696/20759>>. Acesso em 23 jan. 2018.

<sup>435</sup> MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Higiene e Segurança do Trabalho em São Paulo na Primeiras Décadas republicanas: em torno da definição de acidente de trabalho. **Revista de História**. São Paulo. n. 127-128, p. 167, ago.-dez. 1992 a jan.-jul. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18696/20759>>. Acesso em 23 jan. 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se revelar o protagonismo feminino nas greves de 1917, tanto na grande São Paulo quanto no interior e em outros estados, como foi o caso da greve que aflorou no Rio de Janeiro. Para isso, partiu-se das informações contidas em jornais operários, tais como *A Plebe*, *O Debate*, *O Graphico*, complementadas pelo que noticiava a imprensa hegemônica, por meio do periódico *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

Embora as reflexões sobre tais greves, calcadas nessas fontes documentais, sejam um tema relativamente recorrente no campo da História e das Ciências Sociais, a presente investigação centrou-se na perspectiva de dar visibilidade à participação das mulheres, refletindo sobre seu protagonismo e o espaço que ocuparam naquela luta. A partir daí, revelou-se sua atuação naqueles mundos do trabalho, ou seja, aquele que era reconhecido enquanto tal, porque remunerado, e aquele cujas agruras só elas sentiam, isto é, o da organização da vida doméstica.

A localização dessas mulheres nas fontes disponíveis foi-se revelando no entremear da linguagem dos periódicos analisados. A referência corrente à época não diferenciava o feminino do masculino e a utilização do termo “operário” para se referir a ambos tornou invisível a presença dessas mulheres até um certo momento. Mas, em uma dada conjuntura, observou-se que os jornais passaram a utilizar-se da palavra operário no feminino, o que denota a importância das operárias nessas resistências contra a opressão e, a partir daí, destacaram-se também as particularidades de suas lutas e de suas demandas. Embora essas greves indiquem uma vivência e uma luta comuns a todo aquele mundo operário, a presença das mulheres nas fábricas e as suas condições específicas no cotidiano da vida fizeram-nas não apenas protagonistas, mas, em muitos casos, líderes. Revelar tanto quanto possível desse protagonismo não foi tarefa fácil, apesar do respaldo historiográfico com que se pôde contar. Ocorre que a documentação, ainda que em parte digitalizada e/ou microfilmada, contém partes ilegíveis, sobretudo o periódico *Gazeta de Notícias*. Este, além de ter-se constituído na única fonte para análise da greve das costureiras do Rio, está em péssimo estado para consulta na versão digital.

Dessa forma, dentre as greves analisadas, a que maior demandou empenho, zelo e até acuidade foi a das costureiras de saco. Ademais, a escassez de bibliografias sobre essa manifestação foi outro fator de complexidade para atingir os objetivos desejados. Por outro lado, o encontro fortuito com esse material foi motivo de grande paixão e entusiasmo, pois possibilitou analisar uma greve apenas de mulheres, muitas ainda jovens, em luta contra as falcatruas do patronato e pela valorização do seu trabalho. O objetivo dessa dissertação foi, dessa maneira, contribuir para desvendar o caminho percorrido por essas trabalhadoras rumo à valorização plena da sua participação no mundo do trabalho, como também na construção de uma identidade de gênero e da classe operária.

A emancipação e a visibilidade das mulheres em todas as esferas tornaram-se uma questão urgente para o movimento feminista, assim, a presente dissertação pretende contribuir para esse tipo de abordagem, focada nas questões de gênero. A análise foi centrada em revelar os desafios enfrentados por essas operárias ao ocupar o espaço público, do trabalho, ao atuar na luta pelo reconhecimento das atividades nos lares, etc. Nesse sentido, foi necessário demonstrar os percalços e os preconceitos contra os quais tiveram que lidar: a desvalorização salarial; a sua invisibilidade enquanto força de trabalho; as desconfianças em relação à sua presença nas fábricas e nas oficinas; os preceitos morais e sexuais; a suposta incapacidade organizacional da operária no tocante às manifestações reivindicatórias e os descasos e/ou subvalorização das funções domésticas.

Sendo assim, foi basilar explorar as suas vivências, suas batalhas cotidianas, isto é, a sua caminhada até protagonizarem, naquelas greves, a luta pelo reconhecimento de pautas específicas decorrentes de suas experiências no espaço fabril, que demandavam a abolição do trabalho noturno e, posteriormente, um projeto de lei visando à criação de creches em estabelecimentos fabris com mais de dez operárias.

Analisar a atuação dessas mulheres nas greves, no espaço fabril, e, principalmente, no espaço doméstico, foi possível também graças aos aportes da produção historiográfica de autores(as) vinculado(a)s a movimentos feministas. Encontraram-se, na bibliografia mais contemporânea sobre gênero, greve e trabalho,

colocações que auxiliaram esta dissertação a romper com estudos calcados na ação masculina. O advento desses movimentos e as investigações constantes de militantes e/ou acadêmicas têm dado muito mais visibilidade ao papel feminino na vida cotidiana, seja no trabalho, seja no mundo privado e no público, revelando sua cultura e sua identidade. Anteriormente, as pesquisas acerca desse tema e na particularidade aqui analisada, a denominada greve geral de 1917 (daí aparecer no singular), ficaram presas às demandas atinentes às atividades do universo fabril e capitalista, ou seja, distante de um exame pormenorizado das experiências das mulheres fora desse espaço.

Assim, tanto os jornais da época, usados enquanto fontes documentais, quanto os estudos bibliográficos ajudaram a estruturar e compor essa dissertação que procurou aprofundar as trilhas abertas que revelam novas evidências e que, talvez, preencham lacunas deixadas pelos clássicos analistas do tema. Expressão disso são as categorias ainda pouco exploradas como a domesticidade e a tripla jornada de trabalho. A primeira, conceituada “como experiência de intimidade que se diversifica em função do posicionamento social das pessoas”<sup>436</sup>.

Essas operárias, mulheres pobres, vivenciavam na intimidade do lar mais uma carga de responsabilidade organizando a vida doméstica, o que incluía, também, a sua influência sobre os integrantes da família. Logo, ela exercia a função de operária, mãe, esposa, cuidadora e principal agente do lar, trabalhando para tornar possível a sobrevivência física e emocional dos “seus” no seio familiar. Levando-se em conta a sua rotina distribuída entre os afazeres domésticos, os cuidados com a prole, o trabalho nas fábricas, e, no caso das costureiras do Rio, também a produção dos sacos dentro de casa, é espantoso como elas ainda se organizaram para uma atuação política, evidenciando sua capacidade de administrar um tempo tão escasso.

Com toda essa limitação, conjectura-se sobre o local onde debatiam suas questões; provavelmente acontecia no próprio espaço do trabalho, sob os olhares

---

<sup>436</sup> PISCITELLI, Adriana. Carinho, limpeza e cuidado: experiências de migrantes brasileiras. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 49.

vigilantes dos seus “superiores” (maridos e patrões). Essas reuniões demonstram mais uma forma de resistência dessas mulheres, driblando a longa jornada, os preceitos machistas e a disciplina do trabalho que visava domesticar a classe operária. Nem mesmo as dificuldades financeiras, o cenário social deplorável e a ameaça de desemprego assustaram essas combativas operárias que preferiram lutar para que sua mão de obra fosse reconhecida e valorizada, de que é um exemplo o enfrentamento das costureiras de saco ante a ameaça de sua substituição por mão de obra masculina. A paralisação das tecelãs do Cotonifício Crespi expandiu-se como um ato em solidariedade, primeiro, por toda a indústria dos Crespis, depois, para a fábrica dos Nami Jafet e para outros segmentos dessas e de outras fábricas.

Naquele mês de julho de 1917, na greve que, só em São Paulo, mobilizou mais de 70 mil trabalhadores e que tomou conta da cidade por quase trinta dias, obrigando o governo municipal a abandonar a cidade, despontaram as operárias ao integrar e, por vezes, dirigir as ligas, como a do Belenzinho e da Mooca. Exemplos delas foram Antonia Soares e Maria Angelina Soares, essa última também membro do *Centro Feminino Jovens Idealistas*, além da militante anarquista e jornalista Isabel Cerruti, fervorosa defensora do movimento paredista e das questões de gênero, assim como Maria Lacerda de Moura. Contudo, examinamos as suas atuações de maneira muito breve, uma vez que esmiuçar os seus protagonismos demandaria mais tempo do que o permitido para uma dissertação. Para tanto, seria necessária outra pesquisa, sendo assim, deixa-se aqui os nomes dessas mulheres suscetíveis de serem investigadas de maneira mais profunda.

As questões de classe acompanham as de gênero e, nesse sentido, Maria Lacerda de Moura, que é considerada uma grande expoente da emancipação feminina naquele século, requer outros estudos, ainda que haja pesquisas sobre ela e até uma excelente biografia escrita por Miriam Lifchitz M. de Leite (1984). Nesse diapasão, deixa-se, também, a sugestão de uma investigação acerca das costureiras de saco, pois, conforme exposto, não se conhece outro estudo sobre essas operárias e a sua greve. Tornou-se necessário “garimpar” pesquisas sobre trabalho em domicílio, que auxiliaram nas reflexões sobre a rotina dessas costureiras, tendo sido essencial para a escrita do terceiro capítulo o artigo “O

trabalho e a trabalhadora fabril a domicilio” (1983), organizado pelas sociólogas Amélia Rosa Sá Barreto Teixeira, Ana Clara Torres Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias.

Procurou-se ponderar a respeito da rotina dessas operárias e, sobretudo, a respeito das tarefas domésticas, reconhecendo-as como *trabalho*, isto é, atividades essenciais para a conservação da capacidade reprodutiva e produtiva da humanidade. Nesse contexto, a preparação dos alimentos, a lavagem da roupa, enfim, os afazeres domésticos, garantem a sobrevivência da espécie humana e também permitem que esse ser humano bem cuidado e alimentado possa vender a sua força de trabalho no mercado capitalista. Ou seja, para além das contribuições por meio das funções remuneradas que as mulheres exerciam, essa ocupação por si só requer valorização e remuneração.

**FONTES**

*A Plebe*, jornal operário e anarquista – São Paulo 1917

*O Debate*, jornal operário – Rio de Janeiro 1917

*O Gráfico*, jornal operário – Rio de Janeiro 1917

*Gazeta de Notícias*, grande imprensa – Rio de Janeiro 1917

## BIBLIOGRAFIA

A ADESÃO de muitas outras cidades. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

A AGITAÇÃO proletária estende-se: em prol dos grevistas. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

A EXPROPRIAÇÃO. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

A GREVE da Comp. Textil terminou com a vitória dos operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

A VITÓRIA. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AÇÃO obreira. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, 9 jun.1917. Acervo Edgard Leuenroth.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANÚNCIO da Escola Moderna. **A Plebe**, ano 1, n. 2, p. 4, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth. 1 fotografia p&b.

AO POVO Amigo. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

AS COSTUREIRAS de saco conseguem um aumento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 197, 17 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

AS COSTUREIRAS de saco mantêm-se em parede. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 198, 18 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

AS GREVES de Tecelões. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

AS LIGAS Operárias. **A Plebe**, ano 1, n. 12, p. 3, 1 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

AS REIVINDICAÇÕES da canalha. **A Plebe**, São Paulo, ano 2, n. 17, p. 2, 14 jun. 1919. Acervo Edgard Leuenroth.

ATIVIDADES das ligas operárias. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2018.

BARBIERE, Teresita de. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. **Debates em Sociología**. Peru. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), n. 18, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680/6784>>. Acesso em: 9 maio 2018.

BASANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras**. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: UNESP, 2016.

BASES de acordo da Federação Operária de São Paulo. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, p. 3, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BILHAO, Isabel Aparecida. Mulheres trabalhadoras: relações entre as identidades de gênero e a operária no final do século XIX e início do século XX (estudo centrado na cidade de Porto Alegre). In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. ANPUH/SP- USP. São Paulo, 08 a 12 set. 2008, p. 5. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/.../Isabel%20Aparecida%20Bilhao.pd..>> Acesso em: 29 maio 18.

BIONDI, Luigi. A greve de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: Novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v.15, n. 27, 2009, p. 288. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2577>>. Acesso em: 25 novem. 17.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana**: a greve geral de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.13. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbs/wp-content/uploads/sites/3/.../Revolta-Urbana-web.pdf>> Acesso em 10 jul. 2018

BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, n. 6, p. 139, 1. trimestre de 1913. apud RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP. 1988.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A Fome no Brasil: O que se diz, o que se faz, o que se fazer**. In: BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/147/09.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BONOMO, Alex Buzeli. **Os anarquistas e os sindicatos no Brasil**: uma discussão historiográfica. São Paulo: Francisco Assano, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 8. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1577826>>. Acesso em 15 set. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 31.

CALDEIRA, Teresa Pores do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, Edusp, 2000.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1920. São Paulo, Campinas, 1983

CAROLE, Pateman. **O contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Disponível em: <[https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/3363/mod\\_resource/content/1/PATEMAN\\_contrato\\_sexual.PDF](https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/3363/mod_resource/content/1/PATEMAN_contrato_sexual.PDF)>. Acesso em: 18 abr. 18.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Relato sobre as greves de 1917. **Guia Portal Sorocabano** Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/wiki>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CERRUTI, Izabel. A proposito da atitude do grande órgão. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 2, 4 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

CERRUTI, Izabel; CERRUTI, Americo. Solidariedade por intermédio “d’A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: Forma de regressividade no capitalismo hípertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COELHO, Claudio Novaes Pinto Coelho. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. Jundiá: In Hause, 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/TEORIA-CRITICA-E-SOCIEDADE-DO-ESPETACULO-pdf-para-site.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.

COMÍCIO de domingo. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

CONTRA a escravidão industrial. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher: In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS corpo: Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2014, p. 8. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2018.

COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 2010

COSTA, Ornazi. Verdades que não se dizem. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de Trabalhadores na República (1884-1940)**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DECOURT, André. **Foi um Rio que passou**: Rua do Acre, obras de abertura. 13 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2006/12/13/rua-do-acre-obras-de-abertura/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**. Dicionário ilustrado. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada e Do Estado**. 3. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 254.

\_\_\_\_\_. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FENANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Eurico. A mulher do operário. **O Graphico**, Rio de Janeiro, p. 3-5, 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 134.

FREZONE, Olga Regina. **Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p.15.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, Convento, Disciplina**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 144.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 644.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GONÇALVES, Aracely Mehl; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. **Educação nas folhas libertárias do jornal A Plebe (1917-1919)**. UEPG, Publicatio UEPG, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, p. 362-368, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/download/2862/2147>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

GONÇALVES, Aracely Mehl. **FRANCISCO FERRER y GUARDIA: educação e a imprensa anarco-sindicalista – “A PLEBE”**. (1917-1919) Dissertação (Pós-Graduação em Educação) UEPG. 2007.

GUERRA às organizações operárias, **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 15, p. 2, 30 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4.

HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: Origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HORA propícia. **A Plebe**. São Paulo. ano 1, n. 2, p. 3, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leueronth.

IGUALDADE e Fraternidade. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 9 de jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth, 1 ilustração p&b.

IMPORTANTE passeata. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981.

LEITE, Gerlolano. Amor Livre. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 18, p. 3, 21 out. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura: Imagem e reflexo. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983.

LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

LIGA Operária da Mooca: Inaugura-se a sua sede com uma entusiástica sessão de propaganda. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da revolta**: greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 5.

LUZ, Fabio. Feminismo. Para a maternidade: para o casamento, não, nem para a política. **O Debate**. Rio de Janeiro, 29 jul. de 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

MALATESTA, Errico. Os anarquistas e o sentimento da moral. Genebra, 1904. apud. ARAÚJO, Fernando A. S., 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1904/11/05.htm>>. Acesso em: 15 nov.2017.

MANIFESTO aos soldados **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, 21 de jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth. 1 fotografia p&b.

MANIFESTO do Centro Feminino Jovens Idealistas. **A Plebe**, ano 1, n. 14, p. 2, 22 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. Belo Horizonte, 2003, p.3. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_conhecercidadeilegal.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Metrópole Na Periferia Do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo, 1995. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>> Acesso em: 1 maio 2017.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, set.-dez. 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0667.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0667.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MENDES, Mauricio Matos. **A experiência anarquista no Brasil: reflexos das greves de 1917 na Câmara dos Deputados**. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/281>>. Acesso em 22 mar. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLÁN, Margara (coord). Más alla del feminismo: caminos para andar. 1° ed. México. D. F: Red de Feminismos Descoloniais, 2014. Disponível em: <<https://feminismosdescoloniales.files.wordpress.com/2014/07/presentaciocc81n-puebla.pdf>> Acesso em: 11. abr. 2018.

MIYAMOTO, Hidemi Soares. Ontologia e Método no Pensamento do último Lukács. **Cadernos Cajuína**, v. 3, n. 2, p. 51-65, 2017. ISSN: 2448-0916.

MORAES, Isaías Albertin; PORTELLA, Mônica Heinzelmann. Redescobrimo Maria Lacerda de Moura: 130 anos de nascimento. **Revista Ciências Sociais, Direitos Femininos**. 88. ed. 1 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.unespciencia.com.br/2017/08/01/direitos-fem-88/>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

MORAES, Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana da Silva; MARTINS, Ana Paula. **O Ensino Libertário e a relação entre trabalho e educação**. USP, Educação e Pesquisa, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2012nahead/aop638>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MOTA, Benjamin. O pobre é um vadio? **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Higiene e Segurança do Trabalho em São Paulo na Primeiras Décadas republicanas: em torno da definição de acidente de trabalho. **Revista de História**. São Paulo. n. 127-128, p. 163-179, ago.-dez. 1992 a jan.-jul. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18696/20759>>. Acesso em 23 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 259-288.

NÃO TARDARÁ a vindicta da plebe. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 23 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

NIENOW, Matheus; MASSUQUETTI, Angélica. O PIB e o mercado de trabalho informal no Brasil. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 2017, Santa Maria. **Anais do SJPE&D**, Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2017, v. 4, n. 4, p. 1-16. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais\\_2017/O\\_PIB\\_e\\_o\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_informal\\_no\\_Brasil.pdf](http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/O_PIB_e_o_mercado_de_trabalho_informal_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2018.

NOBREGA, Ricardo; DAFLON, Veronica Toste. **Da escravidão às imigrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil**. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.academia.edu/.../Da\\_escravidao\\_às\\_migrações\\_raça\\_e\\_etnicidade\\_nas\\_relacões](http://www.academia.edu/.../Da_escravidao_às_migrações_raça_e_etnicidade_nas_relacões)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

NÚCLEO de estudos de gênero Pagu. Disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br>>. Acesso em: 9 out. 2017.

NÚCLEOS da Vanguarda: Centro Feminino Jovens Idealistas. **A Plebe**, São Paulo, ano 4, n. 54, p. 2, 28 fev. 1920. Acervo Edgard Leuenroth.

NUZO. Trabalho Feminino. **O Graphico**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1919. Acervo Edgard Leuenroth, p. 3.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização Operária na República Excludente**: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br) > ... > Ciências Humanas > História. Acesso em 10.out. 2016.

O OPERARIADO de São Paulo parece despertar para a luta. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, 9 jun.1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O OPERÁRIO. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 28 jun. 1917.

O PORQUÊ das Greves. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 9 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O PROBLEMA das subsistências. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O PROLETÁRIO em revolta afirma seu direito a vida. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

O QUE somos. **A Plebe**, São Paulo, ano 4, n. 54, p. 1, 28 fev. 1920. Acervo Edgard Leuenroth.

Os OPERÁRIOS da fábrica Labor conseguem um aumento. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 30 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

OS TRABALHADORES continuam em atividade. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 13, p. 3, 8 set. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 6, set. 1983.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. In: **FETEC-Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná**, 2004. p. 34. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/as-mulheres-e-a-separacao-das-esferas/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operárias da Primeira República. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983.

PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENNA, Mariana Affonso. O Anarquismo e a questão das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 196, set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39319>>. Acesso em: 8 maio 2018.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998, p. 68.

\_\_\_\_\_. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 31.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História-USP**, n. 21-22. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael (org). **A classe operária no Brasil (1889-1930)** : o movimento operário. Documentos vol 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=is)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Carinho, limpeza e cuidado: experiências de migrantes brasileiras. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectiva interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRIMITIVO Soares. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 9 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

PRÓ vitimas da greve. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 4, 4 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

PROPOSTA de Emenda à Constituição PEC 478/2010, transformada na Emenda Constitucional 72/2013. Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496)>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAGO, Antonio Filho. A teoria da Via Colonial de Objetificação do Capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**: Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, ano 6, n. 11, p. 83, 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930). 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e História: descobrindo historicamente o gênero. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org). **Masculino, Feminino, Plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: < [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)>. Acesso em 24 jun. 18.

\_\_\_\_\_. Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina. **Revista do SEADE**, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho feminino e Sexualidade In: SOIHET, Rachel; DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RANIERE, Jesus José. **Alienação e Estranhamento em Marx**: dos manuscritos econômico-filosófico de 1844 à ideologia alemã. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1350095>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RIBAS, Ana Claudia. **As sexualidades d'A Plebe**: sexualidade, amor e moral, nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951). Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis, 2015.

RIBEIRO, Jorge Claudio. Imprensa e Festa libertárias. **Revista PJ:BR- Jornalismo Brasileiro**, Escola de Comunicação e Artes – USP. São Paulo, 4. ed., 2004. ISSN 1806-2776. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4\\_b.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4_b.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2017.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP, 1988.

RIBEIRO, Roberto Name. **Causas Efeitos e Comportamentos da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público). Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

RICARDO, Stella Maris Bortoni; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha. Raízes sociolinguísticas do Analfabetismo no Brasil. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/viewFile/11496/13264>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RODRIGUES, Arakcy Martins. **Operário, operária**: estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo. São Paulo: Símbolo, 1978.

RODRIGUES, Jessita Martins. **A mulher operária**: um estudo sobre tecelãs. São Paulo: Hucitec, 1979.

RODRIGUES, Leôncio. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

RUTI, Isa. Irmãos Trabalhadores. **A Plebe**, São Paulo, ano 3, n. 22, p. 2, 19 jul. 1919. Acervo Edgard Leuenroth.

\_\_\_\_\_. Resenha de uma operária. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 16, p. 2, 7 out. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, André Augusto de Oliveira. **‘Vai graxa ou samba, senhor?’**: a música dos engraxates paulistanos entre 1920 e 1950. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03122015-160256/pt-br.php>>. Acesso em: 29.fev.18.

SANTOS, Dominique Vieira dos. Acerca do conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), ano 3, n. 6, dez. 2011. ISSN:2175-5892. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/viewFile/28974/16144>>. Acesso em 20 mar. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 12ª reimpressão.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christina Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SILVA, Rodrigo Rosa da. Anarquismo, Ciência e Educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). 2013. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 202.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOIHET, Rachel; DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SUCEDEM-SE as greves: Os Tecelões na fabrica Rodolpho Crespi. **A Plebe**, ano 1, n. 2, p. 3, 16 jun. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

SWAIN, Tânia Navarro. “As teorias da carne”: corpos sexuados, identidades nômades. **Revista Labrys**, n. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: <[https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/teorias.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/teorias.html)>. Acesso em: 10 abr.2018.

TEIXEIRA, Amélia Sá Rosa Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina Oliveira (org). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983, p. 116.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio-ago. 2017, p. 508. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

TOUR 0800 conta história de mulheres que marcaram o Rio. **Catraca Livre**. 6 out. 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/.../tour-0800-conta-historia-de-mulheres-que-marcaram-o-r>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TRISTÁN, Flora. **União Operária (1843)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

UNIÃO sagrada. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1 21 jul. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

VIDIPÓ, George. A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os Momentos Decisivos (1888-1889). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar- UFRRJ, 2016, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464447611\\_ARQUIVO\\_GazetadeNoticiasemomentosdecisivos-GeorgeVidipo-Anphu-rio2016.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464447611_ARQUIVO_GazetadeNoticiasemomentosdecisivos-GeorgeVidipo-Anphu-rio2016.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

VIEIRA, Hermes; SILVA, Oswaldo. **História da Polícia Civil de São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

VIOLÊNCIAS e Torpezas. **A Plebe**, São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 18 ago. 1917. Acervo Edgard Leuenroth.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da Mulher**, 1792. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence>>. Acesso em: 11 abr. 2018.